

MAIÊUTICA
HISTÓRIA



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI
Rodovia BR 470, Km 71, no 1.040, Bairro Benedito
Cx. P. 191 - 89.130-000 – INDAIAL/SC Fone Fax:
(47) 3281-9000/3281-9090

REVISTA MAIÊUTICA

História

UNIASSELVI 2022

Presidente do Grupo UNIASSELVI

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Profa. Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Profa. Ma. Graciela Márcia Fochi - UNIASSELVI Prof. Dr. José Antonio Teofilo Cairus – UNIASSELVI
Profa. Dra. Kátia Spinelli - UNIASSELVI Prof. Me. Paulo César dos Santos - UNIASSELVI Ma. Bruna
Cataneo Zamparetti – UNISUL Me. Luiz Cláudio Altenburg - Fundação Indaialense de Cultura Ma.
Renata Carvalho Silva – Rede de Ensino do Estado do Maranhão

Editoração e Diagramação

Equipe Produção de Materiais

Revisão Final

Equipe Produção de Materiais

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Prezados leitores, saudações!

É com imensa satisfação que apresentamos o volume 9 da Revista Maiêutica do Curso de História da Uniasselvi. Neste volume foi possível contar com artigos que se referem às mais diferentes temáticas e abordagens da História, que vão desde metodologia do ensino até a teoria, pesquisa e escrita do conhecimento histórico, ou seja, as mais variadas facetas da ciência Histórica.

Dentre os artigos reunidos neste volume, conta-se com estudos que contemplam a experiência da ditadura militar brasileira; a história das mulheres; as relações homoafetivas, discutidas pelo aspecto da discriminação e a criminalização no âmbito jurídico; o acolhimento no espaço escolar de crianças oriundas de famílias que fazem parte de tradições religiosas de matriz afro-brasileira, no caso o Candomblé.

Os artigos que contemplaram as temáticas descritas acima estão sintonizados e vão ao encontro das pautas e questões que se encontram em voga no cenário mundial, que em seu âmago almejam mudanças e transformações que promovam uma sociedade ainda mais equitativa, justa, democrática, tolerante e inclusiva.

Conta-se também com um artigo que versa sobre a Pandemia do Coronavírus, as questões ambientais e o consumo de água, estudo que além de contemplar as urgentes questões e problemáticas do tempo presente, ilustra as possibilidades de interface que existem entre a História, outras ciências e outras áreas do conhecimento, favorecendo assim abordagens de caráter interdisciplinar na construção do conhecimento histórico.

Seguindo na seara de estudos que contemplam temas e abordagens sobre teoria, pesquisa e a escrita do conhecimento histórico, conta-se com um artigo que aborda as genealogias familiares e de grupos sociais, estas entendidas fontes possíveis de pesquisa, compreensão e explicação da história local e regional.

Cabe destacar ainda o estudo que trata dos temas de teoria e metodologia do ensino da Histórica e da Arquitetura, pois contemplam alternativas das metodologias ativas, trabalhos em equipe, que possibilita que a história da arquitetura mundial e brasileira seja abordada de uma maneira que promovem os estudantes à protagonistas no seio do processo de ensino-aprendizagem.

Para conhecer em maior profundidade o potencial dos artigos que foram descritos acima, por gentileza queira dar início à leitura! Votos de momentos satisfatórios e inspiradores!

Por fim, parabéns aos autores que contribuíam ao Volume 9 da Revista Maiêutica História da Uniasselvi! Votos de amplo alcance e reconhecimento dos vossos esforços. Nosso profundo agradecimento.

Respeitosamente.

Graciela Márcia Fochi/ Docente do Curso de História/UNIASSELVI

Kátia Spinelli/Coordenadora do Curso de História/UNIASSELVI



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A CRIMINALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-INVESTIGATIVA The criminalization of homoafectional relations in Brazil: a historical-investigative analysis Germano Leão Hitzschky Madeira Andrea Machado	7
DIÁLOGOS PLURAIS: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS DO CANDOMBLÉ NO ÂMBITO ESCOLAR Plural dialogues: accommodation of candomblé children in the school framework Walter Duarte Monteiro Neto	19
A CONDIÇÃO DA MULHER NA IDADE MÉDIA E MODERNA The condition of women in the middle and modern ages Plural dialogues: accommodation of candomblé children in the school framework Aparecido Amaro de Melo Talita Nascimento	29
NOVO CORONAVÍRUS E MEIO AMBIENTE: UM OLHAR SOBRE O CONSUMO DE ÁGUA EM TEMPOS DE PANDEMIA New coronavirus and the environment: a look at water consumption in pandemic times Júlio César Pereira Da Silva Carla Betina Eckel	39
GENEALOGIAS DE GRUPOS SOCIAIS: OS CAMINHOS PARA DESCOBERTA DAS GENEALOGIAS DOS GRUPOS SOCIAIS PIONEIROS NA REGIÃO DE DÔRES DE CAMAQUAM ENTRE 1819 E 1889 Genealogies of social groups: the paths for discovering the genealogies of pioneer social groups in the region of dôres de Camaquam between 1819 and 1889 Júlio César Wandam Martins Handerson Luiz Hugo Batista	47
ARQUITETURA BRASILEIRA: APONTAMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DA DISCIPLINA NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO Brazilian architecture: notes about the subject in the architecture and urbanism academic course Marcelo Danielski	57

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

The military dictatorship in Brazil and social movements

Patrícia Ertle Soares

Gilmar Moraes 83

A CRIMINALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-INVESTIGATIVA

The criminalization of homoafectional relations in Brazil: a historical-investigative analysis

Germano Leão Hitzschky Madeira¹
Andrea Machado²

Resumo: O presente trabalho propõe, partindo da triste realidade de que o Brasil é um dos países com a maior quantidade de registros de crimes de ódio contra homossexuais, demonstrar que na nossa história a homofobia já chegou, inclusive, a ser institucionalizada através da criminalização das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. A metodologia de pesquisa utilizada foi uma pesquisa documental seguida de uma revisão bibliográfica, em que foram pesquisados livros e artigos publicados tanto em meio físico quanto eletrônico que tivessem relação com o tema, com o fito de identificar a origem da homofobia que, sob o signo de sodomia, passou a ser considerada um pecado nefando perante a igreja e um crime frente ao Estado, de maneira que a sua punição encontrou lugar nas legislações da época, a exemplo das Ordenações Filipinas. Referidas ordenações tiveram aplicação no Brasil até o advento do Código Penal do Império de 1830, quando então foi formalmente descriminalizada, embora tenha dado margem a interpretações subjetivas e tão amplas que acabaram por dar continuidade às perseguições aos homossexuais.

Palavras-chave: Homofobia. Sodomia. Criminalização. Código Penal do Império. Descriminalização.

Abstract: This paper proposes, based on the sad reality that Brazil is one of the countries with the highest number of records of hate crimes against homosexuals, to demonstrate that in our history homophobia has even been institutionalized through the criminalization of relationships affective relationships between people of the same sex. With this, we did a bibliographic research of a documentary nature, in which books and articles published both in physical and electronic media that were related to the theme were searched, in order to identify the origin of homophobia that, under the sign of sodomy, passed to be considered a heinous sin before the church and a crime before the State, so that its punishment found a place in the legislation of the time, such as the Philippine Ordinances. These ordinances were applied in Brazil until the advent of the Penal Code of the Empire in 1830, when it was then formally decriminalized, although it gave rise to subjective and so broad interpretations that they ended up continuing the persecution of homosexuals.

Keywords: Homophobia. Sodomy. Criminalization. Criminal Code of the Empire. Decriminalization.

Introdução

A homofobia e os consequentes crimes de ódio contra os homossexuais, comumente praticados com requintes de crueldade, em que as vítimas são submetidas aos mais indignos e abomináveis modos de tortura e humilhação, são bastante comuns em nossa sociedade. Entretanto, é importante destacar que nem sempre foi assim, havendo inclusive registros na história, desde a antiguidade, de relações homoafetivas³ que ocorriam em locais públicos, sendo até mesmo reconhecidas oficialmente e consideradas práticas legítimas.

¹ Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza, graduando em História pela Uniasselvi e mestrando em políticas públicas pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: germanomadeira@hotmail.com

² Graduada em História. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia, Mestra em Educação e professora na Educação Básica e no Curso de História da Uniasselvi. E-mail: andrea.machado@uniasselvi.com.br

³ Apraz salientar que os relacionamentos entre sujeitos não estão condicionados às suas identidades sexuais, mas ao compartilhamento de afetos, daí o uso da expressão “relações homoafetivas”, a qual foi criada por Maria Berenice Dias, na 1ª edição de sua obra “União Homossexual, o preconceito e a justiça”.

Neste sentido, por volta de 4500 anos antes de Cristo, por exemplo, há relatos da relação entre Oros e Seti, na sociedade egípcia. Ainda na antiguidade, por volta de 2750 a.c., destacamos a epopeia de Gilgamesh, que era rei de Uruk, uma cidade da Suméria e que mantinha relações homoeróticas⁴ com Enkidu. Na Grécia antiga, por sua vez, as práticas homoeróticas eram vistas com uma certa banalidade. É possível identificar várias relatos e textos sobre as práticas homoeróticas na Grécia, a exemplo da obra *Ilíada*, de Homero, em que o poeta grego, por volta de 1300 a.c., conta a história da guerra de Tróia, de onde se extrai o amor entre os guerreiros gregos Aquiles e Pátroclo. Nesses termos, vejamos:

A Grécia Antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações sexuais entre homens desempenhavam uma função iniciática, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnada por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima. (BORRILLO, 2010, p. 45).

Em Roma a relação entre pessoas do mesmo gênero era permitida, entretanto sob um contexto de dominação masculina, em que o homem em tudo mandava e expressava sua virilidade assumindo o papel de ativo nas relações com os seus subordinados. Dessa forma, os homens que fossem passivos seriam expulsos do exército, pois, ser passivo, na sociedade romana, era visto como um defeito moral, visto que aquele papel cabia apenas às mulheres e aos indivíduos de estrato inferior, como os escravos, que eram tidos como instrumentos sexuais. Assim, era como se apenas a bissexualidade e a homossexualidade ativa fossem bem-vistas em Roma (BORRILLO, 2010).

Com a decadência de Roma e o surgimento do cristianismo, as práticas homoeróticas, que muitas vezes estavam inseridas em um contexto de ritual pagão⁵, passam a ser denominadas de sodomia, palavra usualmente empregada até o século XIX para definir as relações entre pessoas do mesmo sexo, as quais, sob a ótica do discurso religioso, são tidas como pecado e, pelo viés jurídico, um crime.

Dessa forma, o cristianismo, com o fito de rechaçar por completo a cultura pagã e se afirmar como religião dominante, passa a combater diretamente as práticas homoeróticas, o que se reflete inclusive nos códigos jurídicos, a exemplo das ordenações portuguesas.

As Ordenações do Reino, que continham as leis e o Código Penal português de então, traziam especificações de crimes e indicavam punições muito rigorosas, apontando cerca de duzentos tipos de delitos — entre os quais feitiçaria, homicídio, estupro e sodomia — puníveis com degredo para as colônias, inclusive o Brasil (TREVISAN, 2018, n.p).

Com isso, procuramos compreender como o sistema jurídico aplicado no Brasil tem concebido, em um contexto histórico, as relações homoeróticas, que, sob forte influência judaico-cristã, as tratou como crime, desde as ordenaçõesmanuelinas, passando pelas afonsinas até chegar às Filipinas.

⁴ A utilização de expressões como homoerostismo e relações homoeróticas empregadas neste texto, justificam-se pela amplitude de seu significado, compreendendo as “relações sociais, afetivas, sexuais e eróticas para tratar das condutas dos homossexuais, e ‘homossexualidade’ (ou ‘homossexual’) como referência aos indivíduos em si, como signo dos discursos sobre a materialidade dos sujeitos.” (SOLIVA; JUNIOR, 2020, p. 127).

⁵ Muitos desses rituais pagãos que sobreviveram da época pré-cristã, tinham práticas sexuais e homossexuais em suas cerimônias, as quais foram fortemente combatidas pelo cristianismo. Segundo Luiz Mott (2001, p. 46), os referidos rituais “incluíam a presença de prostitutas sagrados, sacerdotes e deuses que tinham no homoerotismo a realização de nobres ideais de piedade e virtude.”

Após discorrer acerca das referidas ordenações portuguesas, chegaremos ao Código Penal do Império de 1830, que, inspirado pelo Código Penal Francês, deixou de punir práticas homossexuais.

Foi somente às vésperas de nossa Independência, com a extinção do abominável tribunal da Inquisição, que a sodomia deixou de ser crime e, por influência liberalizante do Código de Napoleão, nosso Código Penal (1823) igualmente descriminalizou o amor unissexual. Foi o primeiro passo a caminho da cidadania dos “pederastas” – termo comum no tempo de nossos bisavós. (MOTT, 2006, p. 512).

Nesse sentido, discutiremos como aquela descriminalização repercutiu na sociedade, analisando se, de fato, o Estado, através dos seus agentes públicos, deixou de reprimir pessoas que estivessem fora dos padrões da heteronormatividade⁶, ou pelo contrário, valeu-se de contorcimentos jurídicos, utilizando-se de outros tipos penais para enquadrar as práticas e condutas daquelas pessoas.

Diante do exposto, no que se refere à importância do tema pesquisado, nos valem do que disse o fundador da Escola dos Annales, Marc Bloch (2001, p.65) em Apologia da História ou o ofício do historiador: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”. Com isso, partindo das angústias e aflições vividas no presente, a exemplo dos recorrentes casos de homofobia, estamos a desvelar fatos do passado, demonstrando que a homofobia já chegou inclusive a ser institucionalizada no Brasil, através da criminalização das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

Neste trabalho, fizemos uso de artigos científicos, publicações em páginas da internet, periódicos e demais obras de alguns autores que são referência na temática como, por exemplo, Ronaldo Vainfas, Peter Fry, James Green, Edward Mac Rae, Luiz Mott e João Silvério Trevisan. No tocante ao recorte histórico, a presente pesquisa procura se centrar no período que vai desde o período colonial à promulgação do Código Penal do Império, em 1830.

Fundamentação Teórica

Preliminarmente, enquanto uma pesquisa historiográfica, devemos ter o zelo de não incorrer em anacronismo ao usarmos a palavra “homossexual” e suas derivações, tais como “homossexualismo” e “homossexualidade”, visto que a presente pesquisa tem como marco temporal o período que compreende o período colonial até o ano de 1830, já no império, quando é publicado o primeiro código penal do Brasil, ocasião em que ainda não era utilizada a palavra “homossexual” para denominar a pessoa que se relacionava com outra do mesmo gênero.

Assim, fazendo uma rápida síntese histórica sobre a origem do termo “homossexual”, voltemos para a Alemanha, no ano de 1862. Nesse período o escritor Karl Heinrich Ulrichs elaborou novas designações que definissem o amor entre pessoas do mesmo gênero. Nesse sentido, vejamos:

⁶ Entende-se a heteronormatividade como a concepção da heterossexualidade enquanto norma, ou seja, como aquilo que é considerado normal, conforme os padrões de conduta social. Portanto, o correto é o sujeito ser heterossexual e tudo o que foge dessa categoria é condenado, não faz parte do cerne social. Para Reis et al (2017), a heteronormatividade é compreendida como uma cultura que tem por escopo a padronização da sexualidade e a regulação do modo de organização da sociedade contemporânea, de acordo com um modelo de normalidade heterossexual.

Em 1862, na Alemanha, um desses pioneiros, o escritor Karl Heinrich Ulrichs, começou a criar novos nomes sexuais e teorias defendendo o amor do homem que amava homens, o Uranier (ou Urning). O oposto do Urning, o homem de verdade (que amava mulheres), ele chamou de Dionäer (ou Dioning). Sua teoria mais tarde incluiu a Urminde, a mulher com um impulso amoroso masculino - sua expressão para a mulher com sentimentos masculinos -, isto é, a mulher que amava mulheres (KATZ, 1996, p.62).

Como se observa da citação acima, para o referido autor, o desejo erótico que o Uranier ou Urning sentia por um “homem de verdade”, o Dionäer ou Dioning, era tão natural quanto o desejo que este sentia por uma “mulher de verdade” (KATZ, 1996, p.62).

Dessa maneira, por considerar a naturalidade daqueles desejos, Ulrichs chegou a defender que tais instintos não fossem punidos por qualquer lei. Vejamos:

Ulrichs aceitou essa ideia de instinto único, mas argumentou que as emoções dos Urnings eram biologicamente inatas, portanto, naturais para eles, e que por isso os seus atos não deveriam ser punidos por qualquer lei contra a fornicação antinatural. (KATZ, 1996, p.62).

Dessa maneira, em 1868, mais especificamente no dia 6 de maio, o escritor Karl Maria Kertbeny, através de uma carta enviada para Karl Heinrich Ulrichs, inaugurou o uso das expressões Monosexual; Homossexual; Heterossexual e Heterogenit. No ano seguinte, em 1869, Kerbetbeny veio a utilizar publicamente o novo termo que ele cunhara de homosexuality, como manifestação contrária à adoção da lei de fornicação antinatural em toda a Alemanha unida (KATZ, 1996).

Então, falar de homossexualidade ou homossexualismo no passado acaba sendo um anacronismo, posto que estaríamos aplicando a uma realidade um conceito que não corresponde a ela, mas a outra temporalidade, considerando que, conforme dissemos anteriormente, aquelas designações só vieram a lume por volta da segunda metade do século XIX.

Com isso, o que queremos, na verdade, é demonstrar a historicidade do conceito de homossexualidade e que “[...] há tantas maneiras de representar e praticar a homossexualidade quanto há sociedades, épocas históricas e grupos distintos nestas mesmas sociedades” e que compreender a abrangência de seu significado implicaria, nos dizeres dos referidos autores, “[...] uma série de tomos, começando pela Grécia Antiga, passando por todas as sociedades indígenas, por todas as sociedades industrializadas e pela sociedade brasileira em toda sua complexidade, desde o descobrimento até agora” (FRY, MACRAE, 1985, p. 12-13).

Portanto, ressalvado o anacronismo, ao fazermos uso da palavra “homossexual” estaremos enfocando-a sob uma ótica mais abrangente, com o objetivo de designar as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero. Neste mesmo sentido, reproduzimos as palavras de João Silvério Trevisan:

A maneira mais generalizada de que dispomos para definir quem transa com o mesmo sexo é a categoria “homossexual”, com todas as suas limitações. Por mais daninha que essa categorização possa ser, enquanto restritiva e negativa, trata-se de um instrumental linguístico — assim como em outros tempos usavam-se também restritiva e negativamente “sodomita”, “somítego”, “uranista”, “tríbade” (para as mulheres) etc. [...]. Pelo simples fato de existir o desejo entre pessoas do mesmo sexo, é necessário referir-se a ele sob algum tipo de denominação; caso contrário, no limite acabaríamos voltando aos tempos da sufocante e hipócrita invisibilidade (“O amor que não ousa dizer seu nome”), que só reforçava os mecanismos repressivos (TREVISAN, 2018, n.p)

As origens da sodomia

Como sabido, o Império Romano foi fortemente influenciado pelo cristianismo, de onde advém a condenação às práticas homoeróticas. Desse modo, é importante, ainda que de maneira bem sucinta, vez que este não é objetivo da presente pesquisa, que apontemos como o cristianismo chegou em Roma, vindo, a partir de então, a repudiar o estilo de vida daquele povo, notadamente as suas práticas sexuais, infligindo uma perspectiva unicamente natalista e reprodutiva ao sexo, o que, inclusive, encontra eco na atualidade (BORRILLO, 2018).

Nessa toada, o cristianismo está no plexo das chamadas religiões abraâmicas, que, conforme se pressupõe do próprio nome, tiveram origem em Abraão (personagem bíblico) e apresentam como característica marcante, como signo distintivo, o monoteísmo. Conforme relatam os fatos descritos na bíblia, mais precisamente no capítulo 17 do Livro de Gênesis, Deus teria feito uma aliança com Abraão dizendo que poderia fazer o povo dele forte e numeroso, mas para isso Abraão deveria cultuar a um só Deus, abandonando o politeísmo, como faziam os pagãos.

Tendo Abraão assentido com aquele pacto e confiando na promessa divina de transformar o povo judeu forte e numeroso, o primeiro preceito moral que deveria ser seguido, por óbvio, seria a procriação, única maneira de multiplicar o povo judeu. Portanto, a moral cristã, que decorre daquele pacto de Abraão, vai se organizar a partir de uma perspectiva biológica, natalista, já que os judeus naquela época formavam um povo enfraquecido, tendo em vista a sua escravização pelos egípcios e que precisaria viver sob preceitos rígidos para poder crescer e se desenvolver (BORRILLO, 2018).

Diante do exposto, era preciso construir instrumentos de inibição das práticas sexuais não reprodutivas e desse modo, o que vamos ter é uma condenação inicial a todas as formas e práticas sexuais não voltadas à procriação. Destarte, a título exemplificativo, mencionamos o também relato bíblico, igualmente previsto no livro de Gênesis em seu capítulo 38, versículos 8-10, que é o pecado de Onã. De acordo com a interpretação mais conhecida, o referido pecado tratava-se da masturbação, uma vez que, o homem que a praticasse estaria desperdiçando a “semente da vida”, ou seja, o sêmen, sendo, por esse motivo, merecedor de castigo. Só a título de curiosidade, a palavra “onanismo” advém dessa interpretação dada àquela passagem bíblica.

É partindo dessa ideia de que a reprodução era de responsabilidade exclusiva do homem e a mulher era somente uma portadora da semente da vida que o sexo anal, a masturbação e todas as demais práticas que não importassem em reprodução eram tidas por pecaminosas.

Com o intuito de corroborar com o que dissemos até aqui, eis a seguir excerto da obra de Daniel Borrillo:

Preocupado em garantir uma progeneração prolífica, o povo de Israel condenará, com vigor, qualquer comportamento sexual que não tenha o objetivo da procriação. Baseado na ideia de filiação biológica, o povo eleito transformará o esperma em um elemento quase sagrado, cuja dissipação era passível da mais firme condenação. A reprovação – além da masturbação e das relações com uma mulher durante os períodos não fecundáveis - atingiu ainda mais as relações entre homens: "Não dormirás com um homem como se dorme com mulher. É uma abominação", prescreve o Levítico, 18,22. A punição para essa atrocidade é prevista dois capítulos mais adiante: "Se um homem dormir com outro como se fosse com mulher, ambos cometeram uma abominação e serão punidos com a morte: seu sangue cairá sobre eles" (20,13). O contexto histórico em que tais prescrições foram enunciadas permite compreender melhor sua severidade: após sua libertação do Egito, o povo de Israel foi obrigado a editar normas estritas, destinadas a garantir sua sobrevivência demográfica e cultural. Os alicerces patriarcais do povo judeu encontrar-se-iam, efetivamente, em perigo se viessem a disseminar-se outras práticas além da relação com mulheres. Essa dupla necessidade - preservação biológica da comunidade dos eleitos e conservação cultural da sociedade patriarcal - explica a hostilidade contra as práticas homossexuais (BORRILLO, 2018, p. 49, grifo nosso).

Com isso, o que estamos a demonstrar é que o cristianismo, que tem sua origem na promessa divina feita a Abraão, passou a combater as práticas homoeróticas, taxando-as de pecaminosas, vindo, a partir de então, a controlar a sexualidade das pessoas e inaugurando, portanto, o que hoje chamamos de homofobia.

A ciência etno-histórica indica que as raízes da homofobia estão vinculadas à tradição abraâmica, visto que Abraão é o patriarca de três das religiões mais homofóbicas da história (judaísmo, cristianismo e islamismo). A partir da promessa de Deus a Abraão – de que este seria pai de uma grande nação e que povoaria a terra tanto quanto existissem estrelas no céu –, a homossexualidade passou ser considerada como pecado nefando, como desperdício do sêmen, essencial para a procriação e para o subsequente cumprimento da promessa feita por Deus (MOTT, 2001 apud SANTOS, 2010).

Assim, objetivando revestir de legitimidade a perseguição a homossexuais, buscou-se embasamento na sacralidade da bíblia, especificamente na história das cidades de Sodoma e Gomorra, as quais foram aniquiladas pela ira divina, em decorrência, dentre outros motivos, da homossexualidade de seus habitantes. Daí origem do termo “sodomia”.

A palavra tem sua origem no Antigo Testamento, a propósito da destruição divina de Sodoma narrada no Gênesis. A recusa de Lot em oferecer aos moradores da cidade os dois anjos que havia hospedado, e o suposto desejo sexual que a todos animava quando forçaram a porta daquele piedoso hebreu no enalço dos hóspedes, eis as raízes da associação entre o castigo de Sodoma e a condenação judaica das relações sexuais entre homens (VAINFAS, 1989, p. 145).

Foi ainda nesse contexto de repressão às relações entre pessoas do mesmo sexo, que o imperador Teodósio 1º, em 390 d.C., estabeleceu em seu código de leis, a condenação à fogueira de todos os homossexuais passivos, tendo em vista a sua similitude com a feminilidade, visto que representaria uma ameaça para a própria sobrevivência de Roma (BORRILLO, 2018).

Ocorre que, no que pese a previsão legal de punição às práticas sodomitas, a exemplo das leis de Constantino e Teodósio, datarem do período da alta Idade Média, ainda durante o Império Romano, é importante registrar que é a partir do século XI, quando a Igreja encontra-se mais fortalecida, que se vai vislumbrar uma intensificação na perseguição aos homossexuais e que a sodomia, além de pecado nefando, passa a assumir com mais veemência, em grande parte da Europa, uma outra face, qual seja, a de crime contra o Estado (BELLINI, 1987).

A criminalização da sodomia nas ordenações do Reino de Portugal

As Ordenações do Reino de Portugal tratavam-se de uma antiga compilação de todas as leis portuguesas, compondo-se de cinco livros que abrangiam desde a Constituição até os Códigos Civil e Penal. Assim, as primeiras ordenações portuguesas foram as afonsinas, de 1446 e foi a partir delas que sobrevieram as demais, quais sejam, as manuelinas, de 1521 e as filipinas, de 1603.

Neste sentido, conforme afirma João Silvério Trevisan (2018), foram as ordenações filipinas que ostentaram maior importância no Brasil, uma vez que tiveram um elástico lapso temporal de vigência, tendo sido aplicadas por mais de dois séculos, perdurando inclusive após a independência, com as devidas adaptações à Constituição do Império de 1823.

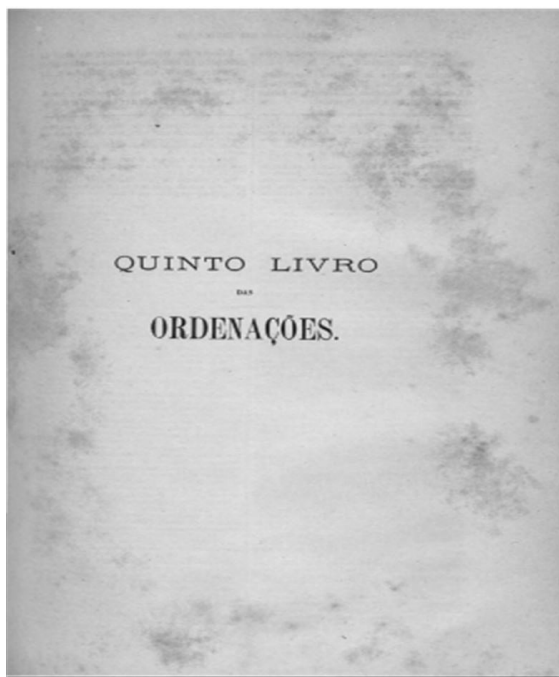
É no Livro V das Ordenações Filipinas que está situado o Código Penal e seu Título XIII cuida da punição das pessoas que cometem pecado de sodomia e com alimárias (animais), estatuinto que toda pessoa que praticasse o sobredito pecado nefando⁷ deveria ser queimada e os seus bens confiscados. Vale salientar, que além da criminalização da sodomia, havia também a previsão de punições para o pecado de molície (masturbação) e para o travestismo, que era chamado de berdache.

Materiais e métodos

A prática aplicada no desenvolvimento dessa pesquisa foi a pesquisa bibliográfica de cunho documental. Foram pesquisados livros e artigos publicados tanto em meio físico quanto eletrônico que tivessem relação com o tema “A criminalização das relações homossexuais no Brasil: uma análise histórico-investigativa”.

As figuras abaixo, extraídas do site da biblioteca digital do Senado Federal são um retrato do documento original do Livro V das Ordenações Filipinas, que vigorou no Brasil até o advento do Código Criminal do Império, aprovado em 1830 e publicado em 1831, quando teve início a sua vigência. Na figura 2 podemos observar o Título XIII que vai discorrer acerca dos que cometem o pecado de sodomia, prevendo que toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que cometa o pecado de sodomia, deverá ser queimada, para que nunca possa haver memória de seu corpo e sepultura, todos os seus bens sejam confiscados para a coroa portuguesa e tidos por infames os seus descendentes, desde os filhos até os netos.

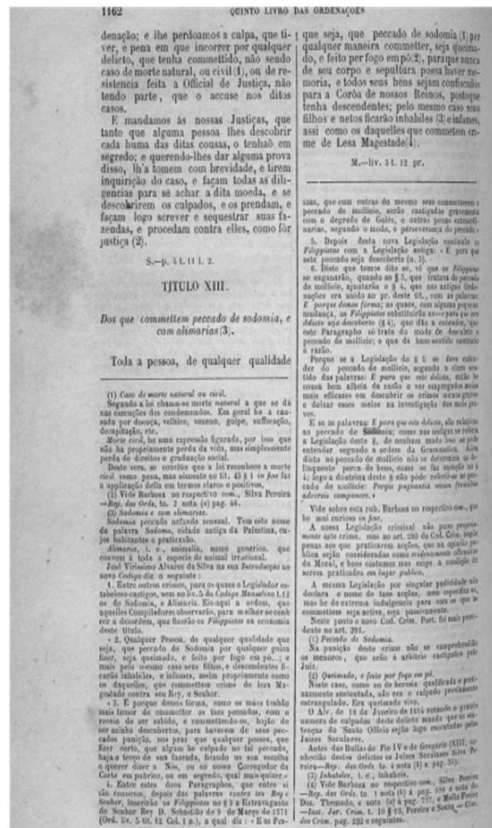
Figura 1. Capa do Livro da Ordenações.



Fonte: Senado Federal: Figura 1 – Capa do Quinto Livro Ordenações Filipinas. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 02 jul.2020.

⁷ Ou seja, pecado tão grave que não poderia sequer ser nomeado (VAINFAS, 1989).

Figura 2. Conteúdo das Ordenações.



Fonte: Senado Federal. Figura 2 – Título XIII das Ordenações Filipinas. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 02 jul.2020.

Nossa proposta diante dessas figuras é refletir a respeito de como a homossexualidade tem sido encarada no Brasil, sob uma perspectiva tanto histórica quanto jurídica, observando-se que, a partir da leitura do dispositivo legal supracitado é possível perceber que religião e estado estavam mancomunados na punição aos homossexuais a quem chamavam de sodomitas, cuja prática era encarada, concomitantemente, como sendo criminoso e pecaminoso.

Resultados e discussão

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, passou-se a vigorar na colônia o sistema jurídico português. Dessa forma, foram três as ordenações portuguesas que vigoraram no Brasil, a saber: Ordenações Afonsinas (1446-1514); Ordenações Manuelinas (1521-1595) e as Ordenações Filipinas (1603-1830), a qual foi quase que integralmente revogada pela primeira constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824.

Assim, foi analisando aquelas Ordenações Portuguesas que o escritor e jornalista João Silvério Trevisan afirmou que:

As Ordenações Manuelinas foram o mais antigo Código Penal aplicado no Brasil, pois vigoravam em Portugal à época do descobrimento. Nelas, a sodomia passou a ser equiparada ao crime de lesa-majestade. Além da pena de fogo, foi acrescentado como punição o confisco dos bens e a infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado. Mas foram as Ordenações Filipinas que tiveram importância maior, por terem sido aplicadas entre nós durante mais de dois séculos. (TREVISAN, 2018, p. 2816, grifo nosso)

Neste sentido, considerando que o presente trabalho teve por objeto a análise histórico-investigativa da criminalização das relações homossexuais no Brasil, a partir de documentos históricos e demais fontes de pesquisa analisados, identificamos que o Livro V das Ordenações Filipinas trouxe em seu bojo a tipificação do pecado/crime de sodomia e a respectiva cominação de pena. Assim, nela estava determinado que:

Toda pessoa de qualquer qualidade que seja, que pecado de Sodomia, por qualquer maneira, cometer, seja queimado e feito por fogo em pó; para que nunca do seu corpo e sepultura possa haver memória; e todos os seus bens sejam confiscados, para a Coroa dos nossos Reinos, posto que tenha descendentes; e pelo mesmo caso seus filhos, e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que comentem crime e Lesa-Majestade. E esta lei queremos, que também se entenda e haja lugar nas mulheres, que umas com as outras, cometem pecado contra a natura e da maneira que temos dito nos homens. Outrossim qualquer homem ou mulher, que carnalmente tiver ajuntamento com alguma alimária, seja queimando e feito em pó. E as pessoas, que com outras do mesmo sexo, cometerem o pecado da molície, serão castigadas gravemente com o degredo de galés, e outras penas extraordinárias, segundo o modo e perseverança do pecado sendo que até meados do século XIX a sodomia era um pecado frente a Deus e era crime contra o Estado em boa parte da Europa (Ordenações Filipinas *apud* RIBEIRO, Leonídio, 1957, p. 134).

Vale salientar, conforme se observa do excerto supracitado, que as Ordenações Filipinas não só previam a punição das relações homossexuais como alargaram o seu âmbito de incidência, passando a punir também as mulheres que “cometem pecado contra a natura”.

Observamos ainda a previsão do crime de molície, que, segundo Ronaldo Vainfas (1989, p. 207) “[...] era o nome dado pela teologia moral ao vasto elenco de pecados *contranatura* que não implicassem coito anal ou vaginal, a exemplo da masturbação solitária ou a dois, da felação e da cunílingua”.

Diante do exposto e na esteira do que tem afirmado tanto Lígia Bellini (1987) quanto João Silvério Trevisan (2018), o reino de Portugal, no decorrer do processo de colonização e aculturação e com a implantação de sua ordem jurídico-político-cultural, deu origem à história da criminalização das relações homossexuais no Brasil com a punição do pecado-crime da sodomia.

Conclusão

Vimos que o cristianismo, ao se expandir pelo império romano, transformou a ordem moral até então vigente, de maneira que passou a reprimir as práticas homoeróticas, tidas como comportamentos desviantes, impondo uma concepção unicamente natalista e com viés reprodutivista às relações sexuais.

Daí surgiu o conceito de sodomia, que, buscando justificação e embasamento no texto bíblico, foi tida como sendo um pecado nefando perante a igreja e um crime frente ao Estado, de maneira que a sua punição encontrou lugar nas legislações da época, a exemplo das Ordenações do Reino de Portugal, que equiparava a sodomia aos crimes de lesa-majestade, prevendo punições absurdamente cruéis, como a morte na fogueira.

Assim, aquelas ordenações, que compreendiam as ordenações afonsinas (1446), as manuelinas (1521) e as filipinas (1603), tinham aplicabilidade não só na metrópole portuguesa, como também nas suas colônias, a exemplo do Brasil. Somente com a publicação do Código Penal de 1830, já no período do Império, que a sodomia deixa de ser prevista como conduta criminosa.

Por último, impende salientar que o referido Código Penal do Império de 1830 apenas eliminou a figura jurídica do sodomita, deixando de fazer referências expressas às práticas homoeróticos, entretanto, foi nesse código que, na sua quarta parte, surgiram os crimes policiais, entre os quais aqueles relativos a ofensas da moral e bons costumes, destacando-se o delito previsto no art. 280, que punia qualquer ação que, na opinião pública, fosse considerada como evidentemente ofensiva à moral e aos bons costumes.

Nesse sentido, o que tínhamos era uma lei penal que não se mostrava suficientemente clara em seus termos, dando margens a interpretações subjetivas e exageradamente amplas por parte dos aplicadores do direito, na medida em que se valia de conceitos vagos e imprecisos, como “opinião pública”, “moral”, “bons costumes”, o que permitiu que as práticas homoeróticas passassem a ser enquadradas no referido tipo penal, de maneira que não podemos falar em uma efetiva descriminalização das relações homoafetivas como o advento do Código Penal do Império.

Referências

BARCELOS SOLIVA, Thiago; GOMES JUNIOR, João. “Entre vedetes e ‘homens em travesti’: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950)”. **Locus: Revista De História**, mar.-jun. 2020, vol. 26, n. 1, p. 123-148.

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual, o preconceito e a justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./maio 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32907>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

_____. Homo-afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.2, p.509-521, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/SHK7rsPKfFM6w9jvrWKswbM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

ORDENAÇÕES Filipinas. Livro V, Título XIII, **Dos que cometem pecado de Sodomia**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 1º jul. 2020.

REIS, Cristina Roberta et al. Heteronormatividade: implicações psicossociais para sujeitos não heteronormativos. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**. Disponível em: file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/292-1-1141-1-10-20170717.pdf. Acesso: 27 de nov/2021.

RIBEIRO, Leonídio. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1957.

SANTOS, Evelyn. **Tire sua LGBTIFOBIA do caminho que eu quero passar com o meu amor: reflexões sobre a fobia intrafamiliar**. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves et al. (Org.). Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos [livro eletrônico]. 1. ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. – (Coleção livres & iguais), pp. 141-151.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. ver., atual. e amp. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018. Edição Kindle. (Não paginado).

VAÍNFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIÁLOGOS PLURAIS: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS DO CANDOMBLÉ NO ÂMBITO ESCOLAR

Plural dialogues: accommodation of candomblé children in the school framework

Walter Duarte Monteiro Neto¹

Resumo: O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a falta de acolhimento que sofrem as crianças do candomblé no âmbito escolar. Problematisa especialmente as questões de intolerância religiosa, para com religiões de matriz africana, encontradas na escola. A partir das vivências estabelecidas no cotidiano escolar de duas escolas da rede municipal de ensino do Estado da Bahia, observou-se que as crianças do Candomblé sofrem discriminação, não só por parte dos professores, mas também por parte das outras crianças. Sendo assim fica claro que a escola, em se tratando de religiões de matriz africana, está contribuindo, ainda que de forma inconsciente, para a construção da intolerância religiosa nos educandos. Será apresentada aqui a obra Crianças do Axé, como exemplo, de ação que visa aproximar a realidade das crianças do Candomblé da sala de aula. Trata-se de ação que propõe por meio da narrativa das próprias crianças do Candomblé expor as características deste segmento afro-religioso de uma maneira acessível para as crianças. Pautada no diálogo com os autores e consciente de que se trata de extensa e controversa matéria de pesquisa, pretende-se estabelecer aqui uma análise, ainda que concisa, sobre esta temática como um sinal de alerta para os professores atuantes, não só das escolas do Estado da Bahia, mas de todo o país.

Palavras-chave: Educação. Religião. Matriz Africana. Crianças do Candomblé.

Abstract: The present study aimed to reflect on the lack of welcome that candomblé children suffer in the school environment. It especially problematizes issues of religious intolerance towards religions of African matrix found in school. From the experiences established in the daily school life of two schools in the municipal education system of the State of Bahia, it was observed that Candomblé children suffer discrimination, not only from teachers, but also from other children. Therefore, it is clear that the school, when dealing with religions of African matrix, is contributing, even if unconsciously, to the construction of religious intolerance in the students. The work Children of the Axé will be presented here as an example of an action that aims to bring the reality of Candomblé children closer to the classroom. It is an action that proposes, through the narrative of the Candomblé children themselves, to expose the characteristics of this Afro-religious segment in a way that is accessible to children. Based on the dialogue with the authors and aware that this is an extensive and controversial research subject, we intend to establish here an analysis, even if concise, on this theme as a warning sign to the acting teachers, not only in the schools of the State of Bahia, but all over the country.

Keywords: Education. Religion. African Matrix. Candomblé Children.

Introdução

Durante toda a História do Brasil a Bahia foi o estado com maior concentração de afrodescendentes e maior índice de preconceito de acordo com Faro (2013, [online]) “Salvador, até ironicamente, ainda é uma cidade considerada racista por especialistas”, a capital tem poucas iniciativas governamentais que promovam a diminuição das igualdades raciais e os dados estatísticos apresentam grandes taxas de desemprego e violência para a população que se autodeclara negra. Segundo publicação no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) afirmam que na divisão da população por cor ou raça, a Bahia tem o maior contingente de pessoas declaradas pretas nos censos entre 2010-2018, quase 75% da população se compararmos estatisticamente com os que se autodeclaram pardos e brancos².

¹ Professor na Rede Pública Municipal de Salvador/BA. Mestrando em Letras - Universidade Santa Cruz do Sul – UNISC/RS. E-mail: duarte5@mx2.unisc.br

² Mais informações disponíveis em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/05/22/uma-em-cada-5-pessoas-na-bahia-se-declara-preta-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2021.

Este panorama baiano pautado na desigualdade social por cor ou raça, que acomete a população do estado, não consegue ser concebido pelos turistas que visitam a Bahia diariamente e muito menos pelo resto da população brasileira. O imaginário nacional acredita que na Bahia, devido à elevada porcentagem populacional afrodescendente, não existe nenhum tipo de preconceito ou desigualdade social em decorrência da raça.

Assim também ocorre em relação as religiões de origem africana, pois afinal são assuntos pares, intrínsecos que não podem causar estranhamento a uma população que traz no seu sangue a herança religiosa de seus antepassados africanos. E, que “com certeza” professam religiões de matriz africana (apenas 1% da população do Estado), portanto o estranhamento na Bahia se dá com aqueles de porcentagem mínima que se autodeclararam católicos (65%) e evangélicos (17%)³.

Estes dados percentuais foram retirados do último censo realizado pelo IBGE em 2018 e, deixam bem claro que a realidade religiosa baiana não está adequada ao que se imagina pelas pessoas.

Nos deparamos então com o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie⁴ declarou ser uma história única em suas inúmeras palestras. Segundo Alves e Alves (2013, p.1) o termo foi cunhado pela autora e refere-se:

[...] à construção do estereótipo de pessoas e/ou lugares, numa perspectiva de construção cultural e de distorção de identidades. Em suas palavras, Chimamanda trata de uma única fonte de influência, de uma única forma de se contar histórias, de se considerar como verdadeira a primeira e única informação sobre algum aspecto. Os sentidos das falas de Chimamanda abrem a perspectiva para a compreensão da diferença, do tratamento do africano e seu continente pelo olhar ocidental homogeneizador e da imersão na estereotipização contínua e discriminação das identidades culturais inferidas pelos inúmeros instrumentos de controle às pessoas. Nesse sentido, Chimamanda adquire força cultural e traz o alerta para esses problemas da contemporaneidade inseridos na sociedade.

Stuart Hall (2006) apresentava importantes colocações nos seus estudos sobre identidade cultural na pós-modernidade, pautado em autores como Powell (1969), Gellner (1983), Anderson (1983) Schwarz (1986), Bhabha (1990). Embora, o autor foque seus estudos na identidade nacional percebe-se que são os discursos de poder que geram uma história única.

Nos esclarece Hall (2006, p. 47) a identidade nacional é algo imaginado, construído a partir dos “sentidos com os quais nos identificamos” e que podem ser encontrados nas muitas histórias contadas sobre a nação, o que nos leva ao entendimento de que cada nação é diferente porque são imaginadas de forma diferente.

No Brasil, desde o início da sua história o Governo Federal desenvolve uma política de embranquecimento e aproximação da cultura europeia, não sendo diferente esta política no estado da Bahia. A marginalização e perseguição aos negros e toda sua cultura no país

³ Mais informações disponíveis em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>>. Acesso em: 24 out. 2021.

⁴ Chimamanda Ngozi Adichie nasceu em Enugu, na Nigéria, em 1977, atualmente vive entre a Nigéria e os Estados Unidos. Escritora, palestrante, liderança feminista é autora dos romances *Meio sol amarelo* (2008) – vencedor do Orange Prize, adaptado para o cinema em 2013 –, *Hibisco roxo* (2011) e *Americanah* (2014), além da coleção de contos *No seu pescoço* (2009). Sua obra foi traduzida para mais de trinta línguas e apareceu em inúmeros periódicos, como as revistas *New Yorker* e *Granta*. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/>

remonta pois, ao início da nossa história. Consequentemente tornaram-se ainda mais acirradas a perseguição as religiões de matriz africana em razão ao proselitismo cristão representado pela Igreja Católica predominante no Brasil nos períodos colonial, imperial e ainda exercendo forte influência no início da república. (ARAÚJO; ACIOLY, 2016).

Diante do exposto realizou-se este artigo com o objetivo de refletir sobre a falta de acolhimento que sofrem as crianças do candomblé no âmbito escolar. Problematisa especialmente as questões de intolerância religiosa em se tratando dos sinais diacríticos presentes nesse segmento afro-religioso.

Enquanto professor atuante vivenciei no cotidiano escolar de duas escolas da rede municipal de ensino do Estado da Bahia crianças do Candomblé sofrerem algum tipo de discriminação por parte de professores e colegas pelo uso de sinais diacríticos. Trata-se de uma situação preocupante visto que a escola é um local que não deve fomentar nenhum tipo de preconceito e intolerância religiosa. O cenário, no entanto, não é este. Percebe-se claramente que, de forma inconsciente ou não, tanto o setor administrativo quanto o corpo docente têm contribuído com atitudes e/ou omissões para a construção da intolerância religiosa nos educandos.

O Governo do Estado tem desenvolvido, mesmo que de forma insipiente, algumas ações visando minimizar a discriminação. Uma dessas ações será aqui apresentada, trata-se da obra Crianças de Axé que tem como objetivo aproximar a realidade das crianças do Candomblé da sala de aula. A iniciativa propõe, por meio da narrativa das próprias crianças do Candomblé, expor as características deste segmento afro-religioso de uma maneira acessível para as crianças.

Conforme Araújo e Acioly (2016, p. 567) “a má interpretação dos significados de cada processo presente no Candomblé” bem como a relação feita entre “as religiões afro-brasileiras como sendo rituais de feitiçaria e malignidade aos cultos aos Orixás” comparando-as com cultos que “referenciam o diabo ou espíritos maléficos” tem sido um dos fatores que geram a intolerância religiosa.

É preciso, no entanto, antes de iniciarmos a discussão propriamente dita, conceituarmos alguns itens e expormos algumas características de como o Candomblé trata as crianças que professam esta religião. Consciente de que se trata de extensa e controversa matéria de pesquisa, pretende-se estabelecer aqui uma análise, ainda que concisa, sobre esta temática como um sinal de alerta para os professores atuantes, não só das escolas do Estado da Bahia, mas de todo o país.

Fugindo da intolerância

Como foi mencionado na introdução, a intolerância contra a afro-religiosidade surgiu ainda no início do Brasil república estando ligada a necessidade que acreditava-se existir de “banir do país essa representação do atraso proveniente da presença negra e tudo que derivasse de sua existência na composição da população.” (ARAÚJO; ACIOLY, 2016, p. 573). Na Bahia durante a década de 20, os terreiros sofreram grandes perseguições por parte da polícia incentivadas pelos jornais da época, entre eles podemos citar o jornal “A Tarde” e o “Diário de Notícias”.

Cabe salientar que a intolerância está ligada desde o início as relações de convívio construídas no decorrer da história da humanidade e, portanto, diretamente vinculada as relações de poder que geraram a submissão de determinados grupos. Rosário (2018, p. 571) esclarece que a “base para essa submissão encontra-se nos modelos de produção, principalmente o capitalista.” O capitalismo desvalorizou valores morais, éticos, filosóficos, religiosos, políticos, entre outros submetendo os indivíduos ao “jogo da mercadoria (dinheiro)”; além disso, o agravamento “das diversas formas de convívio levou a humanidade a acreditar em algumas verdades, estabelecidas a partir de seus pontos de vista”.

No Brasil, a escola como uma das instituições sociais mais importantes de formação e que por essa razão deveria primar pelos conhecimentos técnico-científicos, assegurando a igualdade, a livre manifestação do pensamento e o livre exercício dos cultos religiosos como bem assegura a Constituição de 1988; entretanto, estamos longe desse patamar, pois a dinâmica da escola brasileira leva a crer que a escola brasileira pratica a laicização e segue as manifestações de religiões cristãs que até hoje são maioria, segundo o IBGE, em 2010 em torno de 86,8%. Essa predominação faz com que tais religiões tentem subordinar seu credo a outros credos provocando práticas de intolerância religiosa, especialmente às religiões de matriz africana. (ROSARIO; ROSÁRIO, 2018, p. 117).

Porém, o que é visto no cotidiano da sociedade, mas principalmente na escola, é que religiões que adquiriram poder com o passar dos séculos (e aqui incluímos católicos e protestantes) vêm tentando suplantar as religiões africanas, com o pensamento de que estas cultuam divindades malélicas.

As crianças do candomblé

Domingues (2007) recorda que o Candomblé surge a partir da história da diáspora africana no Brasil que por muitas décadas tem sido secundarizada nas nossas tradições culturais e religiosas. Prandi (2004, p. 2) discorre como ele se espalhou pela Bahia na década de 1960 e se transformou e adaptou as novas condições culturais e sociais que foram surgindo, como uma forma de “resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura.”

Apresenta-se como um racismo que procura manter marginal as muitas manifestações religiosas afro-brasileiras por meio de uma história única, folclorizando toda esta cultura de matriz africana. Este processo se inicia nas escolas que eventualmente trata toda a riqueza de tradições encontradas na cultura afro-brasileira como algo que ficou fossilizado no passado histórico, assim como se tenta fazer com os indígenas.

O fato é que o Candomblé é tratado por muitos como uma seita, primitiva e fetichista e, portanto, pode ser combatida como algo pernicioso. Contudo apesar da perseguição constante, desde o seu surgimento, o Candomblé tem se mantido vivo e dinâmico. Enquanto “religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX [...] até meados do século XX, o Candomblé se manteve como “uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes [...]”.

Como o recorte deste estudo enfoca as crianças do Candomblé é preciso compreender como esta religião enxerga as crianças. Para Iyagunã e Dantas (2019, p. 43) nessa organização social religiosa a criança é vista como um ser completo desde sempre por manter “contínuo diálogo entre a razão e a emoção” como um indivíduo que “se envolve e envolve o mundo ao seu redor”. Enquanto fonte formativa, o candomblé compreende a criança como “um membro ativo da comunidade e com atribuições existenciais como em qualquer outra faixa etária”.

O candomblé defende que as crianças são os sujeitos de criação ativos da pesquisa e não somente como objetos desta, portanto, neste segmento religioso a criança adquire protagonismo e coautoria. Segundo Oliveira e Almirante (2017) a metodologia formativa encontradas nos terreiros é pautada na ludicidade.

“brincar de imitar o santo”. Mais uma vez podemos perceber aí a relevância da dimensão lúdica sobre o processo de aprendizagem, pois suas brincadeiras remetem a questões referentes ao mundo do terreiro, ainda que não exclusivamente, pois “brincar de comidinhas” também se relaciona ao universo do Candomblé, aos preparativos para os orixás, o que se reverbera na própria aprendizagem sobre o que é ser de candomblé. (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2017, p.281).

A configuração da comunidade-terreiro é mantida sob a forma de famílias-de-santo, constituídas em pequenas unidades autônomas, que reúnem de forma geral aproximadamente 50 membros (PRANDI, 2004). Embora, seja uma reformulação do *modus vivendi* africano no país, o Candomblé também teve que se adaptar com o passar do tempo, aos novos modos de convivência social.

O aprendizado das crianças nos terreiros não está restrito apenas a parte ritualística, mas elas aprendem por meio dos cânticos e rezas idiomas como iorubá, o fongbé, o quimbundo. Aprendem sobre ervas medicinais, sobre a natureza, alimentação, desenvolvendo:

[...] outras leituras de mundo particulares, sensivelmente distintas daquelas encontradas na dinâmica religiosa hegemônica no nosso país e em grande parte do Ocidente. Por meio dessa cultura é que as crianças constroem as suas próprias cosmovisões e identidade, uma vez que estas são construções socioculturais que se relacionam diretamente com a experiência não só individual como também coletiva. (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2017, p.147).

Dentro dos terreiros as crianças também aprendem por meio da oralidade todo o conhecimento religioso e conforme vão crescendo e se aprofundando avançam etapas. Os Autores Oliveira e Almirante que desenvolveram sua pesquisa *in loco*, e tiveram contato com várias crianças do Candomblé realizando entrevistas, concluíram que existe um silenciamento e uma omissão por parte das crianças na escola sobre sua religião, pois percebem que existe a discriminação no ambiente escolar.

Observa-se que fato do aluno sentir a necessidade de esconder e negar sua própria identidade religiosa tem se tornado algo comum, pois já foram relatados casos, inclusive na mídia⁵ de alunos usando algum adereço, ou qualquer outro sinal diacrítico que revelasse essa identidade como os fios de conta ou o contra-egum, que sofreram intolerância religiosa na escola⁶.

Durante minha atuação profissional, presenciei comentários discriminatórios dos professores sobre as Crianças do Candomblé não só nos momentos de intervalos, mas também nas reuniões de equipe. Em pesquisa descobri que isto é uma situação corriqueira em muitas escolas por todo o país, veja o que narra Caputo (2012) em sua pesquisa:

Dos 15 professores, nove responderam que nunca pensaram sobre crianças no candomblé porque não acreditam que existam crianças que frequentem ou pratiquem candomblé na escola. Uma das entrevistadas afirmou: “Não temos crianças com esse problema aqui escola”, a maioria é católica. Cinco professores afirmaram que acham “um absurdo” que crianças pratiquem candomblé. “As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais frequentam”, respondeu uma professora. Perguntei a esta professora se os pais católicos também não “induziam” seus filhos ao catolicismo quando os batizavam, os levavam às missas, os colocavam no catecismo para a Primeira Comunhão, importante ressaltar que nesse tempo, a lei do ensino religioso ainda não vigorava no Rio de Janeiro. etc. A professora respondeu: “Mas o catolicismo não é coisa do Diabo, é a religião normal”, disse ela. (CAPUTO, 2012, p.171).

⁵ Criança impedida de entrar na escola por usar vestimenta religiosa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/23/ialorixa-denuncia-escola-em-salvador-por-impedir-que-adolescente-de-13-anos-entrasse-no-local-com-roupa-religiosa.ghtml>>. 20 out. 2021.

⁶ Aluno é impedido de entrar na escola por usar guias de Candomblé. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/03/rj-aluno-e-impedido-de-frequentar-escola-com-guias-de-candomble.htm>>. Acesso em: 19 out. 2021.

Outro autor que discorreu sobre um fato que se correlaciona com nossa visão foi Valente (2017). O autor apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a presença da religiosidade na escola pública, realizada em duas salas de ensino fundamental, em um município de São Paulo.

Corroborando com a nossa própria observação enquanto professor atuante, o autor expõe o posicionamento da profissional observada: a professora realizou a leitura da obra “Ludi vai à praia” de Luciana Sandroni para a turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Questionada sobre a escolha do livro a mesma afirmou se tratar de uma recomendação de revista especializada em educação.

Valente (2017, p.204) observou que a professora não leu o livro antes de iniciar a atividade: “[...]. A professora não chegou a ler o livro antes de apresentá-lo para a turma, ela preparava o capítulo que seria abordado apenas na véspera da leitura.” O que ocasionou à educadora uma surpresa, no último capítulo a heroína da história era Iemanjá. A professora, então decidiu finalizar a leitura do livro solicitando que os próprios estudantes criassem o fim da história. Conforme o autor, a professora afirmou que:

[...] “se tivesse visto antes o final da história não teria nem começado a contá-la, pois havia “coisas estranhas”, de “macumba” [...] Nesse sentido, de maneira ingênua, [...] revelou a existência de certa hierarquia entre religiões”. Ela julgou explicitamente um símbolo religioso de forma pejorativa. Segundo relatou, não teve contato com religiões de matrizes africanas durante sua vida; portanto, pode-se afirmar que existia um pré-conceito, uma não reflexão e um consentimento com aquilo que era senso comum em seu meio social. Em outras palavras, suas categorias de pensamento não lhe permitiram acolher ou apoiar o pluralismo religioso. (VALENTE, 2017, p.204).

Cabe ressaltar que a professora analisada era membro da Igreja Presbiteriana, durante a pesquisa Valente (2017, p 203) percebeu “uma hierarquização entre as religiões na maior parte das falas: o catolicismo ocupava o lugar mais alto, seguido do espiritismo, das religiões protestantes (sem distinção de denominação) e, por último, das religiões de matriz africana”.

O que podemos perceber diante do posicionamento da professora é que a mesma realizou uma prática pedagógica a partir de uma indicação, sem a devida preparação prévia e deixou que seus próprios preconceitos a direcionassem para a omissão do final da história. Ela nem sequer cogitou estudar sobre Iemanjá e trazer um conhecimento novo e sem ideias pré-estabelecidas para os alunos. Ou seja, é uma postura tomada pela maioria dos professores que discriminam as religiões de matriz africana.

Se contrapondo a este cenário apresentados por Valente (2017) e Caputo (2014) nos deparamos com o lançamento da obra Crianças de Axé, coordenado pela pedagoga Zilda Amélia Costa de Souza. O livro disponibilizado em agosto de 2021 gratuitamente, em formato digital, apresenta o registro das histórias orais percebidas e vivenciadas pelas crianças inseridas nos terreiros de Candomblé.

O projeto foi realizado em parceria com o Terreiro Onzo Mukumbi situado na comunidade Quilombola da Baixa da Linha, na cidade de Cruz das Almas no Recôncavo Baiano e com a Casa do Boneco no Quilombo D'oiti em Itacaré e em Salvador. O aporte financeiro foi conseguido por meio da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc do Estado da Bahia.

O objetivo da publicação foi incentivar a leitura de crianças na primeira infância, afrodescendentes, que possuíam vivência nos terreiros. Foram realizadas oficinas que trouxessem à tona as histórias contadas e cantadas, pois é por meio da oralidade que a maioria do conhecimento é repassado no candomblé. A partir destas oficinas de arte visuais que

proporcionaram a interlocução das crianças com as lideranças religiosas e da leitura de Itãs (conjunto de histórias acerca do Panteão Africano), meninos e meninas, acompanhados pela equipe de educadoras, criaram e recriaram numa releitura própria integradas em quatro histórias.

A primeira história apresenta os Ibejis⁷ que vivem aventuras e se livram de problemas utilizando banhos e ervas ao lado de outros orixás mais experientes que os socorrem; O segundo conto também traz os Ibejis como personagens principais que se encontram com Ogum⁸ e Oxum⁹ e se divertem juntos.

O terceiro conto tem como personagens as crianças do terreiro que se encontram com vários orixás e interagem com eles. O Quarto conto narra como é um dia normal no Terreiro Onzo Mukumbi. Todos os textos são repletos de imagens das próprias crianças, músicas e poesia, e trazem uma parte importante da cultura e da herança religiosa do Candomblé, pela ótica das crianças. A obra pode e deve ser usada na escola como uma forma atrativa de falar sobre as religiões afro-brasileiras, mas precisa ser acompanhado de explicações dos professores, em alguns casos, portanto o profissional precisa estudar e conhecer um pouco da cultura do Candomblé.

Como esclareceram Araújo e Alcioly (2013, p.574) “tratar as análises de cada religião como patrimônio cultural da humanidade faz com que o ensino seja verdadeiramente laico.”. Sendo assim, é primordial que os professores, independentemente de suas religiões, acessem artigos e trabalhos acadêmicos sobre o candomblé, para que conheçam o mínimo e possam romper com o olhar preconceituoso que dirigem as crianças, excluindo da escola o racismo religioso.

Em nossa pesquisa, observamos que apesar dos estudos sobre a presença das crianças do Candomblé dentro da escola ainda serem poucos, existem muitos estudos antropológicos e pelo viés historiográfico sobre o Candomblé, portanto o professor pode ler sobre este segmento sem a interferência da intolerância religiosa.

Considerações Finais

As análises aqui apresentadas permitiram avaliar que o preconceito afro-religioso é construído devido ao desconhecimento e a uma interpretação errônea das simbologias, preceitos enfim as características mais marcantes do Candomblé. A existência da intolerância religiosa é real nas escolas, mas o que a torna mais perigosa é quando vemos profissionais da educação assumindo a posição ditatorial de excluir alunos, causar constrangimentos, querer reter objetos de cunho religioso e por meio de abuso moral advindo da autoridade (e, nos deparamos aqui com as relações de poder) impingir rótulos, gerar traumas.

A pesquisa de Caputo (2014) e Valente (2017) ilustram muito bem situações em que a desinformação sobre o Candomblé e as informações fragmentadas dos canais midiáticos e das oligarquias proporciona uma história única engolida pela maioria populacional. No entanto, a

⁷ Ibeji na nação Ketu, ou Vunji nas nações Angola e Congo. É o Orixá-Criança, divindades gêmeas infantis, encontram-se ligadas a todos os orixás e seres humanos. Associados ao princípio da dualidade estão ligados ao início, ao nascimento: nascente de um rio, nascimento dos seres humanos, o germinar das plantas, etc. É a divindade da brincadeira, da alegria; a sua regência está ligada à infância. Disponível em: <<https://www.iqilibrio.com/ibeji>>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁸ Ogum é símbolo de luta e conquistas, um Orixá muito respeitado e cultuado aqui no Brasil. Tem um dos mais fortes sincretismos, representado por São Jorge, também destemido guerreiro e que nunca abandonou sua causa. Disponível em: <<https://www.iqilibrio.com/ogum>>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁹ Deusa do amor, Orixá das águas, Oxum é aquela que mantém em equilíbrio as emoções, da fecundidade e da natureza. <<https://www.iqilibrio.com/oxum>>. Acesso em: 20 out. 2021.

construção da intolerância religiosa direcionada as crianças do candomblé exige mais do que a simples abertura ao diálogo dentro das escolas públicas e privadas, mas a efetiva tomada de ações que venham coibir esta prática que tem se fortalecido.

O lançamento do livro *as Crianças de Axé* é uma destas ações que tem sido desenvolvida em parceria com o Governo do Estado da Bahia com o objetivo de aproximar a realidade das crianças do Candomblé para a sala de aula, porém nem todos os professores estão abertos ao seu uso com suas turmas.

Na obra sua organizadora, Zilda Amélia Costa de Souza, reforça que tudo o que acontece nos terreiros desde as características, os sinais diacríticos, até os rituais são realizados a partir de toda uma herança cultural repassada a cada geração pela oralidade, ou seja, não existem livros ritualísticos, como outras religiões como as judaicas ou as cristãs.

Os autores pesquisados trouxeram contribuições muito importantes sobre como a criança é vista dentro dos terreiros, e como ela possui um papel de protagonista e coautora da sua formação enquanto membro ativo do terreiro. Perceber que o Candomblé, que traz uma herança cultural riquíssima pautada na oralidade, promove a formação das crianças com práticas e metodologias que só agora vem ganhando destaque na educação formal, enseja uma reflexão muito profunda a nós professores.

Embora, não tenha sido este o objetivo da presente pesquisa, não é possível deixar de reforçar que os processos formativos desenvolvidos nos terreiros de Candomblé comungam o que há muito vem sendo tratado por Freire sobre o estudante ter sua voz e visão de mundo respeitada e, mais atualmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que afirma a necessidade de se fomentar o protagonismo desde a Educação Infantil, entre outros pontos que sem dúvida podem gerar novas pesquisas.

Conscientes de que o tema exposto aqui apresenta nuances variadas que não puderam ser detalhadas, além de tratar um assunto controverso que vai contra toda uma postura religiosa, praticamente global, finalizamos estas considerações com um fragmento do texto de Oliveira e Almirante (2014, p. 141)

“[...] é preciso reconhecer também que a escola não é um espaço culturalmente neutro e que algumas identidades serão reconhecidas e reforçadas no espaço escolar, enquanto outras serão negadas e refutadas.”

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da única história**. São Paulo. SP: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Iulo Almeida; ALVES, Tainá Almeida. O perigo da história única: diálogos com Chimamanda Adichie. In: **Anais... I Ciclo de Eventos Linguísticos, Literários e Culturais**, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Jequié, Seção F: A abordagem social das identidades culturais. v. 30, p. 04-13, 2013. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/alves-alves-o-perigo-dahistoria-unica.pdf>. Acessado em 20 set. 2021.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

ARAÚJO, Victor Antônio Bispo; ACIOLY, Augusto Cesar. Intolerância contra afro-religiosos: Conhecendo o candomblé dentro da sala de aula. In: **Anais... XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3362/2695>. Acesso em: 15 set. 2021.

DO ROSÁRIO, Maria José Aviz; DO ROSÁRIO, Luiz Felipe Gonçalves. Intolerância religiosa no contexto escolar. **Revista Conexões de Saberes**, v. 3, n. 1, p. 115-133, 2019.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Educação para o respeito às diferenças étnicoraciais e religiosas: tensões, avanços e desafios. In: REIS, Marcos Vinicius de Freitas; SARDINHA, Antônio Carlos; JUNQUEIRA, Sérgio (Org.). **Diversidade e o campo da educação – diálogos sobre (in)tolerância religiosa**. Macapá: UNIFAP, 2017.

FARO, Romulo. Salvador tem maior população negra do País e é a mais discriminada. **Bahia 247**, novembro, 2013. Disponível em: <<https://contrafcut.com.br/noticias/salvador-tem-maior-populacao-negra-do-pais-e-e-a-mais-discriminada-beee/>>. Acesso em 15 set. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Lauro. Rio de Janeiro: DP& A. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 15/09/2021.

MEDEIROS, Cristiano Sant'Anna; SILVA, Isadora Souza. Diálogos possíveis entre escolas e terreiros: estratégias de lutas contra o racismo. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 92-105, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi; DE ALMIRANTE, Kleverton Arthur. Aprendendo com o Axé: processos educativos no terreiro e o que as crianças pensam sobre ele e a escola. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 138-174, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; ALMIRANTE, Kleverton Arthur. Criança, terreiro e aprendizagem: um olhar sobre a infância no candomblé. **Estudos de religião**, v. 31, n. 3, p. 273-297, 2017.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, v. 18, p. 223-238, 2004.

SOUZA, Walter Nunes de. Religião e educação – a superação do preconceito por meio do conhecimento. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, [S.l.], v. 5, jun. 2021.

VALENTE, Gabriela Abuhab. A religiosidade na prática docente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, p. 198-211, 2017.

IYAGUNÃ, Dalzira Maria Aparecida; DANTAS, Luis Thiago Freire. A criança e o candomblé: considerações acerca de uma educação decolonial. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 42-56, 2019.

A CONDIÇÃO DA MULHER NA IDADE MÉDIA E MODERNA

The condition of women in the middle and modern ages

Aparecido Amaro de Melo¹
Talita Nascimento²

Resumo: O presente trabalho versa sobre a condição da mulher em dois períodos da história, ou seja, na Idade Média e na Idade Moderna. Desse modo, nossos objetivos propendem a uma abordagem que destaque os papéis desempenhados pela mulher ao longo dos períodos supracitados. Ademais, busca-se comparar as condições destas épocas com a contemporaneidade. Com o intuito de realizar esse intento, o trabalho fundamentou-se em uma análise bibliográfica, empregando autores como Sousa (2004), Chagas (2017), Macedo (2002), Tedeschi (2012) e Perrot (2006), os quais abordam essa temática em seus descritos. Ao término desse estudo, espera-se evidenciar a condição da mulher na Idade Média e Moderna, comparando-a com a atualidade.

Palavras-chave: Mulher. Idade Média. Idade Moderna. Contemporaneidade. História.

Abstract: The present work deals with the condition of women in two periods of history, that is, in the Middle Ages and in the Modern Age. Thus, our goals tend to adopt an approach that highlights the roles played by women during the aforementioned periods. Furthermore, it seeks to compare the conditions of these times with contemporaneity. In order to accomplish this intent, the work was based on a bibliographic analysis, using authors such as Sousa (2004), Chagas (2017), Macedo (2002), Tedeschi (2012) and Perrot (2006), who address this issue. theme in their descriptions. At the end of this study, it is expected to highlight the condition of women in the Middle and Modern Ages, comparing it with today.

Keywords: Woman. Middle Ages. Modern age. Contemporaneity. History.

Introdução

Constata-se que a história contribui para a expansão do conhecimento de cada indivíduo, atuando como promotora e detentora de informações globais, sobretudo acerca da sociedade e sua cultura. Desta forma, evidencia-se a sua relevância para esta pesquisa, visto que a investigação da história nos apresenta os subsídios necessários para que possamos compreender melhor a condição da mulher nas Idades Média e Moderna.

A presente pesquisa justifica-se e se torna relevante, ponderando que no decurso da história as mulheres padeceram com o sistema patriarcalista, o qual as submetiam a inferioridade e a submissão completa ao homem. Desse modo, com suas lutas, as mulheres alcançaram lugares sociais na contemporaneidade que antes, lhes foram negados, como o mercado de trabalho e a política.

Posto isso, cabe salientar que nosso estudo possui como objetivo geral analisar a condição da mulher na Idade Média e Idade Moderna. Ademais, como objetivos específicos, busca-se comparar a condição desses períodos com a contemporaneidade, onde muitos direitos foram impetrados pela mulher mediante, sobretudo, o movimento feminista.

¹ Acadêmico do Curso de História, polo de Portão/Curitiba/PR. E-mail: aparecidoamaro@hotmail.com

² Tutora externa dos Curso de História polo de Portão/Curitiba/PR. E-mail: talita.amelie@gmail.com

Fundamentação teórica

A Era Medieval ou Idade Média, situa-se entre o século X e XV. Nesse período, consoante Letícia Chagas (2017, p. 03) “[...] a representatividade política era função inerente à Igreja Católica Ortodoxa, que influenciava diretamente nas crenças e valores da população”.

O historiador José Rivair Macedo (2002) em sua produção “Mulher na Idade Média” discorre que a sociedade medieval nutriu um desprezo generalizado pelas mulheres. Assim, aponta que se tratava de uma sociedade masculina e guerreira, a qual designava geralmente os dois sexos chamando-os de “o lado da espada” e o “lado de roca”.

O historiador Itamar de Sousa (2004) desempenha apontamentos sobre a analogia entre as civilizações gregas e romanas e o período medieval. Desse modo,

À semelhança da antiguidade greco-romana, a Idade Média foi também uma época dominada pelos homens: senhores feudais, cavaleiros, padres e monges. Dissemos predominantemente, mas não exclusivamente, porque neste período histórico, algumas mulheres exerceram importantes funções fora do lar, sendo abadessas, rainhas e dirigentes empresariais (SOUSA, 2004, p.159).

Evidencia-se então, a representatividade dos homens em ambos os contextos, sobretudo ponderando que “[...] a regra dominante na Idade Média, era a mulher ser uma criatura submissa e dependente do pai e do marido, e juridicamente tutelada”, conforme reitera Sousa (2004, p. 160). No entanto, verifica-se que muitas mulheres conseguiram impetrar “[...] o difícil status de santas canonizadas pela Igreja Católica” (SOUSA, 2004, p. 160).

Assim, Macedo (2002) explana que não se podem conceber as mulheres medievais como um grupo compacto oprimido pelos homens, tendo em vista que as diferenças sociais sempre foram tão fortes quanto às diferenças de sexo. Desse modo, impossibilita-se um alinhamento em um mesmo plano, de condessa e castelãs, de domésticas ou escravos. Salienta-se ainda, que a opressão, em preponderância, foi exercida por mulheres abastadas sobre as suas subordinadas.

Mediante essas considerações do historiador, observa-se que Macedo (2002), apresenta uma análise da mulher desse período e expõe uma percepção distinta sobre a Idade Média, a qual busca esclarecer determinados aspectos aludindo à imagem, frequentemente projetada do período, no qual a mulher é concebida como silenciosa e recatada.

Em geral, era comum que os homens distinguissem a mulher como um ser naturalmente inferior, sobretudo mediante a concepção análoga de determinados Padres da Patrística, como “Tertuliano, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho” (SOUSA, 2004, p. 160). Neste cenário, salienta-se que em relação à educação das meninas, a primeira virtude a ser trabalhada seria a obediência. Em síntese, essa era uma visão de que a mulher teria nascido para obedecer.

Ponderando essa conjuntura, é uma realidade que desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais, sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher medieval. Anteriormente ao século XIII, pode-se perceber que a Igreja está profundamente afetada pela imagem negativa que a tradição judaica instituiu em torno da primeira mulher, isto é, de Eva. A esta foi atribuída às calamidades ocorridas sobre a Terra, já que personificava Eva como a filha do pecado.

Mediante a explicação judaica, Eva é um ser pecador, incapaz de resistir à tentação, pelo que é necessário submetê-la à tutela masculina. Esse ponto já destaca a condição de inferioridade feminina dentro da sociedade judaica.

Ao se tornar a primeira mulher, Eva passa a projetar sua carga de pecadora sobre a existência feminina e, embora ela tenha sido criada a partir do homem, sendo considerada parte da essência humana, a mesma representa a parte vulnerável do homem. Desse modo, Eva contraiu o pecado para todas as mulheres, sendo a responsável pela perda do Paraíso. Estas são ideias difundidas no mundo medieval e eram, especialmente, os homens da Igreja que se encarregavam de disseminá-las. Consoante a historiadora Maria Filomena Dias Nascimento (1997, p. 86), “para eles estava claríssimo que a mulher era um perigo carnal e espiritual a ser evitado”.

De acordo com Sousa (2004), tal mentalidade discriminadora da antiguidade na cultura cristã perpassou grande parte do período medieval e, somente no século XII sucedeu uma mudança de direção na espiritualidade cristã, ao passo em que se instituiu o culto a Maria, “que passa a sublinhar a redenção da mulher pecadora por Maria, a Nova Eva” (LE GOFF, 2005, p. 285), considerada por muitos uma maneira de promoção da mulher.

Desse modo, a concepção da mulher doravante Maria, sensibilizou inúmeros jovens de distintas camadas sociais, os quais se inseriram nas instituições religiosas católicas. Assim, mediante ao trabalho consagrado aos pobres e da oração contemplativa, “[...] elas testemunharam os valores transcendentais da religião cristã e conquistaram a glória dos altares” (SOUSA, 2004, p. 161).

Posto isso, o historiador Georges Duby sintetiza que

A Idade Média é um período masculino, uma “idade dos homens”. O que se percebe nesse momento histórico, é que os homens, pelas suas ações, pelos seus testemunhos, mesmo nas páginas dos textos literários, pertencem a um sexo superior. São as suas vozes que são ouvidas, são eles que chegam a superfície do rio dos tempos. E eles falam sobre várias coisas, inclusive sobre as mulheres e seus corpos (DUBY, 1989, p. 15).

Chagas (2017, p. 03) corrobora expondo que “a sociedade Medieval era extremamente patriarcal, os homens ocupavam uma posição social privilegiada de supremacia masculina, a posição destinada às mulheres era de passividade e submissão aos homens, pai, marido, irmãos [...]”. Assim a mulher continua sendo tutelada, tendo em vista que quase toda a legislação dos séculos XIII e XV reconhecia a incapacidade jurídica das mulheres (SOUSA, 2004).

Verdade é que, numa época que os valores transcendentais do cristianismo estavam no auge, milhares de mulheres inspiradas no modelo de Maria, a Mãe de Deus, levaram uma vida santa, nos conventos e dedicaram os seus preciosos dias em cuidar dos pobres, dos doentes, enfim dos excluídos (SOUSA, 2004, p. 170).

Considerando a perspectiva jurídica, na era medieval a mulher continuou tutelada ao seu genitor e após o casamento, pelo marido. Esta situação de controle e de submissão só começou a mudar a partir do século XVIII, quando os movimentos feministas se expandiram e se fortaleceram, reivindicando igualdade de direitos entre homens e mulheres (SOUSA, 2004).

Ademais, constata-se ainda que a Idade Média, também, foi palco de uma das maiores perseguições contra a figura feminina, isto é, contra as bruxas. A “Caça às Bruxas” foi um movimento pelo qual a Igreja, através do Santo Ofício (inquisição), caçou os rituais pagãos que tinham a mulher como base da fertilidade e o corpo feminino como centro da vida. Segundo Chagas (2017), contra esse movimento a igreja Católica comandou um massacre chegando ao ponto de em um único dia executar três mil mulheres.

Em geral é válido salientar que a Idade Média constituiu um cenário marcante da submissão da mulher ao homem e não fosse assim, “eram vistas como prostitutas, pela sociedade, poderiam ser interpretadas como desafiadoras dos princípios morais no contexto social e da Igreja Católica” (SILVA; MEDEIROS, 2013, p.14).

Na Idade Moderna, isto é, entre os séculos XV e o século XVIII, ocorreu a decadência do feudalismo e o advento do capitalismo consolidado com a burguesia. Doravante esses feitos, a mulher foi possibilitada de ingressar no mercado de trabalho, não se restringindo apenas ao âmbito doméstico. Esse período simboliza um processo evolutivo da mulher na sociedade, tendo em vista o início de uma luta por direitos políticos e sociais. No entanto, insta salientar que estes serão impetrados somente na Idade Contemporânea, por intermédio de inúmeras reivindicações e lutas promovidas pelo movimento feminista.

O período Moderno inicia-se análogo a Era Medieval, onde as mulheres permaneciam restritas ao cenário doméstico e seus afazeres. O doutor em História, Losandro Antonio Tedeschi (2012, p. 93), complementa que “a sociedade no início da modernidade, vivia sob as premissas de controle social e da delimitação dos espaços no núcleo doméstico. A mulher ensina às suas filhas as premissas básicas e os dogmas da fé cristã”.

O próprio casamento neste período é ponderado como um contrato que corrobora a submissão da mulher ao homem, considerando que “[...] participam de seu contrato um “indivíduo” e um subordinado natural, e não dois “indivíduos”” (TEDESCHI, 2012, p. 97). Destarte, a mulher se caracteriza como a subordinada natural e o homem, como o indivíduo, o qual é superior a ela, sendo o responsável por designar suas atribuições. Anteriormente a este contrato, era subordinada ao pai e doravante a escolha do patriarca e a concretização do matrimônio, tornava-se submissa e obediente ao marido.

Desta forma, suas funções restringiam-se aos cuidados com os pobres, os enfermos e os idosos, além de zelar pela educação de sua prole, bem como pelos ensinamentos religiosos e administração do ambiente em que residia. Ao passo em que necessitavam de auxílio financeiro para a sobrevivência, as mais pobres eram incumbidas de trabalhar com seus maridos.

Salienta-se que na Reforma Protestante, as mulheres desempenharam um papel de suma importância, sobretudo ao passo em que se inserem nos espaços públicos. Consoante a teóloga Claudete Beise Ulrich (2016, p. 71), “a Reforma no século XVI não teria acontecido sem a efetiva participação das mulheres”. No entanto, poucas fontes dissertam sobre essa participação, tendo em vista o silenciamento das mulheres na historiografia. Ulrich (2016, p. 73) corrobora que “nomes como Martinho Lutero, João Calvino, entre outros, são conhecidos. No entanto, nomes como Argula Stauff von Grumbach, Elisabeth von Calenberg, Elisabeth Schütz Zell ou Katharina von Bora são praticamente desconhecidos”.

Assim, a autora enfatiza os feitos dessas mulheres, elucidando que todas participaram efetivamente nas discussões teológicas acerca da Reforma, destacando-se para Argula Stauff von Grumbach. Ademais, Ulrich (2016, p. 92) expõe que Katharina von Bora foi excêntrica ao atuar “[...] no meio público, negociando e gerenciando os bens da família”. Reitera que “ela também participou de conversas à mesa com estudantes e visitantes e foi colocada a par das disputas teológicas, a partir das cartas que Lutero escreveu, quando estava viajando”.

Elisabeth Cruciger foi a responsável pela criação do primeiro hino do protestantismo, intitulado de “Senhor Jesus Cristo, o único filho de Deus, pai em eternidade”. Consoante Ulrich (2016, p. 81), “o hino composto por Elisabeth demonstra o seu conhecimento bíblico e a sua sabedoria teológica”. Em relação a Elisabeth von Calenberg e Elisabeth Schütz Zell, Ulrich expõe:

Elisabeth von Calenberg instituiu a Reforma no seu ducado e manteve correspondência com Lutero. Elisabeth Schütz pregou três vezes em público, acolheu refugiados em sua casa, escreveu cartas e buscou dialogar ecumenicamente com os reformadores, especialmente, com os anabatistas (ULRICH, 2016, p. 92).

Evidencia-se então, os desempenhos dessas mulheres frente à Reforma Protestante, os quais são beneméritos de serem mencionados nesse estudo, tendo em vista o intenso silenciamento feminino na historiografia. Ademais, nota-se um desempenho feminino no contexto coletivo, o qual, paulatinamente vai se expandir.

Mediante o advento da industrialização, a conjuntura da mulher na modernidade se altera progressivamente, ponderando o imperativo de incorporar novas forças de trabalho nas fábricas. Assim, a mulher ocupou determinados lugares no mercado de trabalho, simbolizando o princípio de nova era. Consoante Chagas,

Com o advento da Idade Moderna, o desenvolvimento do sistema capitalista e a chegada da revolução industrial (Sec. XVIII) na Inglaterra, houve a exigência de aumento da mão de obra e, nessa ocasião, mulheres e crianças foram recrutadas para trabalhar nas indústrias. Diante desse acontecimento, as mulheres, mesmo recebendo salário menor que os homens, passaram a ocupar outra posição social, a de trabalhadora (CHAGAS, 2017, p.2-3).

Desta forma, por intermédio da Revolução Industrial, as mulheres, sobretudo as menos abastadas, inseriram-se no mercado de trabalho, visando auferir recursos para contribuir no sustento da casa. Dessa forma, ela se empenha em mais uma jornada de trabalho, além das que já desempenhava. Acerca desse contexto, a historiadora Michele Perrot (2006, p. 187) afirma que “[...] a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas e tecnologicamente específicas”. Nota-se, conforme o exposto, a presença da desigualdade salarial entre homens e mulheres, onde as últimas ocupavam serviços desvalorizados pelos homens, evidenciando assim as desigualdades trabalhistas entre os gêneros. Consoante Scott (1990, p. 78), tal desigualdade foi justificada mediante “[...] as exigências da reprodução biológica”, ou seja, o fato de ser mãe condicionava as mulheres a essa circunstância. Perrot explica ainda que

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, além em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e as tecidos” (PERROT, 2006, p. 187).

Assim, a mulher era limitada até mesmo no interior das fábricas, reforçando a desigualdade trabalhista entre os gêneros. Ademais, salienta-se que propensos ao acúmulo de capital, os donos de fábricas aproveitaram-se da mulher para lucrar, tendo em vista o salário menor. Destarte, as mesmas foram impostas a condições de trabalho degradantes e desumanas, desempenhando uma ampla jornada de trabalho com o supracitado salário reduzido.

Contudo, evidentemente, as mulheres lograram determinado êxito ao inserir-se no contexto fabril. Não obstante, mesmo frente a essa mudança da posição da mulher na sociedade moderna, ponderando a necessidade da mão de obra, salienta-se que a submissão ao homem se sustentava. Entretanto, se por um lado a supremacia masculina persiste, por outro, emana na literatura mundial temas relativos ao papel da mulher na sociedade, viabilizando assim, espaço para a possibilidade de sua emancipação (CHAGAS, 2017). Desse contexto, provém a conscientização das mulheres, bem como a busca por seus direitos. De acordo com Chagas,

[...] desde o século XIX as mulheres começaram a participar de movimentos operários, tais como luta pela melhoria das condições de trabalho, haja vista a jornada de trabalho compreende aproximadamente 15 horas e os salários serem irrisórios. Como consequência, no dia 8 de Março de 1917, 90 mil operárias manifestaram-se contra o governo na Rússia (CHAGAS, 2017, p. 04).

Tal manifestação russa elucidada por Chagas e designada de “Pão e Paz” simbolizou um marco na luta feminina por seus direitos, o que em 1977, resultou na oficialização da ONU – Organização das Nações Unidas -, como uma data que remete ao “Dia Internacional das Mulheres”.

Regressando ao foco desse estudo, ressalta-se que a valorização do homem e das ciências na Era Moderna apenas ampliou a exclusão social das mulheres. Nesse contexto, verifica-se que as mesmas tiveram oportunidades restritas no mercado de trabalho, quando comparadas aos homens, sobretudo em relação ao salário e as extensas jornadas nas fábricas.

No que tange ao Brasil, antecedente ao processo colonizador, a historiadora Mary Del Priore (2004) elucidada que as indígenas priorizavam os cuidados com o corpo e a prole. Ademais, auxiliavam na agricultura visando à subsistência do grupo.

No entanto, com o advento da colonização e a catequização dos indígenas, o papel da mulher sofreu transformações. Respalda-se nas concepções europeias, a função da mulher tornou-se especialmente restrita ao ambiente familiar e doméstico, tendo em vista o sistema patriarcal desenvolvido na colônia portuguesa da América.

Nessa conjuntura, o historiador Eni de Mesquita Samara (2007, p.13) elucidada que “a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços”. Assim, a repressão à mulher consolidava-se com a subserviência com a qual tinham que tratar os homens, sob a alegação que eles lhe provinham o sustento.

Materiais e métodos

Para lograr êxito nesse *paper*, foi desempenhada uma análise bibliográfica, fundamentando-se em historiadores que desenvolvem pesquisas específicas sobre a condição da mulher na Idade Média e na Idade Moderna.

De início, desempenhou-se uma pesquisa exploratória visando familiarizar-se com a temática, por intermédio do Google Acadêmico e da SciELO. Nesse contexto, foram coletados autores que dissertam sobre a nossa temática, como José Rivair Macedo (2002), Itamar de Sousa (2004) Leticia Chagas (2017), Michele Perrot (2006) e Losandro Antonio Tedeschi (2012). O acesso aos textos desses autores deu-se mediante uma busca em bibliotecas virtuais e físicas, bem como nos arquivos pessoais do autor.

Doravante esse acesso, iniciou-se uma pesquisa explicativa mediante a leitura dos escritos desses autores supracitados, realizando assim, uma análise bibliográfica com o intuito de coletar o maior número de dados e informações para fundamentar a construção desse trabalho.

Posteriormente, iniciou-se o desenvolvimento textual. Em síntese, o estudo foi desenvolvido a partir da relevância de sua pesquisa e orientado mediante os procedimentos acima citados.

Dando sequência, nos incumbimos ainda de coletar e analisar imagens que aludam a nossa temática e, destarte, coletamos o registro fotográfico exposto na Figura 1, o qual refere-se à mulher na contemporaneidade, onde possui direito de ocupar cargos políticos, como no Senado.

Figura 1. Mulheres na Política.



Fonte: Senado (2016)

Verifica-se que atualmente a mulher possui uma condição bem distinta daquela da Idade Média e Moderna, tendo em vista que devido aos movimentos feministas, a mesma impetrou direitos que lhes foram negados nos períodos supracitados, tal como a participação na política, conforme ilustra a Figura 1. Além de direitos, a mulher alcançou seu lugar na sociedade, sendo possibilitada de trabalhar, receber salários justos, estudar, votar e dentre outras conquistas, as quais tendem a expandir mediante a atuação do movimento feminista.

Embora cada período e sociedade apresentem uma função específica para a mulher, todos possuem concepções análogas, as quais mediante a justificativa do sistema patriarcalista, inferiorizam a mulher em relação ao homem. No entanto, essa conjuntura fez com que as personalidades femininas se tornassem mais fortes e, sobretudo, lutassem pelos seus direitos e pelo fim da hierarquização.

Resultados e discussão

Doravante a análise da condição da mulher na Idade Média foi perceptível que os estudos que abordam essa conjuntura neste período apresentam-se como uma tarefa bastante complexa, sobretudo em razão do emaranhado de informações e a extensão do período que perdura quase um milênio.

No entanto, sabe-se que a Igreja Católica medieval considerava a mulher como causa e objeto do pecado, pois tinha como referência a ideia do pecado original, cometido por Eva. Assim, sendo, era considerada a porta de entrada para o demônio. Só não eram consideradas assim quando eram virgens, mães, esposas, ou quando viviam no convento.

Estes conceitos aludem ao Cristianismo desde os primórdios. A fraqueza conexas à carne estava intrinsecamente vinculada à figura feminina, tendo em vista a conjuntura de Eva. Destarte, as mulheres eram ponderadas como criaturas débeis e suscetíveis às tentações maléficas e, assim sua salvação seria apenas alcançada mediante a permanência sob a tutela masculina.

Em suma, sendo patriarcal, a sociedade medieval era dirigida e controlada por homens que tinham o direito de castigar as mulheres como a uma criança, a um doméstico ou a um escravo, imbuídos de um direito de justiça inquestionável, e absoluto. O homem deveria ser governado apenas por Deus, enquanto a mulher que estava relacionada à sensibilidade, deveria ser governada pela inteligência masculina.

Já na Idade Moderna, a mulher impetra maior autonomia, tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho doravante a Revolução Industrial. Diante disso, cabe salientar que sua condição não melhorou em preponderância, considerando que passou a ter uma dupla jornada de trabalho, ou seja, nas ruas e em casa.

Complacente a essa conjuntura e independente de sua classe social, a mulher era responsável por sua residência, cumprindo as funções e os princípios difundidos pela sociedade como sendo algo natural a ela. Assim, distinta do homem que possui plena liberdade, a figura feminina limitava-se ao seu ambiente específico, o qual é isolado e vigiado, assim como era limitada nas fábricas, onde trabalhavam para auxiliar no sustento do lar.

Em síntese, na Idade Moderna as mulheres impetraram o cenário público ao passo em que foram possibilitadas de se inserirem no mercado de trabalho, mediante a necessidade de mão de obra com o advento da Revolução Industrial. No entanto, nesta conjuntura seus direitos foram suprimidos, como se sucedeu com o salário, o qual era inferior ao do homem. Apenas na Idade Contemporânea, houve uma drástica alteração nos direitos da mulher, ponderando que a luta do movimento feminista, viabilizou grandes conquistas, como o acesso ao ensino e ao sufrágio.

Conclusões

Mediante uma reflexão sobre a condição da mulher na Idade Média e Moderna, foi perceptível a relevância feminina para o desenvolvimento da sociedade. Assim, esse estudo contribui para a compreensão da sociedade atual, tendo em vista as grandes transformações ocorridas no papel das mulheres no decurso da história.

No Período Medieval a conjuntura feminina assemelhava-se a da Grécia e Roma, ou seja, a mulher era submissa ao homem, sobretudo mediante as doutrinas impostas pela Igreja Católica, instituição que inferiorizava a figura feminina, seja no âmbito privado ou coletivo.

Somente com a Idade Moderna essa condição se altera, sobretudo ao término deste período e com o advento da Revolução Industrial. Deste modo, as mulheres deixam suas residências para inserirem-se no mercado de trabalho, no entanto, são debeladas a uma jornada dupla de trabalho, considerando as funções domésticas.

Atualmente, inúmeros direitos e conquistas foram alcançadas, sendo essas nos diversos setores da sociedade, incluindo, o contexto político. No entanto, evidentemente, temos muito a evoluir e alterar nossas percepções em relação à mulher, ponderando que vivemos em um Estado democrático de direito. Essa missão, não se restringe apenas ao governo e aos homens, mas a todas as mulheres e os setores sociais, os quais devem caminhar em direção ao progresso e promover a igualdade entre os gêneros.

Referências

CHAGAS, Leticia. A posição da mulher em diferentes épocas e a herança social do machismo no Brasil. **Psicologia. pt**, O Portal dos Psicólogos, 23 de julho, 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1095.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor a outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2005.

MACEDO, José R. **A Mulher na Idade Média**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

NASCIMENTO, Maria. F. Dias. Ser mulher na Idade Média. **Textos de História**. v. 5, n. 1, p. 82-91, 1997. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21162/1/ARTIGO_Ser-MulherIdadeMedia.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História** - Operários, Mulheres, Prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. Disciplina, violência e poder nas relações de gênero no Brasil: séculos XVIII e XIX. **MÉTIS: história & cultura** – v. 6, nº 11, p. 11-22, jan./jun. 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre/RS, 1990.

SENADO. **Lugar de Mulher também é na Política**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SILVA; A. C. da; MEDEIROS, M. M. de. Sexualidade e a história da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 7 n. 14 – UFGD – Dourados, jul/dez – 2013.

SOUSA, Itamar de. A Mulher na Idade Média: a metamorfose de um status. **Revista da FARN**, Natal, v. 3, nº 1/2, p. 159 - 173, 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20996806-A-mulher-na-idade-media-a-metamorfose-de-um-status.html>. Acesso em: 16 mai. 2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História: Uma introdução teórico metodológica**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2012.

ULRICH, Claudete Beise. A atuação e a participação das mulheres na reforma protestante do Século XVI. **Estudos de Religião**, v. 30, nº 2, p. 71-94, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/6846/5309>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NOVO CORONAVÍRUS E MEIO AMBIENTE: UM OLHAR SOBRE O CONSUMO DE ÁGUA EM TEMPOS DE PANDEMIA

New coronavirus and the environment: a look at water consumption in pandemic times

Júlio César Pereira Da Silva¹

Carla Betina Eckel²

Resumo: Este artigo é resultado de estudos e pesquisas sobre a relação conflitante entre consumo e meio ambiente, evidenciada atualmente pela pandemia do Novo Coronavírus. Dessa forma, analisar o impacto ambiental causado pelo consumo da população durante a pandemia do Novo Coronavírus, é o objetivo principal desse trabalho. Como metodologia de construção do trabalho, foram feitas pesquisas online e em livros para embasar nossa fundamentação teórica. Durante a escrita, foi possível dialogar com o interesse das ciências humanas em debater a questão da problemática ambiental, a partir do momento em que o homem passou a ser considerado o principal fator de risco a degradação do meio ambiente natural. Tais ricos estariam ligados diretamente à forma como os seres humanos veem consumindo os recursos naturais, além do que é necessário para sobreviver. Este consumo desenfreado, junto com o crescimento populacional, pode ter sido determinante para gerar a atual crise de saúde e econômica da humanidade, provocada pela pandemia do Novo Coronavírus.

Palavras-Chave: Consumo. Meio Ambiente. Coronavírus.

Abstract: This article is the result of studies and research on the conflicting relationship between consumption and the environment, currently evidenced by the New Coronavirus pandemic. Thus, analyzing the environmental impact caused by population consumption during the New Coronavirus pandemic is the main objective of this work. As a methodology for the construction of the work, researches were done online and in books to support our theoretical foundation. During the writing, it was possible to dialogue with the interest of the humanities in debating the issue of environmental problems, from the moment that man started to be considered the main risk factor for the degradation of the natural environment. Such wealthy people are directly linked to the way human beings see themselves consuming natural resources, in addition to what is necessary to survive. This rampant consumption, together with population growth, may have been instrumental in generating the current health and economic crisis of humanity, caused by the New Coronavirus pandemic.

Keywords: Consumption. Environment. Coronavirus.

Introdução

Muito se tem debatido na atualidade acerca da relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Quase sempre questionando a forma como o homem consome os recursos naturais fornecidos pela natureza, esse debate ganhou mais um fato novo a ser analisado, a pandemia do Novo Coronavírus. Evidenciado pela presença de animais silvestres nas ruas e a melhora na qualidade do ar nas grandes metrópoles, o isolamento social decretado por chefes de governo no mundo inteiro, contribuiu (pelo menos de forma momentânea) para reduzir a velocidade da degradação ambiental provocada pelo homem. Porém, se por um lado a redução do nível das atividades humana contribuiu para aliviar o impacto sobre o meio ambiente, por outro, o isolamento das famílias em suas casas possivelmente irá aumentar o consumo de alimentos, energia e água. Sendo assim, analisar os impactos ambientais causados pelo consumo de água pela população durante a pandemia do Novo Coronavírus, é o objetivo principal desse trabalho.

¹ Acadêmico do curso de Formação Pedagógica em História pela Uniasselvi, Polo de Jaboatão dos Guararapes/PE. E-mail: juliocesar.psilva@hotmail.com.

² Professora do Curso de Pedagogia, com Especialização em Educação Especial e MBA em Gestão Escolar, Uniasselvi – Polo Jaboatão dos Guararapes/PE. E-mail: carla.beckel@gmail.com.

A ação humana no meio ambiente e a pandemia do coronavírus

O novo coronavírus se alastrou pelo mundo graças à ação destrutiva e invasora do ser humano contra a natureza, essa afirmação é do pesquisador Allan Carlos Pscheidt, doutor em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente e professor das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo.

Em entrevista concedida ao site Brasil De Fato e publicada pelo portal Amazônia, Notícia e Informação, Pscheidt afirma que o organismo que causa a covid-19 está há tempos no meio ambiente, provavelmente alojado em morcegos nativos de cavernas intocadas. Com a crescente urbanização e conseqüente invasão humana, porém, o vírus quebrou seu ciclo natural e alcançou outros seres, como o homem, cujo organismo ainda não está preparado para combatê-lo.

Ainda de acordo com o pesquisador, a pandemia deixa lições claras: precisamos nos preocupar urgentemente com o consumo desenfreado, a destruição recorrente do planeta e as mudanças climáticas. A disseminação do novo coronavírus é resultado direto disso,

(...) “Temos que olhar para o futuro e saber que, se o ritmo de consumo continuar como é hoje, o planeta não vai aguentar por muito tempo. Cada vez vai ser mais caótico, porque vai chegar o momento que não tem mais volta. Vamos ter que gastar muito dinheiro, em termos de economia, para resolver questões que poderiam ser diagnosticadas no passado” (PSCHEIDT, 2020)

Pscheidt alerta que, em um mundo interligado como o que vivemos hoje, epidemias virais devem se tornar cada vez mais comuns. Para ele, se não evoluirmos para uma sociedade mais consciente e menos egoísta, não teremos muito mais tempo por aqui.

Seguindo na mesma linha do professor Pscheidt, Cientistas e especialistas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estão reunindo os dados científicos mais recentes sobre a COVID-19 – tanto o que se sabe quanto o que não se sabe. Embora a origem do surto e seu caminho de disseminação ainda não estejam claros, o órgão listou seis pontos importantes que vale a pena conhecer.

Segundo o PNUMA, a interação de seres humanos ou rebanhos com animais selvagens pode nos expor à disseminação de possíveis patógenos. Para muitas zoonoses, os rebanhos servem de ponte epidemiológica entre a vida selvagem e as doenças humanas (PNUMA, 2020). Os fatores determinantes do surgimento de zoonoses são as transformações do meio ambiente – geralmente resultado das atividades humanas, que vão desde a alteração no uso da terra até a mudança climática; das mudanças nos hospedeiros animais e humanos aos patógenos em constante evolução para explorar novos hospedeiros.

Figura 1. Fatores do surgimento de doenças zoonóticas.



Fonte: Relatório Fronteiras 2016, PNUMA

Ainda de acordo com o PNUMA (2020), as doenças associadas aos morcegos surgiram devido à perda de habitat por conta do desmatamento e da expansão agrícola. Esses mamíferos desempenham papéis importantes nos ecossistemas, sendo polinizadores noturnos e predadores de insetos. A integridade do ecossistema evidencia a saúde e o desenvolvimento humano. As mudanças ambientais induzidas pelo homem modificam a estrutura populacional da vida selvagem e reduzem a biodiversidade, resultando em condições ambientais que favorecem determinados hospedeiros, vetores e/ou patógenos.

A integridade do ecossistema também ajuda a controlar as doenças, apoiando a diversidade biológica e dificultando a disseminação, a ampliação e a dominação dos patógenos. É impossível prever de onde ou quando virá o próximo surto. Temos cada vez mais evidências sugerindo que esses surtos ou epidemias podem se tornar mais frequentes à medida que o clima continua a mudar.

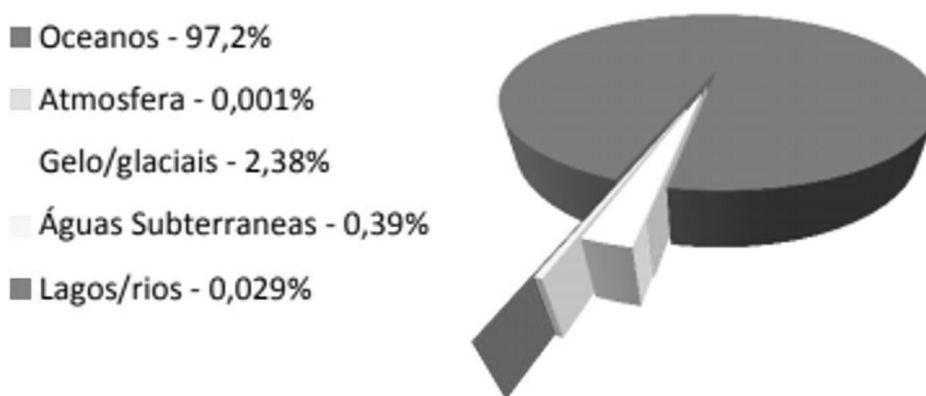
A importância da água como proteção contra o coronavírus

Difícilmente, na história da humanidade, se ouviu tanto falar sobre a importância da água para sobrevivência humana, como na atualidade. Isso porque, junto com o distanciamento social, lavar as mãos com água e sabão é uma das poucas formas de se proteger contra a contaminação pelo Novo Coronavírus.

Muitas pessoas não dão muita importância para o consumo consciente de água, porque acham que ela é um recurso inesgotável, podendo ser utilizada à vontade. Essa impressão se dá porque vemos água por todos os lados, seja na chuva, nos rios, lagos, mares, represas, piscinas etc. Realmente, a maior parte da superfície do nosso planeta, cerca de 70%, é ocupada por água. Porém, desses 70%, apenas 2,5% é constituído por água doce (esse é o tipo que é tratado e destinado ao nosso consumo), o restante é água salgada.

A água é uma das mais importantes riquezas do mundo, sendo o nutriente imprescindível para a sobrevivência de todos os tipos de seres vivos. No entanto a maioria da água não está disponível para o consumo humano, devido a salinidade que compromete seu uso, estando armazenada nos oceanos e mares, que correspondem acerca de 97,2%. Sendo que nem todas as demais fontes de água estão disponíveis, as águas das geleiras e parte das águas subterrâneas, que correspondem respectivamente a 2,38% e 0,39% de toda água no mundo, também estão indisponíveis para consumo (VICTORINO; 2007).

Figura 2. Gráfico sobre a distribuição da água.



Fonte: Adaptado de Victorino (2007).

Vale salientar neste tópico que, a principal fonte geradora da água, os rios estão ficando muito poluídos. Um dos principais exemplos disso é o Rio Nilo. Responsável por dar vida a uma das mais importantes civilizações da antiguidade: a civilização egípcia, o Nilo pede socorro. Segundo Matias (2020), Um dos graves problemas enfrentados pelo Nilo está no seu delta. Devido às mudanças climáticas ocasionadas pela emissão e pelo acúmulo de CO₂ na atmosfera, muitos agricultores no delta estão perdendo solos cultiváveis. Isso porque a salinidade avança gradativamente, tornando o solo pobre e intensificando o uso de adubos químicos.

E ainda, segundo o autor, gravidade das mudanças climáticas no delta do Nilo poderá afetar mais de oito milhões de pessoas, que terão de ser deslocadas das áreas litorâneas até o fim do século, segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão da Organização das Nações Unidas.

Justificativa e metodologia

Partindo do princípio de que o consumo é uma atividade econômica que consiste na utilização, destruição ou aquisição de bens e serviços, a fim de satisfazer as necessidades dos indivíduos. A partir desta definição, é possível compreender que o ato de consumir em si não é um problema, pois, o consumo é necessário à vida e à sobrevivência de toda e qualquer espécie.

Para respirar precisamos consumir o ar; para nos mantermos hidratados, temos que consumir água; para crescermos e nos mantermos saudáveis, necessitamos de alimentos. Porém, quando esse consumo de bens e serviços acontece de forma exagerada, levando à exploração excessiva dos recursos naturais e interferindo no equilíbrio estabelecido do planeta, aí sim é uma questão a ser discutida.

Nesse contexto, a problemática ambiental demorou muito para entrar nos debates das ciências humanas. Segundo Moraes (1994), Durante muitos anos a discussão dos problemas ambientais esteve circunscrita a pesquisadores das ciências naturais. Com raras exceções, o debate restringia-se à preservação e/ou conservação dos seres vivos, Com a constatação de que a maior parte dos problemas ambientais resulta de ações humanas no planeta, ao mesmo tempo em que emergem movimentos sociais defendendo a causa ambiental, temos um crescente aumento de interesse pelos pesquisadores da área de Humanidades junto ao tema. Após esse lapso temporal, as ciências humanas correm para provar que há um risco em curso na relação homem x ambiente:

(...) “A teoria da sociedade de risco, característica da fase seguinte ao período industrial clássico, representa a tomada de consciência do esgotamento do modelo de produção, sendo esta marcada pelo risco permanente de desastres e catástrofes”. Ela é complementada pela noção de uma irresponsabilidade organizada, por meio da qual nota-se “um encadeamento de mecanismos culturais e institucionais pelos quais as elites políticas e econômicas encobrem efetivamente as origens e consequências dos riscos e dos perigos catastróficos da recente industrialização” (LENZI, 2006).

Este artigo utiliza como metodologia de pesquisa, a revisão bibliográfica de alguns teóricos considerados pertencentes às ciências humanas, como por exemplo, Moraes (1994) e Lenzi (2006). Além disso, foram analisados dados de órgãos internacionais, como a Organização Das nações Unidas (ONU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), entre outros. Assim como dados de sites especializados na problemática ambiental como o EcoDebate, Instituto Trata Brasil, Conexão Planeta e o Ricicloteca.

De modo geral tanto os órgãos da ONU, quanto os sites especializados trazem dados sobre o consumo da água no Brasil e no mundo. Porém, os mais alarmantes foram as do Instituto Trata Brasil, aonde segundo o site, apesar do país possuir a maior reserva de água doce do mundo (cerca de 12%), mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água potável. Enquanto que no mundo, Dados do relatório Perspectivas Mundiais de População 2019 da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgados no dia 17 de junho de 2019, revelam que a quantidade de habitantes no planeta terra alcançará a marca de 9,7 bilhões em 2050.

O relatório apresenta os principais resultados da 26ª rodada de estimativas e projeções da ONU sobre a população global da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao realizar o 8º Fórum Mundial da Água em 2019, em Brasília, a ONU divulgou um relatório alertando que, em 2050, cerca de 5 bilhões de pessoas não terão acesso a água potável (própria para o consumo humano), pelo menos durante um mês por ano. Ou seja, mais da metade da quantidade de habitantes previsto para o ano de 2050 (ONU, 2019).

Ambos os dados revelam uma preocupação e um questionamento: e se a pandemia do Novo Coronavírus tivesse ocorrido em 2050? Haveria água suficiente para todos? Segundo este mesmo relatório da ONU, a escassez de um recurso natural não renovável, como a água, é provocada pelas mudanças climáticas e a exploração excessiva das fontes hídricas. E que desde 1990, a poluição em quase todos os rios da África, Ásia e América Latina só piora.

Resultados e discussão

Antes de qualquer análise de dados ou discussão, é preciso lembrar que apenas 2,5% da água no mundo é consumível. Partindo dessa informação, Segundo o portal de notícia PARANÁPORTAL (2020), O mês de abril apresentou um crescimento de 11% no consumo de água nas residências do Paraná em comparação ao mesmo período do ano passado, muito pelo distanciamento social causado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Ainda de acordo com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, o consumo em alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba cresceu acima da média no último mês. São exemplos as cidades de Piraquara com 17,58% de alta e Fazenda Rio Grande com 16,48% de crescimento.

Os números apresentados pelo estado do Paraná até então são os únicos acessíveis que foi possível apresentar neste trabalho. No entanto, não menos importante, pois, retrata uma realidade e necessidade não apenas do Brasil como do mundo, de aumentar o consumo de água potável. O que de certa forma passa a ser o suficiente para levantar o debate sobre o consumo consciente. Sendo assim, Conforme afirma Marciel (2010), a educação ambiental busca preparar e conscientizar o indivíduo, com relação aos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir, individual e coletivamente com vistas a melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente.

Uma outra análise possível de debate é com relação a redução das atividades que, segundo Giatti (2020), a paralisação de diversos setores na China, como o industrial, e a redução dos voos internos para conter a epidemia do coronavírus, dentre outros fatores sinérgicos, levaram também à redução da emissão de gases de efeito estufa em 25%, de acordo com estudo divulgado pela revista *Carbon Brief*. Nas duas primeiras semanas de fevereiro, a queda nas emissões de CO₂, por exemplo, se aproximou de 100 milhões de toneladas, o equivalente ao que Portugal emite no período de 1 ano. Neste caso, só será possível observar os efeitos destes números após a retomada total das atividades humanas diretamente ligadas a eles. Isso porque, não se sabe qual será o ritmo pós-pandemia.

O fato é que, os seres humanos, já estão consumindo mais do que a capacidade do planeta de se regenerar, alterando o equilíbrio da Terra. Segundo o relatório Planeta Vivo, a população mundial já consome 30% a mais do que o planeta consegue repor. Outro relatório, o Estado do Mundo 2010, do *World Watch Institute* (WWI) coloca que hoje extraímos anualmente 60 bilhões de toneladas de recursos naturais. Isto representa 50% a mais do que extraímos 30 anos atrás.

Os dados apresentados neste tópico são alarmantes. E a passagem do Novo Coronavírus pelo planeta terra deixará muitos aprendizados, entre eles, o de que a humanidade precisa urgentemente repensar sua relação de consumo com o meio ambiente. Cuidar dos rios, das árvores, dos animais, da fauna e flora, são apenas exemplos de algumas das ações que estão ao alcance de todos. E assim evitar que novas pandemias aconteçam.

Considerações finais

Considerando que a atual crise gerada pela pandemia do Novo Coronavírus ainda está ocorrendo em várias partes do mundo e, em particular no Brasil, este tema necessita de pesquisas mais conclusivas. Principalmente no que se refere às consequências do pós-pandemia. Porém, ainda que prematuro, os teóricos aqui apresentados são muito claros quanto a interferência dos seres humanos no meio ambiente e a real necessidade de mudança de rota com relação ao consumo.

Dessa forma, concordamos com o professor Allan Carlos Pscheidt que, é preciso olhar para o futuro e saber que, se o ritmo de consumo continuar como é hoje, o planeta não vai aguentar por muito tempo. Destruir os habitats dos morcegos, como vimos, foi a causa da pandemia do Novo Coronavírus. Porém, as consequências das ações humanas contra o meio ambiente são, e serão terríveis para todos. É preciso utilizar ferramentas de massificação das ideias de proteção ambiental, em especial a educação ambiental.

Nela, o consumo sustentável se insere num contexto de conscientização, pois atende às necessidades dos atores sociais no presente de forma a não comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Esta forma de consumir melhora a convivência entre o homem e o meio ambiente, no intuito de não prejudicar a qualidade de vida no futuro.

Referências

GIATTI, L. L. et al. Editorial - **A emergência do coronavírus e os desafios socioambientais contemporâneos**. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. 23, p. 1-7, 2020.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

MACIEL, J. N. **Metodologias de uma educação ambiental inclusiva**. Revista EGP. 2010.

MATIAS, Átila. **"Rio Nilo"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/rio-nilo.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MORAES, Antônio C.R. **Meio Ambiente e Ciência Humanas**. São Paulo: Hucitec, p, 156. 1994.

ONU. **Até 2050, um bilhão de pessoas viverão em cidades sem água suficiente**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ate-2050-um-bilhao-de-pessoas-viverao-em-cidades-sem-agua-suficiente-diz-banco-mundial/>> Acessado em: 26 ago. 2020.

PARANÁPORTAL. **Coronavírus causa aumento de 11% no consumo de água residencial no Paraná**. 2020. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/coronavirus-aumento-consumo-agua-parana/>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PSCHIEDT, A.C. **Ação humana contra o meio ambiente causou a pandemia do coronavírus**. Brasil de Fato. Amazônia: Notícia e Informação. 2020. Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2020/03/acao-humana-contra-o-meio-ambiente-causou-a-pandemia-do-coronavirus-diz-pesquisador/>> Acesso em: 25 ago. 2020

PNUMA. **6 fatos sobre coronavírus e meio ambiente**. Nações Unidas Brasil. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnuma-lista-6-fatos-sobre-coronavirus-e-meio-ambiente/>> Acesso em: 25 ago. 2020.

VICTORINO, C. J. A. **Planeta água morrendo de sede**. Porto Alegre RS. Ed. Edipucrs, 2007, p, 4. Disponível em:<<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/planetaagua/planetaagua/capmid=83>> Acesso em: 19 ago. 2020.

GENEALOGIAS DE GRUPOS SOCIAIS: OS CAMINHOS PARA DESCOBERTA DAS GENEALOGIAS DOS GRUPOS SOCIAIS PIONEIROS NA REGIÃO DE DÔRES DE CAMAQUAM ENTRE 1819 E 1889

Genealogies of social groups: the paths for discovering the genealogies of pioneer social groups in the region of dôres de Camaquam between 1819 and 1889

Júlio César Wandam Martins¹
Handerson Luiz Hugo Batista²

Resumo: Este é um estudo em fontes primárias de documentos eclesiásticos e livros de historiadores regionais, sobre algumas das famílias e grupos sociais que foram pioneiras no nascimento da freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquam, no período entre sua elevação à Capela no distrito de Camaquam, ligada a Matriz na Vila de Bom Jesus do Triunfo, por volta de 1819, no período da Freguesia independente e com Matriz a partir de 1833 e no período de fins do Império, com a Abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), quando desvelo uma parte da Genealogia dos “Alencastro” e “Vieira Rodrigues”, ramo de fundadores, colonizadores e militares, pelo Capitão Manuel José de Alencastro, sesmeiro e pelo Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues, tido como o fundador da cidade de Tapes, RS; a genealogia dos “Caldeirão” e os “Pereira da Rosa”, escravos livres; os “Pereira dos Santos”, pardos livres; os “Cunha Vasconcelos”, ramo do político, o Manuel; os “Fernandes Barbosa”, de Manuel José, imigrante português, produtor e criador pioneiro e os “Terres”, imigrantes da Alemanha, dos que vieram do Velho Mundo e das Ilhas, para esta região sul do Brasil, aonde aqui construíram e geraram famílias que povoaram este lugar inóspito, com animais ferozes e índios bravios até fins do século XVIII, em um lugar chamado “o Sertão dos Patos”, entre a vila de Laguna, em Santa Catarina e o Rio da Prata, na Argentina.

Palavras-Chave: Pioneirismo. Genealogia. Grupos Sociais. Documentos. Paleografia.

Abstract: This is a study in primary sources of ecclesiastical documents and books, and by regional historians, about some of the families and social groups that were pioneers in the birth of the parish of Nossa Senhora das Dores de Camaquam, in the period between its elevation to the Chapel in the district of Camaquam, linked to Matriz in the village of Bom Jesus do Triunfo, around 1819, in the period of the independent parish and with Matriz from 1833 and in the period of the end of the Empire, with the Abolition of slavery (1888) and the Proclamation of the Republic (1889), when I unweile a part of “Alencastro” and “Vieira Rodrigues” Genealogy, a branch of the colonizer and military, Capitan Manuel José de Alencastro and Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues, considered the founder of the city of Tapes, RS; the “Caldeirão” and the “Pereira da Rosa”, free slaves; the “Pereira dos Santos”, free browns; the “Cunha Vasconcelos”, a branch of the political, the Manuel; the “Fernandes Barbosa”, of Manuel José, immigrant portuguese, producers and breeders pioneers and the “Terres”, immigrants of Germany, who came from the Old World and the Islands, to this southern region of Brazil, where they built and generated families that populated this inhospitable place, with ferocious animals and indians wild until the end of the 18th century, in a place called “the Sertão dos Patos”, between the village of Laguna, in Santa Catarina and the Rio da Prata, in Argentina.

Key words: Pioneering spirit. Genealogy. Social Groups. Documents. Paleography.

Introdução

Nossa região da Costa Doce, junto a Lagoa dos Patos, ou do Rio Grande como antigamente era conhecida esta vasta extensão de águas internas e de terras ainda inabitadas pelos europeus entre Laguna, Santa Catarina e o Rio da Prata, na Argentina, também era denominada de “sertão”, ora dos Patos ou dos Arachanes, ou “terra” dos Tapes ou dos Patos, como também, podem provavelmente serem Terras dos Carijós.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIasselvi, Camaquã/RS. E-mail: juliowandam@gmail.com

² Professor Tutor do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIasselvi, Camaquã/RS. E-mail: hadersonluizhugobatista@gmail.com

Independente destes habitantes nativos, a evolução da região sob então domínio português e espanhol, se fez sentir no desenvolvimento das famílias e da povoação que se iniciava com centenas de casais vindos dos Açores e da Europa e que contribuíram neste processo de ocupação e colonização da região sul do RS, entre 1690 e 1890.

É a partir do ano de 1826, que se constata através de documentos da igreja, a existência de uma povoação que começa seu crescimento atraindo diversos grupos sociais (comerciantes, vendedores, trabalhadores braçais, religiosos, militares) e que organizam a vida social da então Capela de Dôres, no distrito de Camaquam, da Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo como consta nos documentos eclesiásticos (batismos, casamentos e óbitos) entre 1821 até 1833, e de onde se originaram diversas famílias que aqui habitaram depois desta data, e geraram descendências a partir de troncos povoadores.

O estudo da Genealogia é uma prática que requer em primeiro lugar um espírito investigativo, que buscará comprovar pelas fontes estudadas aquele ramo de uma árvore genealógica, seja ela de um vulto histórico ou de uma pessoa comum, do povo.

Algumas das famílias tiveram registros de suas existências e proles em estudos de pesquisadores que registraram a História da Família, e outras ficaram relegadas ao esquecimento e a omissão diante de suas importâncias. Muitas famílias comuns, na atualidade, podem não ter idéia de que uma pesquisa em suas genealogias poderá mostrar descenderem de pioneiros, de imigrantes, de senhores e escravos, de militares ou de ferreiros, sapateiros, comerciantes, policiais, administradores de nossa cidade no passado.

O estudo das genealogias destas pessoas, mostrando suas descendências até algumas gerações, aponta que as buscas poderão continuar e encontrando ramos de descendentes destes ainda vivos, e com enorme quantidade de parentes entre si.

A região estudada

A região onde nasceu Dôres de Camaquam, está entre o rio Camaquam e o arroio Ribeiro, e entre a serra do Herval e a parte leste junto a Lagoa dos Patos, e teve como habitantes nativos os índios dos ramos tupi-guarani, sendo considerados os mais prováveis, os Patos, Arachanes, Carijós, ou os três, sendo o mesmo nativo, os Carijós que habitavam a região de Santa Catarina, próximos a Laguna, ou Laguna dos Patos.

A região deste estudo tem cerca de uns 200 anos de história, e nela foram retratados muitos vultos e suas genealogias, mostrando uma seleta elite que é tida como as mais importantes na fundação e no desenvolvimento.

As famílias pioneiras

Os grupos sociais estudados são formados por famílias comuns, pioneiras e imigrantes, de diversos ramos que se interligaram em enlaces matrimoniais e geram descendências que organizam e identificam as classes, as épocas e os principais troncos pelos quais ascendem ou descendem muitas pessoas.

A pesquisa ora proposta visa apresentar uma amostra de um estudo genealógico através de documentos digitalizados sobre famílias pioneiras na região da antiga Dôres de Camaquam, entre 1819 e 1889, quando as famílias “Alencastro”, “Da Cunha”, “Vieira Rodrigues”, “Caldeirão”, “Pereira dos Santos”, “Pereira da Rosa”, “Cunha Vasconcelos”, “Fernandes Barbosa” e “Terres” contribuíram na povoação e no desenvolvimento político, religioso, comercial e social daquela vila, a 27ª cidade mais antiga do Rio Grande do Sul, elevada a Freguesia em 29 de agosto de 1833 e à Vila (cidade) em 16 de dezembro de 1857.

Essas pessoas estudadas, são representantes de classes sociais distintas, entre senhores e escravos, ou trabalhadores livres, pardos vindos de São Paulo e imigrantes vindos das Canárias, por exemplo, mas todos passando antes pela Vila de Bom Jesus do Triunfo, donde foi o epicentro da migração para o sul do antigo “sertão dos Patos” como referido por historiadores diversos ser essa a região entre Laguna, em Santa Catarina, antiga “Ilha dos Patos” até o Rio da Prata, passando pela costa do Rio Grande (lagoa dos Patos) até as terras de Sacramento.

As origens

Na leitura destes registros de batismos, de óbitos e casamentos na Igreja de Nossa Senhora de Dôres de Camaquã há farta comprovação de que muitos pioneiros vieram de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, e das Ilhas das Canárias e dos Açores, da Madeira, além da Europa espanhola e portuguesa, e pessoas vindas da Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, França, Rússia, Polônia e muitos outros países.

Estes processos migratórios ocorreram no Rio Grande do Sul em fases distintas, sendo que no começo do século XIX, principalmente de açorianos, que geraram descendentes nas regiões mais antigas do Estado, como Rio Grande, Rio Pardo, Triunfo e Taquari, e destas regiões vieram muitos para povoar a região de Dôres de Camaquã, como se encontram nos registros eclesiásticos entre 1826 e 1833, ano então da fundação da Freguesia de Dôres de Camaquã, antes distrito de Triunfo, chamado de Distrito do Camaquã.

Segundo historiadores regionais, entre estes CIBILS e MÁXIMO LOPES, o interesse religioso foi determinante nas fundações das cidades na região, além do interesse econômico que apresentava enormes avanços e favorecia o desenvolvimento social e político na imensa região de Dôres de Camaquã.

Foi com a obtenção de autorizações das autoridades religiosas, que permitiam a construção de templos em terras doadas a Igreja Católica, que favoreceu e justificou a necessidade de reunir os habitantes destes lugares em povoados, distritos, freguesias e vilas, fases estas que Dôres de Camaquã passou desde 1800, quando dos primeiros sesmeiros que ocupavam a região com “*Cazas e Currais, lavouras e campos com animais vacuns e cavalares*” e que justificavam a obtenção da Carta que lhes autorizava o aproveitamento das terras, inclusive com fins de povoar o território.

Como também sendo a dita Senhora servida mandar fundar no Distrito della alguma Vila, o poderá fazer, ficando livre e sem encargo algum, ou pensão para o Sesmeiro. (livro 39, do Registro Geral na Secretaria do Estado, nas folhas 99 em 21 de maio de 1790 - p.116v Fundo Fazenda 1246)

Conforme se encontra no texto deste documento transcrito, semelhante a maioria das demais Cartas de Sesmaria, alterando apenas os dados de localização e nomes dos recebedores de tal terra, onde citam também as benfeitorias já realizadas, antes da concessão do documento régio de doação da Sesmaria.

Luis de Vasconcelos e Souza, do Conselho de Sua Magestade Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, etc. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que attendendo a representar-me o Capitão Manoel Joze de Alencastre que elle tinha povoado huns Campos na costa da Lagoa no Continente do Rio Grande de São Pedro, onde tinha Cazzas Curraes e hum grande número de animaes Vacuns, e Cavalares. (livro 39, do Registro Geral na Secretaria do Estado, nas folhas 99 em 21 de maio de 1790 - p.116v Fundo Fazenda 1246)

O termo sesmaria é derivado de sesmo, o vocábulo poderia significar 1/6 do valor estipulado pelo terreno; ou era decorrente do sesmar, cujo significado era avaliar, estimular, calcular; ou ainda da divisão de um território que era repartido em seis partes, trabalhados seis dias por semana, por seis sesmeiros.

A entrega das sesmarias tinha como objetivo lavrar terras incultas, ou sem culturas agrícolas, ou sem exploração dos metais, que estava sob tutela exclusiva da Coroa tais Minas, e as matas de “paos Reaes”, destinados a construção das Naus da rainha, das quais os sesmeiros não poderiam derrubar as árvores sob hipótese alguma. Com a colonização portuguesa da América, as sesmarias, criam as condições para serem cultivadas as terras conquistadas, e povoar o novo território.

Sob este modelo de ocupação, surge a freguesia de São João Baptista de Camaquam e de Nossa Senhora das Dores de Camaquam, quando as sesmarias do Duro, do Cordeiro e do Cristal em Camaquã e a sesmaria de Nossa Senhora do Carmo, fundam estas bases com a autorização real para esta existência de fato e de direito.

Depois vem a fase dos templos, pois conforme as Cartas de Sesmarias haveria a necessidade do sesmeiro, separar uma parte de suas terras com fins de construção de igrejas e ou de obras de interesse do Reino nas margens dos rios caudalosos.

O quadro de população nacional livre da província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846, após 20 anos dos primeiros registros paroquiais da capela de Dôres de Camaquam, aponta que na freguesia de Nossa Senhora das Dôres de Camaquam, naquele ano de 1846 havia a seguinte população: 1343 homens e 1224 mulheres, totalizando 2567 pessoas, enquanto a freguesia mais ao sul, junto ao rio Camaquã, de São João Baptista, tinha 699 homens e 589 mulheres, totalizando 1288 habitantes, cerca de 50% para menos do total de Dôres de Camaquam, que crescia econômica e politicamente, e em 1854, já tinha em funcionamento o porto de Tapes, conforme se encontram nos Relatórios dos Governos Provinciais.

O commercio da Freguezia das Dôres para o Rio Grande faz-se por agua, tanto pelo Guayba e Camaquam, como pela Lagôa dos Patos. Sou informado que na Serra do Herval, pertencente a essa Freguezia existem muitas terras devolutas, com boas cahidas d'agua, disntante cerca de 5 a 6 leguas do Porto dos - Tapes, - donde ha livre navegação para o Rio Grande; consta-me também haver alli barro de excellente qualidade para fabricação de louça. A Matriz da Freguesia d'Aldêa ameaça desabar, e seria conveniente proseguir-se na construção da nova já começada. (Relatório dos Governos Provinciais, 1854, edição 01)

Neste processo contínuo de desenvolvimento e de prosperidade, inicia-se a organização política daquela povoação que avançava em números de habitantes, e em 1858, é instalada a primeira Câmara de Vereadores do Período Imperial em Dôres.

As genealogias

De Vila de Laguna, na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades da Ilha de Santa Catarina, surge aquele que tem como referência o ano de 1819, um Francisco Antonio Da Cunha e sua mulher Angélica Maria da Conceição, que doam terras para a construção da capela de Nossa Senhora das Dôres da Marquesa de Alegrete.

Neste lugar que prosperou graças a essa doação, nascem diversas famílias ligadas neste tronco povoador “Da Cunha”, com 14 filhos, 51 netos, 169 bisnetos, 258 trinnetos, 238 tataranetos, totalizando 730 descendentes entre 1820 e 1920, em cinco gerações de descendentes. Muitas famílias em Tapes, Camaquã, hoje descendem deste tronco povoador.

Cerca de 30 anos antes, um sesmeiro de nome Manoel José de Alencastre, um Capitão, com origens em São Paulo, recebe em maio de 1790 sua Carta de Sesmaria, a do Carmo, junto a Lagoa dos Patos e a Serra do Herval.

Este Manoel José de Alencastre nasceu em São Paulo, na freguesia da Sé, no ano de 1741 e faleceu na recém fundada vila de Porto Alegre, em 31 de maio de 1815, e foi tesoureiro e deputado à Real Junta da Capitania do Rio Grande de São Pedro e da Intendência da Marinha, capitão de ordenanças e vedor das Tropas e Armazéns Gerais.

Manoel José de Alencastre se casou com Maria da Luz de Menezes, filha do capitão Francisco Xavier de Azambuja e de Rita de Menezes.

Do casamento de Manoel José de Alencastre e Maria da Luz de Menezes houve quatorze filhos, cuja descendência foi desdobrada no trabalho genealógico de Jorge G. Felizardo, publicado na Revista Genealógica Latina.

O Tenente Coronel Patrício Vieira Rodrigues é citado por diversos historiadores regionais como o fundador da cidade de Tapes, e quem sabe da própria Dôres de Camaquam tenha sido o principal artífice para seu desenvolvimento, quando compra terras dos filhos do Capitão Manuel José de Alencastro por volta de 1824, quando então instala aqui a “xarqueada”, e que produzia o charque no aproveitamento do gado existente na região.

Na genealogia descendente do Cel. Patrício, contamos dez filhos e 26 netos na segunda e terceira geração de Dorenses, 21 bisnetos da quarta geração, muitos destes nascidos nesta região promissora naquele período de pioneirismo e colonização dos lugares férteis e pujantes para o desenvolvimento de lavouras e comércios, do transporte lacustre e das povoações que foram ocorrendo, com a vinda de pessoas de diversos lugares do Brasil e do mundo.

Nos livros de batismos de escravos da Capela de Dores de Camaquam, no ano de 1833, um dos registros de uma escrava de nome Rosa, apresenta na seqüência da história desta cidade, uma outra família que ali se devol verá, do ramo dos “Pereira da Rosa”.

A pessoa chamada Rosa, o quarto assento (registro) do Livro de Batismos de escravos, foi batizada em 23 de março do ano de 1833, alguns meses antes da elevação desta a condição de Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquam. Era, segundo consta no documento digitalizado, uma escrava do Capitão Manoel José Fernandes Barbosa, um dos pioneiros da pequena povoação. O “Pereira da Rosa” vem do “Pereira” de sua madrinha, Maria Cândida Pereira e o “Rosa” no sobrenome dos filhos e netos, é porque se trata de descendentes da escrava Rosa.

Rosa teve três filhas, e no extrato das indexações, não existe alguma referência ao pai destas meninas, não tendo sido encontrados os registros de batismos destas três filhas de Rosa, de nomes Felicidade, Olinda e Umbelina, mas foram encontrados os batismos dos netos e netas de Rosa, nascidos entre os anos de 1870 e 1890.

Deste grupo social, oriundos desta família da escrava Rosa e de suas três filhas, nasceram 18 descendentes, com dez homens e oito mulheres que viveram na Vila de Dores de Camaquam, foram trabalhadores, muitos com ofícios que desconhecemos pela omissão das fontes analisadas e que provavelmente geraram casamentos e mais netos desta Dorense de nome Rosa, nascida no ano de 1833, ou, antes mesmo desta data, de pais incógnitos, ou ainda não descobertos.

É possível, se forem realizadas as buscas nos índices dos livros dos cartórios ou até consultando o cartório de registros civis de Tapes encontrar ligações destas pessoas com possíveis descendentes destes “Pereira da Rosa”, bem como, se forem analisados documento do Cartório de Notas, encontrar os registros da escrava Rosa, e até mesmo, alguma carta de alforria antecipada a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888, feita pela Princesa Isabel e sob aplausos dos intelectuais e críticas dos capitalistas.

Pegando como base para descobrirmos as pessoas comuns que habitaram a antiga Dôres de Camaquam, nos seus primórdios, a primeira página, do primeiro Livro de Casamentos da Capela de Nossa Senhora das Dores, que principia no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1826, nos primeiros registros de casamentos do distrito de Camaquam, na então capela ligada a Vila de Nosso Senhor de Bom Jesus do Triunfo, oferecem uma amostra de grande importância dos processos migratórios, das etnias e das relações de compadrio.

Exatos 194 anos atrás, no dia 2 de junho de 1826, o primeiro registro de um casamento do morador da dita capela, de nome Florentino Pereira dos Santos, “natural daquela freguesia”, e filho de José Pereira dos Santos e de Anna Maria da Conceição ou de Jesus, casou-se este com Cecília Pereira dos Santos, natural da "Villa das Lages", filha de Miguel Pereira dos Santos e de Francisca Maria de Jesus, todos pardos e livres. Foram testemunhas Miguel Barbosa da Silva e Manoel Gonçalves do Espírito Santo. O padre que celebrou a cerimônia do casamento foi Clementino José dos Santos Lima.

Poucos dias depois, em 23 de junho de 1826, no mesmo distrito de Camaquam, da freguesia de Triunfo, um João Affonço Esteves, viúvo de Escolástica de Santo Amaro, casou-se com Guiomar Pereira dos Santos, natural da freguesia de Dores e filha de José Pereira dos Santos e de Anna Maria da Conceição, já falecida naquele ano. As testemunhas foram Miguel Barbosa da Silva e Ignácio Pereira, e o padre, o mesmo Clementino.

Dois meses após o primeiro casamento da capela, no dia 4 de agosto de 1826, no distrito de Camaquam, da freguesia de Triunfo, o pardo Manoel Serafim Pereira, natural do bispado de São Paulo se casou com Francisca Maria da Conceição, uma índia, esta viúva de um José Thomaz. As testemunhas foram o Major Boaventura José Centeno e Antonio José Centeno. O Padre, Clementino José dos Santos Lima, sob coordenação do Reverendo Orestes Rodrigues de Araújo.

Esse ramo dos "Pereira dos Santos" pardos e dorenses, que coletei os dados, irei perseguir até achar os descendentes destes dois casais, o Florentino casado com Cecília, que não teve descendência e sua irmã, Guiomar casada com João Affonço, que gerou a 3 filhas e de uma delas, chega-se até os Pires de Salles.

Outro importante pioneiro na fundação e formação da freguesia de Dôres de Camaquam, foi Manoel Jose Fernandes Barbosa (1796–1840), filho de Melchior Fernandes e de Serafina Teresa Barbosa, naturais da freguesia de São Lázaro de São José, em Braga, Portugal.

Manoel José se casou no ano de 1861, em Canguçu, RS, com Anna Joaquina Conceição da Cunha (1794–1865), filha de Francisco Antonio Da Cunha e de Angélica Maria Da Conceição, naturais de Laguna, SC e os doadores de terras para a Capela de Nossa Senhora das Dores de Camaquam em 1819. Este mesmo Manoel José, também doa terras para a mesma Capela, segundo RUPERT, em A História da Igreja no Rio Grande do Sul.

Desta união entre Manoel José e de Anna Joaquina, geraram à dezesseis (16) filhos, (68) sessenta e oito netos, (84) oitenta e quatro bisnetos e (20) vinte trinets, sendo que um dos netos deste fundador, Narciso Fernandes Barbosa, foi intendente entre 1923 e 1926 na Vila de Dôres de Camaquam e de sua união com Anna Gertrudes de Lima, gerou a (14) quatorze filhos, na sua maioria mulheres.

Um imigrante da Europa Central, chamado João Gaspar Terres, ou Terra, ou Terr, era natural da Alemanha, conforme os registros de seus filhos e netos. Ele faleceu jovem ainda, com 37 anos em 1847, na freguesia de Dores de Camaquam, conforme seu registro paroquial de óbito.

Ele era filho de Thobias Terres e de Catharina Chorumber, naturais da Alemanha, e se casou no Rio Grande do Sul, em 4 de março de 1832, em Porto Alegre, na Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus, com Anna Joaquina Da Silva, filha de Joaquim Silveira Da Luz e de Juliana Maria Da Conceição.

Do casamento de João Gaspar Terres com Anna Joaquina da Conceição, estes geraram a (9) nove filhos (as), (45) quarenta e cinco netos (as) e (44) quarenta e quatro bisnetos (as) identificados (as) na genealogia de João e Anna,

Destas gerações de 45 netos e 44 bisnetos de João Gaspar Terres, eles formam diversas famílias que povoaram Dores de Camaquã e a região, quando os enlaces geraram as famílias: *Barreto de Campos, Pereira de Campos, Santiago Duarte, Terres Müller, Duarte de Lima, Alves Pereira, Longaray Barreto, Pires de Arruda, De Campos Arruda, de Lima Duarte, Haushild Müller e Terres de Deus.*

Outro tronco importante é de Marçal Francisco Pery (aportuguesado para Peres), casado com Maria Ritta Perdon, na Ilha de Lanzarote, nas Canárias. De lá ele vem para o Brasil, e com duas filhas, Pedra e Josepha, que geraram descendentes a partir de 1826, conforme se encontram os registros, no Distrito de Camaquã, no povoado de Dores de Camaquã. Do casamento de ambas as filhas, Marçal Pery se torna avô de (71) setenta e um netos, bisavô de (111) cento e onze bisnetos, trisavô de (88) oitenta e oito trinets, e de (5) cinco tataranetos, e (1) um 5º neto, nascido em 1917, em Dores de Camaquã, totalizando 277 pessoas.

Nos tempos do Império, entre 1822 e 1889, a freguesia e depois vila de Dôres de Camaquã, passou por vários momentos de paz e tranqüilidade e de guerra e inseguranças. Vários foram os cidadãos que foram investidos de cargos e comissões que ajudaram no processo de crescimento da sociedade dorense. Mas um teve grande destaque nos anos das efervescências e dos sonhos republicanos no Brasil Império.

Manuel Da Cunha Vasconcelos nasceu em 21 de junho de 1851, na Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquã, e foi batizado em 12 de abril de 1852, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, na Freguesia que anos mais tarde, tornada Vila seria administrada politicamente por este Dorense.

Era filho do imigrante açoriano Antônio da Cunha Tavares, natural da Ilha Graciosa, e de Maria Angélica da Cunha Tavares, natural de Dores e esta união gerou a (11) onze filhos.

Maria Angélica era filha de Jose Rodrigues Tavares, nascido na região de Dôres de Camaquã entre 1790 e 1800, e filho do Antonio José Tavares e Damasia Ângela da Fonseca, esta filha de Ângelo da Fonseca Velho (1736–1787), imigrante da Corte do Rio de Janeiro, que em 23 de agosto de 1762, no Forte de Rio Grande, na Igreja de São Pedro, casou-se com a açoriana Rosa Maria Encarnação Serpa (1740–1829), natural da Ilha do Pico, no arquipélago dos Açores.

Este José Rodrigues Tavares se casou em 13 de agosto de 1827, na Vila de Bom Jesus do Triunfo, RS com Fermiana Carolina Da Cunha (1798–1890). Essa Fermiana é filha de Francisco Antônio Da Cunha (1766–1831) e de Angélica Maria da Conceição (1789). Estes últimos, os doadores das terras para ser construída a primeira Capela de Dôres de Camaquã, os fundadores deste povoado por volta de 1819.

Aqui se mostra o entroncamento entre os Da Cunha, pioneiros vindos de Santa Catarina, Laguna e com origens na Ilha Graciosa, com os Rodrigues Tavares, pioneiros vindos de Encruzilhada do Sul, com os Da Cunha Vasconcelos, pioneiros imigrantes vindos da Ilha Graciosa, com os Da Fonseca vindos do Rio de Janeiro e os Serpas vindos da Ilha do Pico nos Açores, além dos Fernandes Barbosa, que também estão ligados pelo casamento do capitão Manoel José Fernandes Barbosa com a filha mais velha de Francisco e Angélica, de nome Anna Joaquina da Conceição. Esta genealogia será descrita abaixo.

A grande árvore genealógica que se estende por uns 250 anos, desde a chegada dos açorianos ao Forte de Rio Grande, na Freguesia de Jesus, Maria e José, até os dias de hoje, mostram e evidenciam através da documentação acessada e dos livros consulados, que existe uma enorme lacuna para referenciar os povoadores do Rio Grande do Sul, a começar por cidades históricas como foi Dôres de Camaquã, a 27ª cidade criada no RS.

Manoel Cunha Vasconcellos se casou em 15 de dezembro de 1888, na Igreja Matriz de Nossa Senhora Das Dores, com Justina Calderon Lopes, nascida por volta de 1870, e filha de Manoel Antônio Lopes Figueiredo (1831–1886) e que casou em 1871, em Canguçu, RS com Maria José Calderón Lopes (1834–1912).

Essa Maria José Calderón Lopes nasceu na Freguesia de Nossa Senhora das Dores, em 20 de junho de 1834, e foi batizada em 23 de setembro de 1834, na mesma freguesia de Dôres de Camaquã. Faleceu em 24 de agosto de 1912, em Cachoeira do Sul, RS, e era filha de Jose Antonio Calderón, natural de Madrid, na Espanha, e filho de Thomaz Caldeirão e de Euzébia Domingues, da Espanha.

Este imigrante da Europa espanhola José Antonio Calderón, casou-se em 1819, em Canguçu, RS com Cândida Maria de Oliveira, filha de Simão De Lima e Joaquina Maria De Oliveira. Este Simão De Lima, teria nascido em Camaquã, mais precisamente na Ilha de Santo Antonio, na barra do rio Camaquã, conforme documento de batismo da neta Maria Josefa Calderón, nascida em 20 de junho de 1834.

Esta neta materna de Simão De Lima, possivelmente um dos primeiros habitantes das Ilhas da Foz do Rio Camaquã, de importância ecológica e histórica na região sul, casou-se com o então proeminente político e administrador republicano Manoel Cunha Vasconcellos, e teve a seis filhos, como encontrei na sua genealogia:

1. **Leônidas** Da Cunha Vasconcellos (1889);
2. **Maria Hermínia** Da Cunha Vasconcellos (1892);
3. **Aristides** Da Cunha Vasconcellos (1893);
4. **Alcíbiades** Da Cunha Vasconcellos (1894);
5. **Juvenal** Da Cunha Vasconcellos (1896);
6. **Almerinda Maria** Da Cunha Vasconcellos (1897).

Na vida pública de Manoel Da Cunha Vasconcellos, o tenente coronel, em 16 de março de 1873, foi nomeado para o cargo de 1º Suplente de Subdelegado de Polícia do 1º Distrito da Vila dos Dores de Camaquã.

Em 1880, a 11 de junho, recebeu nomeação para cargo de 3º Distrito Especial de termos das Dores. Como estivesse exercendo as funções de Secretário da Câmara Municipal desde fevereiro de 1885, aquela Câmara, a 24 de agosto de 1886, nomeou o Secretário efetivo, servindo de Contador. Nos anos de 1890 a 1908 foi o primeiro intendente de Dores de Camaquã.

O então intendente, Manoel da Cunha Vasconcelos, administrou Dores de Camaquã de 1892 até 1908, tendo este político estudado em Portugal desde a infância, se formando no curso jurídico da Universidade de Coimbra, sendo um dos importantes homens na Revolução Federalista de 1893.

Foi este político por Dôres e o Rio Grande do Sul, um trabalhador pela causa da Proclamação da República, e foi também nomeado Delegado de Polícia, depois Intendente por 16 anos, projetando a cidade e aumentando o seu desenvolvimento. Faleceu Manoel da Cunha Vasconcellos no ano de 1910.

A partir do ano de 1911, a Vila de Dôres de Camaquã começa sua decadência econômica e política, com muitas famílias que começam a migrar para a auspiciosa vila de Tapes, com seu porto e casas comerciais, herança da ocupação e da colonização deste lugar pelos pioneiros e artífices de nosso passado glorioso, mas pouco estudado e debatido nos tempos atuais.

Conclusão

Considerando a dimensão deste estudo, e as particularidades das quais poderiam ampliar o grau de informação sobre estas classes sociais pioneiras na formação de nossa sociedade regional, entendo que as amostras colhidas estão corretas e ou possam ter omitido alguns nomes que porventura não tenham sido encontradas na pesquisa das fontes primárias de todos estes anotados nas genealogias acima desveladas.

Um estudo utilizando os motores de buscas de diversos sites na área da pesquisa das genealogias, pode encontrar dados que não configuram a realidade daquela pessoa, e utilizamos como fontes os documentos colhidos e realizamos a leitura paleográfica de cada imagem afim de confirmar os dados contidos no presente trabalho.

As genealogias de todas estas pessoas pesquisadas poderão ampliar de maneira exponencial se avançarmos a linha de tempo estabelecida, entre 1819 e 1889, pois muitos dos ramos dos bisnetos poderão conter proles consideráveis se formos buscar estes dados, mesmo que pelos meios remotos e *on line*, demandaria muito tempo e dedicação. Concluo que os estudos de genealogias de quaisquer pessoas, sejam elas vultos históricos e até mesmo de ex-escravos, poderão apresentar diversas descobertas que ajudarão no processo de reconstituição histórica e familiar dos grupos sociais da região de Dores de Camaquam, na zona sul do Rio Grande do Sul, Brasil.

Referencias

BESEN, Pe. José Artulino. **Padres da Igreja Católica em Santa Catarina** – Dom Felício Cesar da Cunha Vasconcelos, OFM – Missionário da Cruz. Acessado em 06/07/2020. disponível em: <<https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-felicio-cesar-da-cunha-vasconcellos-ofm>>.

BOTELHO, Stella Fontoura. **Amaral Ferrador: um campeador valente e destemido** - Editora AGE Ltda, 2005 - 112 p. página 20.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio Grande do Sul; **Transcrição paleográfica da Carta de Sesmaria de Manoel José de Alencastro**; Fundo Fazenda 1246 – folhas 115v a 117, ano 2011, Porto Alegre, RS.

CIBILS, Luiz Alberto (1909-2019). **"Centenário da entronização de Nossa Senhora da Conceição em Dores de Camaquam"**, Porto Alegre, publicado pela Revista da PUC/RS, 1959.

CIBILS, Luiz Alberto. **"Origem de Camaquã e traços biográficos de Manuel da Silva Pacheco"**, Porto Alegre, publicado pela Revista da PUC/RS, 1959.

CIBILS, Luis Alberto. **Sentinela do Sul – Região de Camaquã**, Porto Alegre, UBE/RS, 2012, pág. 104.

DA SILVA, José Carlos Lázaro. **Povoamento do Município de São João Batista de Camaquã** – Aspectos da História, Genealogia e Biografias, Porto Alegre, Evangraf, 2011.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**: pesquisas nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos governos estadual e municipal, Ed. Nacional, Brasil, 1934, pág. 163, 67, 75.

FELIZARDO, Jorge. G. **Manoel José de Alencastre e sua descendência** - Revista Genealógica Latina - Revista especial em comemoração ao 4º Centenário da fundação da cidade de São Paulo, Volume 6. Ano de 1954.

LOPES, João Máximo. **Personalidades Camaquenses** – A história do Município por seus homens lustres; Porto Alegre; Evangraf/NPHC, 2012

MARTINS, Wilarzi. **A Trajetória - Tapes 100 de História**; Tapes, 1999, editora Lamarca, Porto Alegre, RS, pág. 8.

PINTO, Tales dos Santos. **"O que é sesmaria?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso 20 julho 2020.

RUPERT, Arlindo (1922-2006). **História da Igreja o Rio Grande do Sul** – Volume 2, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1977, pág. 235.

RUPERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época colonial (1626-1822)** páginas 137 e 147.

TAUNAY, Afonso de E.. **História Geral das Bandeiras Paulistas** – Bandeira ao Sertão dos Patos; São Paulo, Melhoramentos, 1953;

TIMM, Octacílio B.; GONZALEZ, Eugênio. **O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas**, Porto Alegre, Selbach, 1931, pág. 763.

ARQUITETURA BRASILEIRA: APONTAMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DA DISCIPLINA NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Brazilian architecture: notes about the subject in the architecture and urbanism
academic course**

Marcelo Danielski¹

Resumo: Este trabalho pretende relatar a experiência do docente em sala de aula, socializando aspectos sobre a aplicação da disciplina de Arquitetura Brasileira no curso de Arquitetura e Urbanismo. Sua justificativa reside na importância de relatar como a disciplina é trabalhada com foco em perfil profissional específico, notadamente vinculada aos antecedentes históricos (arquitetura indígena e arquitetura portuguesa); Brasil colonial (núcleos urbanos, engenhos, fortalezas, igrejas, casas térreas e sobrados, e sistemas construtivos); século XIX (neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, arquitetura de ferro e vidro, ascensão de São Paulo e residências urbanas) e arquitetura moderna e contemporânea (transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, *Art Nouveau*, *Art Déco*, modernismo e contemporâneo, e principais arquitetos e obras), conectando-a com habilidades e competências voltadas à formação de arquitetos e urbanistas. Assim, a produção acadêmica concentrou-se no desenvolvimento de análise crítica textual e de apresentação oral, ambas em grupos. A primeira, sobre o traçado urbano ortogonal (regular, reticulado ou em grelha) e o traçado urbano orgânico (irregular), e a segunda, sobre arquitetos modernistas e contemporâneos e suas principais obras. Baseada na tipologia descritiva, o trabalho aborda procedimentos técnicos de caráter bibliográfico e documental no relato de ações voltadas ao processo de aquisição de conhecimento.

Palavras-chave: Arquitetura indígena. Arquitetura colonial. Arquitetura do século XIX. Arquitetura moderna e contemporânea. Experiência em sala de aula.

Abstract: This work intends to report the classroom experience, socializing aspects about the Brazilian Architecture subject in the Architecture and Urbanism academic course. Its justification is in the importance of conveying how the subject is focused on specific professional profile, notably linked to the historical background (indigenous architecture and portuguese architecture), colonial Brazil (urban cores, mills, fortifications, churches, ground floor and two-story houses, and building systems), 19th century (neoclassicism, eclecticism, coffee farms, iron and glass architecture, rise of São Paulo City and urban dwellings) and modern and contemporary architecture (transition of 19th and 20th centuries, neocolonial architecture, *Art Nouveau*, *Art Deco*, modernism and contemporary, and main architects and works), connecting it to abilities and competences which are aimed to the formation of architects and urbanists. Thus, the academic production concentrated in the elaboration of authorial text (critical analysis) and oral presentation, both in groups. First, about regular urban net and organic urban net, and second, about modernist and contemporary architects and their main works. Based on descriptive typology, the work presents technical procedures of bibliographic and documental character to show actions directed to the process of knowledge acquisition.

Keywords: Indigenous architecture. Colonial architecture. 19th century architecture. Modern and Contemporary architecture. Academic experience in classroom.

Introdução

O relato a seguir envolve a experiência do docente em sala de aula no segundo semestre de 2019, período em que a disciplina foi ofertada na modalidade presencial. Apesar de englobar o recorte de apenas um semestre, ressalta-se que não cabe ao trabalho coletar e apresentar dados estatísticos, muito menos generalizar resultados, mas socializar as estraté-

¹ Professor do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), em Indaial/ SC. E-mail: marcelodanielski@yahoo.com

gias adotadas para alcançar os objetivos evidenciados em ementa da disciplina (UNIDANTE, 2019b). Destaca-se que, por ser um relato de caráter descritivo, este trabalho não almeja um estudo profundo e exaustivo sobre metodologia de ensino, não avançando em soluções no processo de ensino-aprendizagem.

Com o intuito de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atraente, a disciplina foi trabalhada com foco no perfil profissional, avançando no entendimento da história da arquitetura brasileira, considerando quatro unidades: Antecedentes históricos (arquitetura indígena e arquitetura portuguesa); Brasil colonial (núcleos urbanos, engenhos, fortalezas, igrejas, casas térreas e sobrados, e sistemas construtivos); Século XIX (chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, arquitetura de ferro e vidro, ascensão de São Paulo, e residências urbanas); Moderno e contemporâneo (transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, *Art Nouveau*, *Art Déco*, Semana de Arte Moderna de 1922, arquitetura moderna e contemporânea, e principais arquitetos e obras).

Quanto à aplicação da disciplina, as unidades um, dois e três foram trabalhadas na primeira metade do semestre (UNIDANTE, 2019a).

Na unidade 1, Antecedentes históricos, foram estudados os principais aspectos relacionados à arquitetura indígena e à arquitetura portuguesa, influenciando na ascensão da arquitetura colonial.

Na unidade 2, Brasil colonial, foram estudados os principais aspectos relacionados aos núcleos urbanos coloniais, engenhos, arquitetura militar, arquitetura religiosa, arquitetura civil, casas térreas e sobrados coloniais, e sistemas construtivos coloniais.

Na unidade 3, Século XIX, foram estudados os principais aspectos relacionados à chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, vinda da Missão Artística Francesa, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, ascensão de São Paulo, residências urbanas, inovações tecnológicas e infraestrutura urbana, arquitetura de ferro e vidro, transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, *Art Nouveau* e *Art Déco*.

Ainda sobre a aplicação da disciplina, a unidade 4 foi trabalhada na segunda metade do semestre (UNIDANTE, 2019a).

Na unidade 4, Moderno e Contemporâneo, foi estudada a Semana de Arte Moderna de 1922, ascensão do modernismo, primeira casa modernista, sede do Ministério da Educação e Saúde, conjunto da Pampulha, Brasília, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, principais arquitetos modernistas e obras, principais arquitetos contemporâneos e obras, e panorama geral da arquitetura brasileira.

Apesar de envolver aspectos que extrapolam o campo específico da arquitetura e urbanismo, como a chegada da Família Real Portuguesa (1808) e a Semana de Arte Moderna (1922), pretende-se que sua aplicação seja específica, relacionando-a com as habilidades e competências voltadas à formação de arquitetos e urbanistas (UNIDANTE, 2019c).

Plano de ensino e metodologia de aula

No primeiro encontro, plano de ensino, cronograma, avaliações e frequência foram explorados ao longo de todo período de aula, além de informações adicionais sobre a disciplina. Estas informações, além de socializadas e projetadas em sala de aula, foram disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), podendo ser consultadas pelo acadêmico em qualquer momento do semestre.

O plano de ensino foi integralmente trabalhado em sala de aula, sendo explorada a ementa, objetivos, unidades de ensino, justificativa da disciplina, avaliação, metodologia, bibliografia básica e bibliografia complementar (UNIDANTE, 2019b).

Quanto à avaliação, a média semestral é composta por duas avaliações (AV1 e AV2), respeitando a fórmula $(AV1 + AV2) / 2$. A AV1 e a AV2 terão a composição = Trabalho (50%) + Prova (50%). O acadêmico será considerado aprovado se a média semestral for igual ou superior a 6,0 (seis). Caso não atinja a média, o acadêmico irá para a AV3, com a composição = Prova (100%). A AV3 propicia que o acadêmico atinja a média semestral 6,0 (seis), substituindo a nota mais baixa (AV1 ou AV2). O Trabalho é de gerenciamento do professor, enquanto a Prova deve obedecer aos parâmetros estipulados pela instituição. Ou seja, o docente pode propor diferentes métodos avaliativos para compor o Trabalho.

No que se refere à disciplina de Arquitetura Brasileira, por opção do docente, foi utilizado o recurso de análise crítica para compor a AV1 e o recurso de apresentação oral para compor a AV2, ambos em grupos, explorando as habilidades inerentes a esta condição (comunicação, liderança, negociar, planejar, raciocinar de forma lógica/ crítica/ analítica, relacionamento interpessoal, ser criativo, tomar decisão, trabalhar em equipe multidisciplinar) (UNIDANTE, 2019c).

Ainda no que se refere ao plano de ensino, destaca-se a metodologia de aula, dividida em três momentos distintos, de acordo com o modelo acadêmico proposto pela instituição: Pré-Aula, Aula, Pós-Aula (UNIDANTE, 2019c).

No momento Pré-Aula, proposta de atividade orientada baseada em leitura prévia de conteúdo a ser explorado em sala de aula.

No momento Aula, a estratégia utilizada basicamente se consolida através de aulas expositivas dialogadas, com o uso de projetor multimídia.

No momento Pós-Aula, proposta de atividade orientada baseada em leitura (releitura e/ ou finalização de leitura definida em pré-aula) e disponibilização de perguntas/ reflexões que orientam o estudo para as avaliações.

Primeira metade do semestre

Como já comentado, na primeira metade do semestre foram estudados os principais aspectos relacionados à arquitetura indígena (HANS, 1999; MONTEZUMA, 2002) e à arquitetura portuguesa (COSTA et al, 2008; MOUTINHO, 1979), núcleos urbanos coloniais (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007; PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2011), engenhos, arquitetura militar (AO REDOR, 1932; AS FORTIFICAÇÕES, 2010; RTP, 2009; VAUBAN, 2008), arquitetura religiosa (CARVALHO et al, 1978), arquitetura civil, casas térreas e sobrados coloniais (REIS FILHO, 1970), sistemas construtivos coloniais (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; PAULERT, 2012; SOUZA, 2012), chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro (CARLOTA, 1995; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011), Missão Artística Francesa, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café (MARQUESE, 2010; NOVAES, 2009), ascensão de São Paulo, residências urbanas no século XIX (REIS FILHO, 1970), inovações tecnológicas e infraestrutura urbana, arquitetura de ferro e vidro (GOMES DA SILVA, 1987), finalizando com panorama da arquitetura brasileira na transição dos séculos XIX-XX (BRUAND, 1997).

Arquitetura indígena

No que se refere à influência dos indígenas, foi explorada a forma e organização de aldeias, destacando as circulares (variações entre o círculo fechado, dois semicírculos ou arco de círculo), as retangulares (com casas dispostas em forma de “U”) e as lineares (paralelas aos cursos d’água, com uma ou duas fileiras de casas) (MONTEZUMA, 2002).

Nas aldeias circulares e retangulares, ou que tendem ao polígono “fechado”, os elementos compositivos que se destacam são a paliçada (muralha em madeira roliça, fincada diretamente no solo), o terreiro (espaço central, a céu aberto, de encontro e atividades) e as casas indígenas (dispostas no perímetro do terreiro), que exploram iluminação e ventilação natural (HANS, 1999).

Sobre a arquitetura das casas, sua tipologia varia a partir da forma da planta baixa: circular, elíptica, semi-elíptica, retangular e poligonal. Concomitantemente à forma da planta, foram explorados os materiais, com estrutura em madeira roliça (esteio, viga, caibro e ripa), cobertura em folhas e fibras vegetais, além de detalhes construtivos. Por não dominar a tecnologia da fundição de metais, os indígenas lidavam com técnicas básicas para construir, utilizando-se de fibras vegetais para unir os elementos estruturais e manter a estabilidade das construções (MONTEZUMA, 2002).

Antes da chegada do colonizador europeu, detalhes construtivos sem a presença de metal (prego, arame, parafuso) era uma constante, apresentando a amarração de elementos estruturais com alto rigor geométrico e estético.

Arquitetura portuguesa

Antes de explorar os principais aspectos da casa portuguesa, é preciso retroceder ao período de dominação muçulmana de Portugal, entre os séculos VIII e XIII, notadamente em sua parcela centro-sul. Nesse período consolidou-se aquilo que ficou conhecido como cidades luso-muçulmanas (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007), com centro cívico e administrativo em local elevado e fortificado, delimitado por muralhas e baluartes, elemento essencial de defesa até o advento da pólvora como arma de guerra. É nesse local que se localizava o palácio do governante e os edifícios administrativos, militares e jurídicos.

Abaixo do local alto e fortificado, a cidade se esparramava como um polvo e seus tentáculos, evidenciando um crescimento orgânico (adaptação à topografia, princípio de malha orgânica) com ruas espontâneas, estreitas e sinuosas, que projetavam sombras abundantes em becos apertados, labirínticos. As moradias voltavam-se para “dentro”, com poucas janelas conectadas à rua, e grupos de casa fechavam-se, evidenciando a idéia de pequenos bairros com grande densidade (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Tomando como exemplo o núcleo fortificado de Elvas, em Portugal, é perceptível dois tipos de malha viária. Ao norte do núcleo fortificado, hierarquia viária de raiz medieval, condicionada pela topografia irregular, com ruas estreitas e sinuosas, quarteirões irregulares e de dimensões variadas. Ao sul do núcleo fortificado, encontra-se maior regularidade condicionada pela topografia mais plana do terreno (princípio de malha reticulada, ortogonal), quarteirões de menores dimensões e com formato aproximado ao retangular (COSTA et al, 2008).

Em nível do solo, observa-se lotes de dimensões reduzidas, estreitos, com casas definindo o traçado da rua. Casas de um a três pisos, construídas sobre o limite frontal (alinhamento) e o limite lateral (parede cega), sem jardins, sem arborização e sem passeio público. Ainda sobre as casas, eram definidas com paredes de grande espessura, usualmente caiadas a branco, cobertura em telhado com duas águas, telha capa e canal, e beiral desaguando sobre a rua. A rua existia sempre como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente (COSTA et al, 2008; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007; MOUTINHO, 1979).

São esses dois tipos de malhas viárias, orgânica e ortogonal, aliado à configuração da moradia e sua relação com o lote, que influenciaram a ascensão da arquitetura colonial brasileira.

Arquitetura e núcleos urbanos coloniais

Antes de explorar o período colonial, é importante retroceder aos antecedentes à descoberta do Brasil, lidando com os porquês de Portugal ter tomado a dianteira nas grandes navegações. Um dos principais motivos foi, ainda no século XIV, a ascensão de Portugal como um dos primeiros Estados Nacionais Independentes da Europa. Mesmo havendo divergências entre historiadores portugueses, outro suposto motivo foi a fundação da Escola de Sagres pelo infante D. Henrique, o que proporcionou o pioneirismo nas grandes navegações (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007). Resolvido os problemas internos de governança e amparado pelos avanços técnicos em navegação, Portugal estava preparado para avançar além mar.

Assim, no século XV os portugueses chegaram até as Índias (Rota das Especiarias) e, junto com a Espanha, disputaram a dianteira nas grandes navegações. A luta entre as então superpotências acirrou-se de tal maneira que a Igreja Católica precisou intervir, amenizando os ânimos com Tratado de Tordesilhas, em 1494, e o parcelamento do Novo Mundo.

Com a descoberta do Brasil, em 1500, iniciou-se um tímido processo de colonização com a implantação de feitorias, que eram pontos de chegada para a exploração do pau-brasil, relativo ao 1º ciclo econômico brasileiro, o ciclo extrativista, que esteve em alta até o final do século XVI.

Além de ponto de chegada, as feitorias consolidaram-se como ponto de troca de pau-brasil com os indígenas, adaptando os portugueses à cultura indígena. Essas feitorias eram assentamentos com poucas edificações, construídas em madeira e palha, para poucos homens, e inicialmente protegidas por paliçadas (murallas defensivas de madeira, como em assentamentos indígenas), com finalidade de posse, defesa e apoio para as expedições. Essa tática de ocupação acabou não prosperando, já que entre 1500 e 1530 cerca de 10 (dez) feitorias foram implantadas entre Pernambuco e São Vicente (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Após esse período, sabendo que com feitorias e povoamentos isolados seria complicado explorar o Brasil, a Coroa Portuguesa partiu para a implantação das Capitânicas Hereditárias, em 1534, já utilizadas em outras colônias. Assim, delegando a ocupação aos donatários, Portugal resolveu não investir no Brasil. Os donatários recebiam a posse imediata da terra, com possibilidade de transmiti-la a seus filhos, e assumiam sua exploração, dificultando o contrabando de pau-brasil pelos franceses. Em contrapartida, enviavam impostos a Portugal. Dentre os direitos dos donatários, estava a fundação de vilas e a construção de engenhos, notadamente em latifúndios voltados à exportação de cana de açúcar.

Com a ascensão das capitânicas hereditárias, as feitorias começaram a ser substituídas por vilas e cidades, configuradas a partir de dois tipos de malha viária: malha reticulada (ortogonal), como o exemplo de Mogi Mirim, e malha orgânica, como o exemplo de Olinda. Dentro desse contexto, homens comuns poderiam requerer a criação de vilas, bastando ao rei reconhecê-la. Assim, a primeira vila fundada no Brasil foi São Vicente, em 1532. Agora, de acordo com a tradição ibérica, apenas o rei poderia criar cidades, com estatuto jurídico superior à vila. A presença de juiz na cidade, nomeado pelo rei, era um exemplo de marco que definia este estatuto jurídico superior. Assim, a primeira cidade fundada no Brasil foi Salvador, em 1549 (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Registros que chegaram até a atualidade, como do início do século XVII, representam São Vicente com paliçada (muralha em madeira, de influência indígena) e edificações dispostas no entorno de um “terreiro”, com destaque para a igreja. A definição de uma vila permitia a implantação de Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, Praça e Pelourinho, este último um marco em pedra que simbolizava a fundação da vila, a emancipação político-administrativa do assentamento perante a Coroa Portuguesa. Além disso, os pelourinhos também foram utilizados, durante o período da escravidão negra do Brasil, como local de castigo e humilhação. Assim, por ter sido fundada em terreno plano, vias retas que se cruzavam perpendicularmente (malha reticulada/ ortogonal) já era observado nesse registro.

Como já comentado, a primeira cidade brasileira foi Salvador, fundada em 1549. Dentre suas distinções, foi o primeiro núcleo urbano com fórum, apresentando estatuto jurídico superior a uma vila. Foi implantada segundo o princípio de cidade fortaleza, considerando o estudo do sítio e de defesa contra o ataque dos inimigos, adaptando-a à topografia acidentada. No platô (parte mais alta e plana) foi utilizada a malha ortogonal, enquanto entre o mar e o platô foi utilizada a malha orgânica. A partir do século XVII a cidade extrapola os limites da muralha, descendo em direção ao porto. Com a ascensão das armas de fogo (pólvora), as muralhas perderam sua importância e começaram a ser substituídas por fortalezas, que com as técnicas de guerra (fogo cruzado) possibilitava maior proteção contra o ataque de inimigos (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

De concepção antagônica à vila de São Vicente, a vila de Olinda foi fundada ainda no século XVI e em terreno acidentado à beira mar. Em registro do século XVII, Olinda evidencia arruamento que se adaptava às curvas do nível do terreno, configurando quadras de formato irregular (malha orgânica). As edificações eram dispostas em terrenos de pouca frente e grande profundidade, gerando uma ocupação sem recuo frontal (alinhamento) e sem recuos laterais (parede cega), com quintal que gerava, pela adição de terrenos lindeiros, um grande vazão em meio de quadra. Nesse mesmo registro do século XVII, observa-se a importância das ordens religiosas no processo de colonização do Brasil, já que as edificações das ordens mais representativas – jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos – eram observadas em Olinda (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

A partir de meados/ final do século XVI, ascende o 2º ciclo econômico brasileiro, o ciclo açucareiro, que esteve em alta até o final do século XVII. Dentro desse contexto, é importante explorar a ascensão do Nordeste, principalmente de Pernambuco e Bahia, com a presença marcante de engenhos monocultores açucareiros, latifúndios voltados à exportação. Além do Nordeste, o entorno da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, também foi uma área caracterizada pela presença destes engenhos. Foi com os engenhos que se iniciou um tímido, mas ascendente, processo de ocupação de características rurais, afastando-se da linha da beira mar e avançando na “ruralização” do Brasil (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Estes latifúndios eram compostos por diversas edificações, dentre elas a casa grande (casa senhorial), a senzala (alojamento de escravos), a capela (igreja) e o engenho em si (local de transformação da cana de açúcar), que nomeava todo o complexo arquitetônico. Sobre os engenhos monocultores açucareiros, duas tipologias se destacavam: com edificações isoladas (século XVII) e com edificações interligadas (século XVIII). Estas tipologias são observadas em pinturas de artistas franceses e holandeses, que deixaram registros sobre os engenhos desta época (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Sobre engenhos do século XVII, casa grande e capela, isoladas, ficavam na parte mais alta do terreno, enquanto senzala e engenho eram dispostos no entorno de um “terreiro”, na parte mais baixa do terreno. Era da varanda da casa grande, na parte mais alta do terreno, que o senhor de terras tomava conta de sua propriedade.

Sobre os engenhos do século XVIII, casa grande e capela tendiam a formar um único bloco, usualmente conectadas pela varanda, e a localização na parte mais alta do terreno começava a perder importância.

Quanto aos cômodos, a cozinha possuía grandes dimensões e geralmente era conectada ao quintal, com pequena plantação e criação de animais para consumo imediato.

A senzala era o local de alojamento de escravos, dividindo-se em senzala de trabalho (externa, voltada ao terreiro) e senzala doméstica (dentro da casa grande).

O engenho era praticamente um telheiro, voltado à transformação da cana de açúcar, em que o caldo era separado do bagaço através de um sistema de engrenagens, com força motriz de origem humana, animal ou água (roda d'água). Após, o caldo era encaminhado para o cozimento até se transformar em pasta base de cana de açúcar, sendo exportada para refinamento na Europa.

Após a expulsão dos holandeses, em meados do século XVII, que se estabeleceram no Caribe e tornaram-se rivais na produção açucareira, o ciclo econômico do açúcar começou a entrar em decadência. Com a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, no final do século XVII, ascende o 3º ciclo econômico brasileiro, o ciclo do ouro. Com a mudança do centro econômico para o Minas Gerais tem-se, concomitantemente, a ascensão de São Paulo e Rio de Janeiro, este último com os principais portos de envio de metais preciosos à Europa (Paraty e Rio de Janeiro).

Com o ciclo do ouro, ocorre a ascensão do engenho policultor sudestino que, diferentemente do nordestino, priorizava o abastecimento do mercado interno. Apresentava um conjunto mais compacto que o do Nordeste, com diversas edificações em único bloco (corpo), entre elas a casa grande, a senzala (com poucos escravos), a capela (dentro da casa grande) e o engenho (a cana de açúcar não era prioridade). Ou seja, trabalhar, geralmente no térreo, e morar, geralmente no piso superior, em único corpo. Esta configuração viria a influenciar, no século XIX, as sedes das fazendas produtoras de café (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Outro importante núcleo urbano colonial foi o Rio de Janeiro, fundado na entrada da Baía da Guanabara, em 1565. Com a expulsão de colonos franceses, estabelecidos no interior da baía, este núcleo foi transferido para as proximidades do Morro do Castelo. Assim como no caso de Salvador, houve uma mescla dos preceitos da malha orgânica, no Morro do Castelo, com a malha ortogonal, em área plana adjacente. O Morro do Castelo, com presença de Colégio dos Jesuítas, foi um dos vértices de um quadrilátero imaginário que definiu os limites do Rio de Janeiro até o início do século XIX, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Os outros três vértices são o Morro do Convento de Santo Antônio (franciscanos), o Morro da Conceição e o Morro de São Bento (beneditinos).

Com a chegada da Família Real, em 1808, o Rio de Janeiro extrapolou os limites desse quadrilátero imaginário, sofrendo sucessivos aterros e desmontes de morros, como do próprio Morro do Castelo, com todo seu aparato histórico, e de parte do Morro do Convento de Santo Antônio, para supostas melhorias de mobilidade e de conexão com a zona sul da cidade.

Importante destacar as transformações ocorridas no entorno do Paço Imperial, hoje Praça XV de Novembro, atualmente afastada da linha da beira mar devido aos sucessivos aterros e melhorias na zona portuária. Após o desmonte do Morro do Castelo, na década de 1920, esta área sofreu intenso processo de verticalização, que aliado à implantação do Elevado da Perimetral, nas décadas de 1950 e 1960, praticamente descaracterizou as marcas do passado. Porém, com as reformas urbanas propostas para a zona portuária, na década de 2010, fruto da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, foi devolvida a vista para a Baía da Guanabara, até então encoberta pela pista e pilares da via elevada.

Recife foi outro importante núcleo urbano colonial, que ascendeu como porto alternativo ao porto da outrora dominante Olinda. Em sítio plano, protegido por arrecifes e na foz dos rios Beberibe e Capibaribe, Recife cresceu em importância quando os holandeses tomaram Pernambuco, alcançando o monopólio açucareiro (produção, comércio e refino).

Diante do plano de cidade fortaleza proposto pelos holandeses, conhecida por Mauritiópolis, com muros, baluartes e fortificações, praticamente nada foi executado. Porém, marcas do embelezamento da cidade continuam presentes na atual paisagem de Recife, com pontes, palácios, áreas verdes, pomares, canais e elementos de drenagem/ navegação (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Sobre Paraty, fundada no século XVII, vale destacar sua malha reticulada levemente “entortada”, como um leque, com as seguintes hipóteses para este traçado: vias que acompanham a trajetória do sol e/ou direção dos ventos dominantes mais frescos; vias entortadas como tática de defesa; e vias entortadas para retirada dos ventos dominantes, minimizando problemas de saúde, como resfriados. Independente da razão do traçado, o caso de Paraty evidencia a habilidade do colonizador em lidar com condicionantes pré-existentes, especialmente de origem físico-natural (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007)

A respeito de Minas Gerais, especialmente no século XVIII, é importante evidenciar que a configuração dos núcleos urbanos tem relação com o modo de extração dos metais preciosos, principalmente o ouro. A extração do ouro de lavagem gerava povoamentos espontâneos, móveis e com edificações precárias, que acompanhavam o deslocamento dos garimpeiros ao longo dos cursos d’água. Com o esgotamento dessas jazidas, foram exigidas técnicas mais avançadas para a exploração do ouro em minas, gerando povoamentos fixos e com edificações mais duradouras.

Vale destacar que a configuração dos povoamentos do ciclo do ouro seguia o modelo de tradição medieval, mas com ocupação de “baixo para cima”, a partir dos cursos d’água e fundos de vale, onde ocorria a extração de metais preciosos. Enquanto o modelo medieval europeu evidenciava uma ocupação de “cima para baixo”, a partir da parte mais alta e protegida do terreno, o modelo medieval mineiro evidenciava uma ocupação de “baixo para cima”, com os povoamentos próximos aos locais de extração de ouro. Dentro desse contexto é que foi fundada Vila Rica, atual Ouro Preto, quando da unificação de três comunidades auríferas (arraiais), cada qual na proximidade de um curso d’água (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007; PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2011).

Ainda sobre Minas Gerais, vale refletir como a escolha do sítio interferiu na configuração do núcleo urbano. Enquanto em Ouro Preto prevaleceu a configuração dispersa, com a mancha urbana avançando a partir dos fundos de vale, em Mariana prevaleceu a configuração compacta, com a mancha urbana concentrada em área mais plana. Assim, enquanto em sítio de topografia acidentada foi adotado o traçado orgânico (malha orgânica), em sítio de topografia plana foi adotado o traçado regulador (malha ortogonal) (PEREIRA, 2011).

Arquitetura militar

A partir da instalação da sede do Governo Geral da Colônia em Salvador, os assentamentos passaram a ser fortificados e com edificações construídas dentro da técnica de guerra: fortalezas, fortes, fortins, baterias e redutos de defesa.

Nesse contexto, destacou-se dois momentos da arquitetura militar no Brasil. Nos séculos XVI e XVII, quase todos os assentamentos e edificações fortificadas estavam situadas no litoral. Já no século XVIII, ascenderam as fortificações no interior, garantindo as novas fronteiras conquistadas pelos portugueses, além dos limites estipulados no Tratado de Tordesilhas (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Assim, a localização das fortificações era definida pelas características do sítio arquitetônico, pela localização de outras fortificações nas proximidades e pelas novas técnicas bélicas, baseadas no uso da pólvora e do canhão. Vale destacar a inspiração na obra do engenheiro militar francês Vauban que, a partir de meados do século XVII, influenciaram as fortificações brasileiras (VAUBAN, 2008).

Além da localização, as formas das fortificações eram definidas pelas técnicas de artilharia, notadamente projetadas por engenheiros militares. Em um primeiro momento, quando da construção das primeiras fortificações, o material construtivo dominante era a taipa (taipa de pilão), sendo substituído pela pedra ao longo do tempo.

Nos séculos XVI e XVII, a maior concentração de fortificações ocorreu no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Já no século XVIII, constituiu-se a cidade fortificada de Colônia do Sacramento (única possessão portuguesa na Foz do Rio do Prata, atualmente no Uruguai), fortificações na Amazônia e na Ilha de Santa Catarina (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Arquitetura religiosa

Sobre arquitetura religiosa, é importante evidenciar que a política de ocupação do Brasil teve a participação decisiva da Igreja Católica, configurando 3 fases distintas. Estas fases foram caracterizadas pela presença das ordens religiosas, notadamente dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, no litoral (séculos XVI e XVII) e no interior (século XVIII) (CARVALHO et al, 1978; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

A 1ª fase, vinculada aos séculos XVI e XVII, foi marcada pela implantação de colégios dos jesuítas. A 2ª fase, vinculada ao século XVII e início do século XVIII, foi marcada pela implantação de conventos pelos franciscanos e carmelitas e de mosteiros pelos beneditinos. Ambas fases estão amarradas à ocupação do litoral brasileiro. Já a 3ª fase, vinculada ao século XVIII e à ocupação do interior brasileiro, foi marcada pela implantação de capelas e igrejas isoladas pelas ordens laicas (leigos), configurando irmandades e confrarias, e pelas chamadas terceiras ordens.

Sobre a 1ª fase, deve-se destacar que os jesuítas foram patrocinados pela Coroa Portuguesa para participarem da colonização. Vários núcleos urbanos foram consolidados a partir de colégios dos jesuítas, responsáveis pela evangelização e alfabetização em solo brasileiro. O colégio era um complexo religioso, configurado por igreja, escola, alojamento do padre, enfermaria, dentre outros cômodos. A igreja era a edificação dominante, usualmente com torre sineira, localizada em uma das extremidades do pátio interno. Os outros cômodos eram dispostos ao redor deste pátio.

Formado por construções simples, despojadas e com acessos reduzidos, a fachada principal era configurada em único plano, destacando-se a igreja e a torre sineira, com elementos simplificados de inspiração clássica (frontão e molduras/ cornijas). O interior da igreja também era simples, em salão único, com paredes e teto usualmente caiados. A exceção era o altar, com maior ornamentação em madeira.

Sobre a 2ª fase, marcada pelos conventos e mosteiros, vale destacar que eram conjuntos formados por programas arquitetônicos mais complexos. Enquanto os conventos (franciscanos e carmelitas) eram implantados dentro dos núcleos urbanos, evidenciando um maior contato com a vida mundana, os mosteiros (beneditinos) eram implantados fora dos núcleos urbanos, evidenciando isolamento e reclusão, de acordo com a regra monástica (oração, estudo e trabalho).

Além disso, os colégios jesuítas continuavam crescendo em número, dimensão e importância, como pode ser observado no Colégio Jesuíta de Salvador. O partido arquitetônico desse exemplar influenciou a proposta de outras igrejas, inclusive de outras ordens religiosas. Composto por 5 módulos verticais, as extremidades (módulos 1 e 5) foram definidas por torres sineiras, enquanto o eixo de simetria (módulo 3) foi coroado com frontão, ficando os restantes (módulos 2 e 4) coroados por volutas ou espirais.

Nesta fase, o interior das igrejas tornou-se mais elaborado, com corredores nas laterais da nave e a presença de altar principal e altares laterais. Paredes e teto, antes caiados e desprovidos de ornamentação, passaram a apresentar o repertório barroco do século XVII, com paredes trabalhadas em madeira (talha) e forro com pinturas sacras, devidamente delimitadas por caixotes (molduras em madeira).

Ainda sobre os jesuítas, vale destacar sua presença no sul do Brasil, na região dos Sete Povos das Missões, com a configuração de núcleos urbanos (reduções) representativos, como o de São Miguel das Missões (RS), posteriormente destruído e do qual apenas a igreja encontra-se em ruínas.

Sobre os conventos franciscanos, ressalta-se que o partido adotado na maioria das igrejas era o de torre única, levemente recuada em relação à fachada principal. Um adro, espaço aberto em frente à igreja, destacava o acesso à igreja, geralmente com planta em nave única e mais alongada se comparada a outras ordens religiosas, como pode ser observado no Convento Franciscano de João Pessoa (PB).

Quanto aos conventos carmelitas, em um primeiro momento as fachadas e interiores das igrejas eram simples e despojados, com pouca ornamentação, posteriormente apresentando elementos representativos do barroco, como no Convento do Carmo, em Recife (PE). Em ambos conventos, a edificação dominante era a igreja, localizada em uma das extremidades do pátio interno, que articulava a disposição dos cômodos destes complexos arquitetônicos.

No que se refere aos mosteiros beneditinos, a articulação dos cômodos também passava pelo destaque da igreja, em uma das extremidades do pátio interno, configurando o claustro. De um exterior simples e austero a um interior com a explosão de elementos do barroco, o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro (RJ), é um dos exemplares mais significativos do Brasil.

Sobre a 3ª fase, produto da riqueza imediata do ciclo do ouro em Minas Gerais, baseada na opulência e ostentação de origem européia, foi marcada por mudanças rápidas de tipologia edilícia. A evolução dos edifícios religiosos mineiros, ao longo do século XVIII, foi definida em 4 tipologias dominantes (CARVALHO et al, 1978; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

A tipologia 1 foi definida por edifícios de pequenas dimensões, com única nave, sem torres sineiras e sem ornamentação.

A tipologia 2 apresenta planta definida por linhas ortogonais, mais alongada, com a presença de corredores nas laterais da nave, além de altar mais elaborado. As torres sineiras, quadradas ou retangulares em planta, aparecem alinhadas com o restante da fachada, evidenciando uma composição em único plano frontal, com ornamentação baseada no uso de molduras (cornijas) em arestas e delimitação de aberturas.

Já a tipologia 3 apresenta as torres sineiras com formatos irregulares em planta, tendendo à elipse, levemente recuadas em relação ao plano principal da fachada, e com intensa ornamentação no frontão, notadamente com a presença de volutas (espirais) e elementos escultóricos.

A tipologia 4 é definida pela presença da linha sinuosa, tanto em nível horizontal, tendendo à elipse em planta, como em nível vertical, evidenciando uma composição ondulante no frontão e em fachada.

Ainda sobre as capelas/ igrejas de confrarias, irmandades e terceiras ordens, a planta típica é determinada pela presença do consistório, espécie de sala de reunião localizada em piso superior, atrás do altar, em que os leigos se encontravam para as atividades religiosas.

Em termos de conjunto edificado religioso, vale destacar o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (MG), construído a partir da segunda metade do século XVIII. Constituído por igreja, adro murado e escadaria externa monumental, decorada com estátuas em pedra sabão dos 12 profetas, possui capelas dispostas no aclave frontal à igreja, demonstrando a *Via Crucis* de Jesus Cristo. O santuário é considerado uma das obras-primas de Francisco Antônio Lisboa, o Aleijadinho, e um dos ápices do barroco no Brasil (CARVALHO et al, 1978; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007).

Arquitetura civil

Sobre arquitetura civil, vale destacar as principais características das casas térreas e dos sobrados urbanos coloniais. A configuração básica engloba terrenos retangulares, estreitos e profundos, com as próprias edificações definindo o traçado das vias; vias sem passeio público (calçada); edificações no alinhamento (sem recuo frontal); edificações sem recuos laterais (uso de parede cega); quintal no fundo do terreno (plantação e/ ou criação de animais); unidade visual entre as edificações (noção de fachada contínua); edificações em taipa de pilão; paredes com grande espessura; telhados mais inclinados, de maior altura e em duas águas; com longos beirais e telhas do tipo capa-e-canal, que deságuam na rua e fundo de terreno (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; REIS FILHO, 1970).

Sobre a técnica construtiva da taipa de pilão, utilizava-se mão de obra numerosa, dependendo de clima não chuvoso para a execução, paredes espessas (maior de 60 cm), aberturas devendo ser previamente demarcadas e necessidade de longos beirais, desaguando longe das paredes.

No que se refere especificamente às casas térreas coloniais, eram consideradas moradias menos sofisticadas; usualmente com porta e duas janelas voltadas para a rua; aberturas com fechamento em madeira; piso em chão batido; madeiramento do telhado aparente (sem forro); setorização bem definida (social, íntima e de serviço); salas na parte frontal e posterior; alcovas (quartos sem janela) na parte intermediária; cozinha e depósito na parte posterior da casa.

Quanto à configuração básica dos sobrados, eram consideradas moradias mais sofisticadas; com soalho em madeira (piso superior); madeiramento do telhado oculto (com forro); balcão em ferro fundido ou do tipo muxarabi (fechamento com treliça de madeira); aberturas com fechamento em madeira (uso do vidro ascendeu posteriormente); setorização bem definida (comércio/ alojamento de escravos/ abrigo de animais no térreo, moradia no piso superior); com mesma configuração da casa térrea (salas na parte frontal e posterior, alcovas na parte intermediária, cozinha e depósito na parte posterior) (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; PAULERT, 2012; REIS FILHO, 1970; SOUZA, 2012).

A chegada da Família Real Portuguesa e o Neoclassicismo

Antes de avançar no século XIX, é preciso contextualizar as grandes transformações ocorridas na Europa durante o século XVIII. Foi neste século que ascendeu o Iluminismo (movimento cultural em que a razão deveria reformar a sociedade, rompendo com os valores medievais), intensificou-se a crítica ao Absolutismo (fim dos privilégios por sangue/ hereditarie-

dade), almejou-se a tripartição do poder (executivo, legislativo e judiciário) e o interesse pelo voto (todo poder emana do povo), culminando com o Liberalismo (liberdade do indivíduo na política, religião, intelectual, livre iniciativa, economia), com a Revolução Industrial (a partir de 1760, com a Inglaterra como a principal potência no final do século XVIII/ século XIX) e com a Revolução Francesa (em 1789, baseada em princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, com a chegada da burguesia ao poder) (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Assim, com a burguesia na governança, ascendeu a figura de Napoleão Bonaparte como seu legítimo representante. Em busca de novos mercados para a burguesia francesa, ocorreu aquilo que ficou definido como Guerras Napoleônicas, em que foi decretado o Bloqueio Continental contra a Inglaterra (1806), em que Napoleão pretendia acabar com a supremacia econômica inglesa. A Família Real de Portugal, cautelosa em participar do Bloqueio Continental e submeter-se à França, “fugiu” às pressas para o Brasil, com escolta da Inglaterra (1807).

A Família Real Portuguesa desembarcou em Salvador (BA) em janeiro de 1808, chegando ao Rio de Janeiro em março de 1808. Com Portugal nas mãos de Napoleão, a Família Real permitiu a criação de indústrias no Brasil e decretou a abertura dos portos para as Nações Amigas, notadamente a Inglaterra. Pouco tempo depois, houve a assinatura de Tratados de Comércio e Amizade entre Portugal e Inglaterra (1810), beneficiando a entrada de produtos ingleses no Brasil. Assim, diante das circunstâncias, estava decretado o fim do Pacto Colonial.

O desembarque no Rio de Janeiro ocorreu no Largo do Paço, atual Praça XV de Novembro. Com a chegada da Família Real, economia e atividades urbanas explodiram com a implantação da Imprensa Régia, Biblioteca Real, Banco de Brasil, Museu Real, Hospital Militar, Jardim Botânico, Fábrica de Pólvora e Academia Militar. Este período também foi marcado pela vinda da Missão Artística Francesa (1816), culminando com a fundação da Academia de Belas Artes (1826) (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

O próprio D. João promoveu grande impacto quando se mudou para a Chácara da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro. Carlota Joaquina, sua esposa, foi morar em chácara na zona sul. Assim, o casal governante agiu como indutores de crescimento do Rio de Janeiro, extrapolando o quadrilátero imaginário que delimitava o núcleo urbano desde o século XVI.

Vale destacar as modificações que ocorreram na Chácara da Quinta da Boa Vista durante o século XIX, transformando-se em Paço Real de São Cristóvão, com estética neoclássica (uso de frontão, molduras/ cornijas e colunas).

Sobre a Missão Artística Francesa, foi formada por artistas e estudiosos que, sentindo-se desprestigiados na França, foram contratados por D. João para continuar exercendo suas profissões no Brasil. Dentre eles, Debret, Taunay, os irmãos Ferrez e Montigny. Foram estes artistas que registraram a rotina da Família Real Portuguesa, a efervescência cultural e a pluralidade étnica do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

Destaque para Debret que, apesar de não ser arquiteto, registrou em tela verdadeiras preciosidades arquitetônicas, como o antigo casario colonial e a vida urbana ao ar livre, com as edificações como pano de fundo. Algumas de suas pinturas registraram, mesmo sem intenção, a decadência do uso de treliças de madeira e tábuas corridas no fechamento de janelas do tipo abrir e a ascensão do uso de vidro miúdo e de caixilharia de ferro fundido no fechamento de janelas do tipo guilhotina, ao longo do século XIX (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Montigny também teve papel relevante na ascensão da arquitetura no Brasil, já que foi de sua autoria o projeto da Academia de Belas Artes, também baseada nos preceitos do Neoclassicismo, onde se iniciou o ensino regular de arquitetura em território brasileiro.

Assim, os agentes catalisadores para a ascensão do Neoclassicismo no Brasil estão relacionados à chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro (1808), que trouxe a estética dominante dos palácios portugueses, e à vinda da Missão Artística Francesa (1816), com arquitetos que eram criticados em solo europeu, mas encontraram mercado de trabalho no Brasil.

Dentro desse contexto, as novas edificações, com novos programas arquitetônicos (escolas, hospitais, teatros etc.), notadamente de uso institucional, coletivo/ público e moradias da elite (nobreza), deveriam inspirar dignidade, imponência e austeridade, qualidades que foram incorporadas com o uso do repertório clássico (frontão, molduras/ cornijas e colunas).

Assim, as quatro variantes da composição neoclássica no Brasil foram a do pórtico em destaque (elevado), pórtico alinhado à fachada, pórtico avançado e templo (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Com pórtico em destaque, tem-se o exemplo da Casa do Barão da Lagoa (atual Casa Museu Rui Barbosa), no Rio de Janeiro, de meados do século XIX. Com pórtico alinhado, o exemplo é a Casa da Marquesa de Santos, da década de 1820. Já com pórtico avançado, o exemplo é o Palácio Imperial (atual Museu Imperial), em Petrópolis (RJ), de meados do século XIX. E como templo, destaca-se a Igreja da Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, também de meados do século XIX, em momento anterior à implantação da torre sineira.

Fazendas de café

Com o esgotamento das jazidas de ouro, no final do século XVIII, ascende o 4º ciclo econômico brasileiro, o ciclo do café, em região entre o litoral e a rota para Minas Gerais. A concentração das plantações no Vale do Rio Paraíba do Sul, região entre São Paulo e Rio de Janeiro, em meados do século XIX, proporcionou a ascensão imediata dos barões do café. Assim, a nobreza oriunda da prosperidade do café edificou moradias que representasse seu poderio econômico, tanto no meio rural, em sedes de fazendas, quanto no meio urbano, em palacetes.

Sobre as fazendas de café, é nítida a influência do engenho policultor sudestino, que prosperou entre o Rio de Janeiro e São Paulo durante o ciclo do ouro. As edificações eram dispostas em quadras, em torno de grande pátio para lavagem e secagem dos grãos, em único plano, como pode ser observado em registros da Fazenda Bom Retiro, da década de 1880. Casa-grande (sede), com 1 ou 2 pavimentos, capela (geralmente incorporada à casa-grande), senzala, casa dos capatazes, depósitos, local de beneficiamento do grão (descascamento, separação, torragem) eram dispostos no perímetro desse grande pátio (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011; NOVAES, 2009),

Vale destacar que algumas fazendas tinham edificações com mais luxo e conforto do que em núcleos urbanos mais próximos ao litoral. Em um primeiro momento, a casa-grande foi configurada com varanda. Em um segundo momento, novas edificações foram construídas sem varandas ou as antigas foram fechadas, notadamente com vidro miúdo, como pode ser observado na Fazenda Resgate, em Bananal (SP). No piso superior, vinculado à moradia, é possível observar janelas guilhotina com vidro miúdo, enquanto no térreo, vinculado ao trabalho, ainda persistem as janelas de abrir com fechamento em madeira, herança dos engenhos coloniais. Ressalta-se o interior desse exemplar, com influência européia no mobiliário e modo de viver (MARQUESE, 2010; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Ecletismo

Enquanto no Neoclassicismo existia a preocupação em se respeitar as ordens clássicas, reproduzindo as proporções e métodos compositivos, no Ecletismo o valor dominante era a combinação de estilos diferentes em uma obra, propiciando mais liberdade e invenção quanto ao método projetual e à utilização de elementos decorativos. Em outras palavras, liberdade em termos compositivos (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

O Ecletismo ascendeu como uma resposta aos valores da Revolução Industrial na Europa. A demanda por novidades, novos materiais, novas tecnologias, novos gostos e modismos, possibilitou a reprodução de elementos arquitetônicos em escala industrial, antes só acessíveis às classes mais abastadas. Assim, com produção em larga escala, a arquitetura também virou bem consumo no século XIX.

Estes valores chegaram até o Brasil com a vinda dos imigrantes, a partir de meados do século XIX. Um exemplar vinculado ao Ecletismo é a Alfândega de Manaus (AM), da primeira década do século XX, que possui elementos medievais e renascentistas em sua composição. O coroamento com platibanda de altura variável (dentes) faz alusão às fortalezas medievais, enquanto a tripartição da edificação (base, corpo e coroamento) lembra os palácios renascentistas. Além disso, a torre do farol, localizada ao lado da alfândega, faz alusão às torres das municipalidades italianas do fim da idade média, como a da *Piazza del Campo*, em Siena, Itália (BRUAND, 1997; MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Residências urbanas no século XIX

Até o início do século XIX, mantinha-se a relação habitação versus lote urbano de tradição colonial, com a edificação no alinhamento, sem afastamentos laterais (uso de parede cega) e com entrada frontal. As paredes eram grossas, construídas com a técnica da taipa de pilão, os dormitórios (alcovas) e corredores não possuíam iluminação e ventilação direta, os telhados eram elementares e os sobrados possuíam balcão em ferro fundido.

Com as primeiras décadas do século XIX, observou-se o abandono das soluções coloniais. Platibandas passaram a substituir os beirais coloniais, com uso de calhas e condutores pluviais em metal. Telhados de 4 águas, mais complexos e de menor altura, passaram a substituir os telhados de 2 águas, mais simples e de maior altura. O vidro, anteriormente utilizado em edificações mais abastadas, começou a substituir a madeira no fechamento de janelas e bandeiras de portas. Antes inexistente, a ornamentação em fachadas e platibandas passou a ser frequente (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Foi também nas primeiras décadas do século XIX que se observou a ascensão da casa de porão alto. Apesar de manter a mesma relação entre habitação e lote urbano, de tradição colonial, o surgimento de óculos (pequenas aberturas próximas ao passeio) e escada (com poucos degraus) possibilitou maior privacidade aos usuários da sala frontal, antes no mesmo nível da rua (REIS FILHO, 1970).

A partir de meados do século XIX, com a decadência do trabalho escravo, intensificação da imigração, introdução de novos hábitos e costumes europeus, ascensão do trabalho assalariado, aperfeiçoamento técnico para construir; importação de equipamentos e materiais, melhorias de transporte e evolução nos equipamentos urbanos (água, esgoto, eletricidade, iluminação pública, transporte coletivo, comunicação etc.), começou a ocorrer um desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar.

Com a incorporação de instalações hidráulicas, por exemplo, que proporcionou higiene e saneamento nas edificações, o banheiro foi incorporado ao corpo da casa no final do século XIX. Isso fez com que alguns códigos de posturas municipais fossem alterados para comportar as novas condições de habitação (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011; REIS FILHO, 1970).

Dentro desse contexto, observou-se a ascensão de uma nova relação entre a habitação e o lote, de um novo modelo de implantação, diferente da solução colonial. Apesar da habitação continuar no alinhamento, iniciou-se o afastamento dos limites laterais do lote (REIS FILHO, 1970).

Em um 1º momento, ocorreu o afastamento discreto em uma das laterais, com a entrada (acesso) ocorrendo por esta lateral.

Em um 2º momento, o afastamento lateral começou a aumentar, propiciando a implantação de pequena varanda/ alpendre, geralmente metálico, e de jardim lateral, com cerca metálica no alinhamento.

Em um 3º momento, as varandas/ alpendres evoluíram em habitações maiores, consideradas mais ricas, desenvolvendo-se ao longo de toda lateral.

Em um 4º momento, o afastamento também começou a ocorrer na lateral oposta à entrada principal, notadamente em habitações maiores. Foi neste segundo afastamento lateral, inicialmente formado por corredor estreito, que ascendeu o segundo acesso à habitação, usualmente vinculado à entrada de serviço.

Deste modo, com o afastamento da edificação dos limites laterais do terreno, estava decretado o fim das alcovas. Vale destacar que o fim das alcovas também ocorreu em habitações menores, geralmente em terrenos de menor testada, com a implantação de pequenos pátios (poços) para a iluminação e ventilação direta dos dormitórios.

E, finalmente, em um 5º momento, ocorreu o recuo das vias públicas, principalmente em habitações maiores, destacando vazios próximos ao alinhamento e a ascensão do jardim frontal. Como em uma ilha, a edificação estava liberta dos limites do terreno, possibilitando a ascensão da tipologia denominada chalé, a partir do final do século XIX/ início do século XX. Assim, isolado no centro do terreno e com a cumeeira disposta perpendicularmente à testada, as águas pluviais começaram a ser direcionadas para as laterais do terreno, também rompendo com a velha solução colonial.

Foi junto à ascensão dos chalés que ocorreu a introdução de produtos industrializados na construção civil brasileira, intensificando-se a utilização de tijolos cerâmicos (secos em olarias), de tesoura francesa (permite diminuição da espessura de paredes, concentrando os esforços dos telhados) e de madeira serrada (melhor acabamento). Essas melhorias possibilitaram a incorporação de mais elementos construtivos às fachadas, como frontão (influência neoclássica), lambrequins no telhado (ornamento e acabamento dos beirais) e óculos para ventilação do forro (conforto térmico) (REIS FILHO, 1970).

Arquitetura de ferro e vidro

Fruto das inovações tecnológicas do século XIX, o uso do ferro como material construtivo proporcionou a reprodução de qualquer estilo arquitetônico (com elegância e leveza jamais visto antes), além da elaboração de componentes (grande quantidade de componentes arquitetônicos de catálogo), mobilidade (edifícios pré-fabricados em ferro poderiam ser montados e desmontados), provisoriedade (construção poderia ter vida curta, caráter de abrigo provisório, como o exemplo dos pavilhões das feiras internacionais), transparência e leveza (reduzida seção de perfis de ferro e combinação com vidro) (GOMES DA SILVA, 1987).

Essas inovações proporcionaram avanços na construção de novas tipologias arquitetônicas como, por exemplo, fábricas, galerias e coretos, estufas e pavilhões de exposição, estações ferroviárias e mercados públicos.

Diante desse contexto, é importante frisar que até o início do século XIX, a sociedade agrária brasileira não sentia grande necessidade do ferro, excetuando-se as ferramentas para cultivo da terra, equipamentos para engenhos de açúcar e componentes arquiteturais.

A partir de meados do século XIX, com o avanço do ciclo do café, houve necessidade de trazer esse produto até o litoral para sua exportação. O escoamento da produção até os portos ocorreu através das ferrovias, com o consequente aumento do consumo de ferro no Brasil. Com a ascensão do ciclo do café verificou-se, concomitantemente, a ascensão de São Paulo,

que passou a ser o ponto de convergência das ferrovias, antes de alcançar os portos. Aliado a isso, ocorreu a vinda de imigrantes para trabalhar no cultivo do café e no desenvolvimento das indústrias, impulsionando o crescimento de São Paulo.

Assim, o auge do ciclo do café é representado pela Estação Ferroviária da Luz, construída no início do século XX, e pela Avenida Paulista, aberta no final do século XIX, onde foram construídas mansões da elite, dos imigrantes mais abastados e dos barões do café (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011).

Vale destacar que o rápido crescimento de São Paulo começou no último quarto do século XIX, quando tinha cerca de 23.000 habitantes. A partir daí, desenvolveu-se em cidade de primeira grandeza, configurando uma região metropolitana com quase 22 milhões de habitantes em 2020, ainda que de urbanização deficiente e com escassez crônica de infraestrutura (IBGE, 2019; MATOS, 1955; SÃO PAULO, 2018).

Art Nouveau, Neocolonial e Art Déco

Dentre as mansões mais representativas, vale destacar a Vila Penteado, localizada na Rua Maranhão, em Higienópolis, e construída no início do século XX, sendo um dos últimos edifícios remanescentes em *Art Nouveau* de São Paulo. Considerada uma arte exótica, importada da Europa, a *Art Nouveau* ascendeu devido à prosperidade econômica de São Paulo, em um momento que se buscava a ruptura com o tradicional, notadamente através da busca de inspiração na natureza, com a utilização de motivos florais, animais e da linha curva (BRUAND, 1997).

Assim como a *Art Nouveau*, a arquitetura Neocolonial ascendeu como um contraponto ao Ecletismo dominante na segunda metade do século XIX e início do século XX, propondo uma arquitetura de cunho nacional, amarrada ao Brasil colonial, distanciando-se da cópia desproposita de modelos europeus. O Palacete Numa de Oliveira, da década de 1910, localizado na Avenida Paulista, é um dos exemplares residenciais mais representativos, com a utilização de elementos coloniais em pleno século XX.

Nessa mesma linha, de ruptura com a tradição, ascende a *Art Déco*, que apesar da origem francesa, afirmou-se em terras brasileiras com os princípios de simplificação formal, rigor geométrico (geometrização de elementos arquitetônicos) e da predominância da linha reta vertical, aproximando-se dos valores das vanguardas modernistas europeias. O Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e o Elevador Lacerda, em Salvador, são exemplares que consolidaram os princípios da *Art Déco* no Brasil.

Além disso, é importante destacar que tanto o Neoclassicismo, vinculado à primeira metade do século XIX, como o Ecletismo, vinculado na segunda metade do século XIX, coexistiram e conviveram com algumas manifestações isoladas de uma arquitetura rotulada como proto-racionalista, forjando uma transição entre a reutilização do vocabulário formal do passado e o radicalismo racionalista revolucionário (modernismo).

É neste rótulo de proto-racionalismo, nas primeiras décadas do século XX, que podemos amarrar, a *Art Nouveau*, a arquitetura Neocolonial e a *Art Déco*, que apesar da influência europeia, começava a avançar em uma arquitetura de cunho nacionalista, menos dependente da cópia desproposita de modelos do exterior (BRUAND, 1997).

Vídeo da primeira metade do semestre

Para finalizar a parte teórica, trabalhou-se com três vídeos em sala de aula, avançando na reflexão sobre preservação do patrimônio construído.

Em trecho do filme *Ao Redor do Brasil* (AO REDOR, 1932), de cerca de 5 minutos, foram exploradas imagens do Forte Príncipe da Beira, localizado em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, quando da sua redescoberta pelos militares na década de 1910.

Quanto ao vídeo *As Maravilhas de Portugal no Mundo: Colônia do Sacramento* (RTP, 2009), de cerca de 10 minutos, foi explorado o núcleo fortificado da única possessão portuguesa na Foz do Rio do Prata, então dominada pelos espanhóis, e hoje pertencente ao Uruguai.

E, finalizando, avançou-se com o vídeo *As Fortificações da Ilha de Santa Catarina* (AS FORTIFICAÇÕES, 2010), de cerca de 22 minutos, que explora um dos complexos militares mais importantes já construídos no Brasil.

Trabalho 1

O trabalho 1, desenvolvido em ambiente presencial (sala de aula), referiu-se à análise crítica envolvendo conceitos estudados até o momento desta avaliação. Os acadêmicos, reunidos em grupos e desenvolvendo a capacidade de análise crítica, desenvolveram texto a partir do seguinte contexto:

Verificando o histórico de organização do espaço urbano, constatou-se que Portugal adotou dois modelos que, posteriormente, foram considerados na gênese da maioria dos núcleos urbanos brasileiros, gerando dois tipos de malhas: orgânica e ortogonal. A partir dos exemplos dos centros históricos de Olinda (PE) e Mariana (MG) e do texto de leitura obrigatória (disponibilizado previamente), analise criticamente estes dois tipos de malhas, fazendo um paralelo com as funções urbanas na atualidade (habitar, circular, trabalhar, recrear).

Neste paralelo, considere aspectos relacionados ao traçado das vias, formato das quadras, ângulos dos cruzamentos/ esquinas, geometria dos lotes, ocupação das edificações nos lotes, mobilidade urbana (circulação de pessoas, veículos e mercadorias), paisagem urbana/ marcos visuais, topografia, espaços públicos/ praças, infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, energia, comunicação etc.) e outros que a equipe achar conveniente para a análise crítica. Quanto mais aspectos a equipe abordar em resposta, maior tende a ser a nota da avaliação.

Nesta avaliação, o importante para o docente foi a capacidade de argumentação de cada equipe, em resposta de cunho autoral com, no mínimo, uma página de texto. Esta avaliação gerou discussão entre os integrantes, principalmente no que se refere ao paralelo com as funções urbanas da atualidade, exercitando habilidades importantes para a formação profissional do arquiteto, especialmente o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe.

Prova 1

Quanto à prova 1, esta foi aplicada de forma presencial, individual e sem consulta, englobando questões objetivas, podendo ser de múltipla escolha, análise de sentenças, verdadeiro ou falso, além de questões discursivas, procurando apresentar ao acadêmico uma realidade de avaliação comumente explorada em concursos públicos e ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Assim, a finalização da primeira metade do semestre ocorreu com a realização da prova 1 (UNIDANTE, 2019a e 2019b).

Segunda metade do semestre

Na segunda metade do semestre, como já evidenciado anteriormente, foi trabalhada a Semana de Arte Moderna de 1922, ascensão do modernismo, primeira casa modernista, sede do Ministério da Educação e Saúde, conjunto da Pampulha, Brasília (BARCELLOS, 2012; BRU-

AND, 1997), Lúcio Costa (COSTA, 2020), Oscar Niemeyer (A VIDA, 2007; NIEMEYER, 2020), principais arquitetos modernistas e obras (ARTIGAS, 2020; BARDI, 2020; LEMBRANÇAS, 2005; LEVI, 2020; MARX, 2020; REIDY, 2020), e principais arquitetos contemporâneos e obras (BRASIL ARQUITETURA, 2020; CAU/BR, 2015; KOGAN, 2020; LIMA, 2020; MAIA, 2020; OHTAKE, 2020; PORTO, 2020a; PORTO, 2020b; ROCHA, 2020; WEINFELD, 2020), proporcionando um panorama geral da arquitetura brasileira nos séculos XX e XXI.

A Semana de Arte Moderna de 1922 e a Primeira Casa Modernista

A SAM de 1922 foi o resultado da evolução do pensamento de alguns grupos intelectuais brasileiros, principalmente paulista, que pretendiam a ruptura com o passado e a independência cultural frente à Europa, especialmente Portugal e França (BRUAND, 1997).

O evento, que ocorreu de 13 a 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, foi uma exposição de pinturas e esculturas, palestras, sessão de leituras poéticas e apresentações musicais que serviu como manifestação de protesto, de desafio à opinião pública, revelando um espírito de luta contra o marasmo cultural, contra a aceitação incondicional dos valores estabelecidos.

É dentro desse contexto que ascendem os artistas e suas produções nas áreas da literatura, pintura, escultura e composição, não ocorrendo influência direta sobre a arquitetura. O mérito de concretizar esta influência na arquitetura, no final da década de 1920, coube a um jovem arquiteto vindo da Europa, Gregori Warchavchik.

Foi este arquiteto, de origem ucraniana, que escreveu o primeiro manifesto da arquitetura modernista brasileira, *Acerca da Arquitectura Moderna*, publicado em jornal em 1925. É também de sua autoria o projeto daquela que é considerada a primeira residência modernista do Brasil, de 1927-28, localizada na Rua Santa Cruz, Vila Mariana, em São Paulo (SP), em que Warchavchik consolida os valores do modernismo europeu às peculiaridades do Brasil (BRUAND, 1997).

A ascensão do Modernismo no Brasil: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer

No que se refere à ascensão do modernismo no Brasil, vale destacar o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio Janeiro (RJ), projetado em 1936 (e concluído em 1946) por uma equipe liderada por Lúcio Costa, contando com Oscar Niemeyer como participante e Le Corbusier como consultor. É nesta obra que os famosos 5 pontos da nova arquitetura (pilotis, planta livre, fachada livre, janelas em fita e teto-jardim), desenvolvidos por Le Corbusier, são consolidados nesse que é o marco fundamental do modernismo em nosso país, elevando a arquitetura brasileira em nível mundial (BRUAND, 1997).

A partir da década de 1940, merece destaque o papel fundamental de Lúcio Costa, considerado o grande teórico do movimento moderno brasileiro, adaptando os princípios do modernismo radical europeu às necessidades locais, mesclando tradição e modernidade em sua obra. Isto pode ser observado em uma série de residências unifamiliares, no Park Hotel São Clemente e no Parque Guinle (edifícios residenciais multifamiliares).

É também desta mesma década uma representativa obra de Oscar Niemeyer, o Grande Hotel Ouro Preto, em Ouro Preto (MG), em que elementos característicos do modernismo são explorados com intensidade, sem esquecer o contexto em que o edifício está inserido.

Além disso, é importante explorar o Conjunto da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), também de autoria de Oscar Niemeyer, com destaque para o cassino, iate clube, salão de baile e igreja, onde os princípios da arquitetura de Niemeyer se desenvolvem e catapultam seu nome em nível internacional. Este conjunto, requerido pelo então prefeito Juscelino Ku-

bitschek, foi, segundo palavras do próprio Niemeyer, o princípio de Brasília (A VIDA, 2007). Foi nessa obra que a relação entre prefeito e arquiteto se formou, rendendo frutos posteriores, na década de 1950, quando Kubitschek assumiu a Presidência da República e pôs em prática a construção da nova capital nacional (BRUAND, 1997).

Brasília

Sobre Brasília, é explorado seu plano piloto, resultado de concurso vencido por Lúcio Costa, destacando o que chamou de Superquadras e a idéia de Unidade de Vizinhança (BARCELLOS, 2012), desenvolvidas ao longo do eixo Norte-Sul (Asas Norte e Sul), onde se localizam as comunidades residenciais da capital federal (BRUAND, 1997).

Ainda sobre o plano piloto, é destacado o uso da escala monumental, da escala do deslocamento por automóvel nos grandes eixos viários, e do uso da escala humana, da escala do deslocamento a pé nas comunidades residenciais.

E é em Brasília que Niemeyer atinge o apogeu de sua produção arquitetônica, notadamente em edificações de uso institucional, lapidando seus princípios (recusa por preocupações de ordem social, rejeição do tradicionalismo e valorização da arquitetura como arte plástica), suas pesquisas estruturais (pilotis, arcos, abóbadas, rampas) e explorando a forma livre (BRUAND, 1997).

Vídeo da segunda metade do semestre

Como forma de revisitar o conteúdo explorado até o momento, trabalhou-se com o vídeo *A vida é um sopro* (A VIDA, 2007), com cerca de 90 minutos de duração, sobre a biografia e a produção arquitetônica de Oscar Niemeyer. Este vídeo reforçou alguns aspectos trabalhados em sala de aula e desenvolveu outros, possibilitando o conhecimento das suas obras mais significativas, desde os primeiros trabalhos até a consagração em nível internacional. Após o vídeo, com reflexão em nível coletivo e procurando envolver todos os acadêmicos, avançou-se para o trabalho 2.

Trabalho 2

O trabalho 2, em equipe, é uma apresentação de estudo de caso. Por estudo de caso, entende-se como a contextualização, análise e crítica de obras e projetos significativos relacionados a um determinado tema arquitetônico, de maneira a explorar e reconhecer as decisões adotadas pelos autores, chegando à compreensão da composição arquitetônica (forma, função, estrutura, tecnologia etc.) e ao estabelecimento de um repertório de possibilidades relacionadas a determinado tema. Daí ascende a sua importância, auxiliando na compreensão das decisões tomadas pelo projetista e do estudo de caso como parte de um raciocínio teórico (BOAVENTURA, 2012).

Como já evidenciado, estes três aspectos auxiliam no desenvolvimento de um repertório de possibilidades e, conseqüentemente, da criatividade do acadêmico. Assim, a compreensão daquilo que já foi projetado no passado e presente, através do estudo de caso, é fundamental para avançar em termos de proposta arquitetônica.

Dentro desse contexto, cada equipe deveria desenvolver conteúdo em arquivo digital, com extensão *ppt* ou *pdf*, a ser apresentado com auxílio de projetor multimídia, com ordem de apresentação e escolha de arquiteto definido por sorteio.

Como critérios de avaliação, considerou-se a qualidade do arquivo digital (formatação e programação visual), capacidade de expressão oral (com ou sem apoio de texto), capacidade de contextualizar, analisar e criticar, e tempo de apresentação (10 minutos por equipe).

Com cerca de 52 acadêmicos em turma, o docente definiu 13 arquitetos a serem explorados nas apresentações, o que gerou 13 equipes com 4 integrantes cada. A formação das equipes foi espontânea, sem a participação do docente. Com as equipes formadas, a ordem de apresentação e escolha de arquiteto ocorreu por sorteio.

Assim, a ordem do sorteio definia a ordem de apresentação que, de acordo com o cronograma da disciplina, deveria ocorrer em dois encontros. Conforme as equipes eram sorteadas, cada qual escolhia o arquiteto a ser trabalhado em estudo de caso, dentre o montante de 13 possibilidades definidas pelo docente.

Após a definição de data de apresentação e do arquiteto, cada equipe desenvolveu uma apresentação, contendo as três partes indissociáveis de um estudo de caso: contextualização, análise e crítica. Na contextualização, deveria ser explorada a biografia e a produção arquitetônica, evidenciando as obras relevantes. Na análise e crítica, deveria ser escolhida uma obra significativa desse arquiteto, partindo para sua caracterização e avaliação.

A definição dos arquitetos, pelo docente, considerou a representatividade de diversos segmentos da arquitetura, apesar de cada equipe ter livre arbítrio na escolha da obra a ser analisada e criticada. Assim, os arquitetos disponibilizados foram os seguintes:

- Affonso Reidy (REIDY, 2020), Lina Bo Bardi (BARDI, 2020), Rino Levi (LEVI, 2020) e Vilanova Artigas (ARTIGAS, 2020), representando a vertente modernista;

- Éolo Maia (MAIA, 2020), representando a vertente pós-modernista (obra sem contexto com o lugar);

- Isay Weinfeld (WEINFELD, 2020) e Marcio Kogan (KOGAN, 2020), representando a vertente do atual mercado de luxo.

- João Filgueiras Lima (Lelé) (LIMA, 2020), representando a vertente do tema hospitalar (saúde);

- Marcelo Carvalho Ferraz (BRASIL ARQUITETURA, 2020), representando a vertente de preservação do patrimônio edificado;

- Paulo Mendes da Rocha (ROCHA, 2020), representando o reconhecimento da arquitetura brasileira em nível internacional;

- Ruy Ohtake (OHTAKE, 2020), representando a vertente escultórica (arquitetura como obra de arte);

- Severiano Mario Porto (PORTO, 2020a), representando a vertente regionalista (obra contextualizada com o lugar);

- Sidônio Porto (PORTO, 2020b), representando a vertente do tema industrial.

Independente do arquiteto e da obra escolhida, o importante para o docente foi o desenvolvimento da capacidade de contextualizar, analisar e criticar, exercitando habilidades importantes para a formação profissional de cada integrante das equipes, especialmente o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe.

Os arquivos digitais utilizados pelas equipes, no momento da apresentação, com informações relevantes sobre os arquitetos disponibilizados (biografia, características da produção arquitetônica, principais influências e obras etc.) foram disponibilizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), servindo como referência de estudo para a realização da prova 2.

Prova 2

Assim como na prova 1, a prova 2 foi aplicada de forma presencial, individual e sem consulta, englobando questões objetivas de múltipla escolha, análise de sentenças, verdadeiro ou falso, além de questões discursivas, procurando apresentar ao acadêmico uma realidade de avaliação comumente explorada em concursos públicos e ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Deste modo, a finalização da segunda metade do semestre e, conseqüentemente, do semestre regular, ocorreu com a realização da prova 2 (UNIDANTE, 2019a e 2019b).

Considerações finais

Diante da proposta em aplicar a disciplina com foco em habilidades e competências voltadas ao perfil profissional, principalmente nos trabalhos 1 e 2 (em equipe), considerou-se que os resultados alcançaram as expectativas do docente. Além de reflexão sobre traçado urbano/malha urbana, com ênfase na primeira metade do semestre, e de apresentação de estudo de caso, com ênfase na segunda metade do semestre, o docente optou em intensificar as relações sociais entre os acadêmicos no momento aula, priorizando as atividades presenciais na instituição.

Isto pôde ser observado na produção acadêmica relativa aos trabalhos 1 (análise crítica envolvendo valores do traçado urbano ortogonal – regular, reticulado ou em grelha – e do traçado urbano orgânico – irregular) e 2 (estudo de caso envolvendo arquitetos e obras relevantes dos séculos XX e XXI), possibilitando que o acadêmico desenvolvesse o poder de argumentação, consenso e síntese.

Ou seja, com os trabalhos, além das reflexões oriundas dos vídeos trabalhados em sala de aula, pretendeu-se que o ato de socializar, de trocar informações entre seus pares, extrapole a condição de avaliação, almejando uma situação comumente observada na rotina profissional de arquiteto e urbanista: trabalho em equipe.

Referências

A VIDA é um sopro. Direção de Fabiano Maciel. Brasil: Europa Filmes, 2007. 90 min. 1 DVD. (documentário sobre Oscar Niemeyer). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CASrRa7B6-c>. Acesso em: 29 jun. 2020.

AO REDOR do Brasil. Direção de Luiz Thomaz Reis. Brasil, 1932. 71 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=f-6i1ZamaBo>. Acesso em: 29 jun. 2020. (trecho referente ao Real Forte Príncipe da Beira).

AS FORTIFICAÇÕES da ilha de Santa Catarina. Projeto Fortalezas Multimídia. Direção de Tatiana Kviatkoski. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 24 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EY-8kJ4vzMI> (parte 1), <https://www.youtube.com/watch?v=O115petZCy8> (parte 2), <https://www.youtube.com/watch?v=nkEBoELBmkw> (parte 3). Acesso em: 29 jun. 2020.

ARTIGAS, Vilanova. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa13159/vilanova-artigas>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Unidade de vizinhança**: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. Disponível em: http://vsites.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2001/unidade/unidade.htm. Acesso em: 25 mai. 2012. (indisponível em 29 jun. 2020).

BARDI, Lina Bo. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1646/lina-bo-bardi>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BOAVENTURA, Deusa Maria R. **Análise dos projetos**: arquitetônico/ urbano. Guia para estudo do projeto e estudos de caso. Slides da disciplina Teoria e História da Arquitetura V. Aula de 05 set. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9333326-05-09-12-analise-dos-projetos-arquitetonico-urbano-guia-para-estudo-do-projeto-e-estudos-de-caso.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL ARQUITETURA. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao112963/brasil-arquitetura>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997. (original em português, de 1981).

CARLOTA Joaquina. Princesa do Brazil. Direção de Carla Camurati. Brasil: Warner Bros. Pictures, 1995. 100 min. 1 DVD.

CARVALHO, Ayrton et al. **Arquitetura religiosa**. São Paulo: FAU-USP/ MEC-IPHAN, 1978.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Especial**: Severiano Porto, 85 anos, o “arquiteto da Amazônia”. 25 fev. 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/severiano-porto-85-anos/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial**. Betim: Instituto Histórico IMPHIC – Betim, 2011. Disponível em: <https://imphic.ning.com/group/historiacolonial/forum/topics/arquitetura-colonial>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. (2010a). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – I**. 06 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. (2010b). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – II**. 06 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-ii/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. (2010c). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – III**. 06 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-iii/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____ (2010d). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – IV**. 06 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-%E2%80%93iv/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COSTA, Anouk et al. Património Cultural. Direção-Geral do Património Cultural. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. **Núcleo urbano da cidade de Elvas**. Portugal, 2008. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=1839. Acesso em: 29 jun. 2020.

COSTA, Lúcio. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

GOMES DA SILVA, Geraldo. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1987.

HANS Staden. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil/ Portugal: RioFilme, 1999. 92 min. 1 DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aE8rz6AzWO8>. Acesso em: 29 jun. 2020.

IBGE. Agência de notícias. Estimativas da população de regiões metropolitanas para 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d3787c892b0eb593fd84aa761f97934.xlsx. Acesso em: 29 jun. 2020.

KOGAN, Marcio. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa105202/marcio-kogan>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

LEMBRANÇAS do futuro. Direção de Ana Maria Magalhães. Brasil, 2005. 120 min. (documentário sobre Affonso Eduardo Reidy). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f6HQOEDArQM>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEVI, Rino. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa351575/rino-levi>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

LIMA, João Filgueiras. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18200/joao-filgueiras-lima>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MAIA, Éolo. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa245489/eolo-maia>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jan./ jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARX, Burle. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1461/burle-marx>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MATOS, Odilon Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de História**, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 89-125, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36444/39167>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de D. João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MONTEZUMA, Roberto (Org.). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Uma invenção recíproca. Recife: UFPE, 2002, v.1.

MOUTINHO, Mário. **A arquitectura popular portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

NIEMEYER, Oscar. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa431/oscar-niemeyer>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

NOVAES, Adriano. **A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2009. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

OHTAKE, Ruy. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa200341/ruy-ohtake>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

PAULERT, Renata. **Uso de elementos vazados na arquitetura: estudo de três obras educacionais contemporâneas**. 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) – Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27454/R%20-%20D%20-%20PAULERT,%20RENATA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, André Luiz Tavares. **Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII**. 2000. 237 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278661>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, Larissa de Souza. **Ouro Preto e a estética do labirinto**. 2011. 100 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2011. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/92/1/Larissa%20de%20Souza%20Pereira.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PORTO, Severiano (2020a). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa479506/severiano-porto>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

PORTO, Sidônio (2020b). **Sidônio Porto Arquitetos Associados**. Disponível em: <https://www.sidonioporto.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

REIDY, Affonso. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa248693/affonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ROCHA, Paulo Mendes da. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20547/paulo-mendes-da-rocha>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

RTP Notícias. As Maravilhas de Portugal no Mundo. Colônia do Sacramento. Uruguai. 21 jul. 2009. Portugal: RTP, 2009. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=oXjuI0d1Cso#! Acesso em: 29 jun. 2020.

SÃO PAULO. Demografia. População recenseada. Região Metropolitana de São Paulo. 17 jul. 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10552.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUZA, Heloisa Maria Paes de. **O conforto ambiental na arquitetura colonial brasileira: heranças muçulmanas**. Architecton Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 2, n. 2, p. 41-54, 2012. Disponível em: <http://faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/article/download/336/319/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

UNIDANTE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DANTE (2019a). Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. **Cronograma da disciplina de Arquitetura Brasileira**. Blumenau. 2. sem. 2019.

_____ (2019b). Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. **Plano de ensino da disciplina de Arquitetura Brasileira**. Blumenau. 2. sem. 2019.

_____ (2019c). Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. Núcleo docente estruturante - NDE. **Projeto pedagógico do curso - PPC**. Blumenau. 2. sem. 2019.

VAUBAN, Sébastien Le Preste de. In: FORTALEZAS.ORG. Projeto Fortalezas Multimídia. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=326. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete de Personagens.

WEINFELD, Isay. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa263205/isay-weinfeld>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbetes da Enciclopédia.

A DITADURA MILITAR NO BRASIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

The military dictatorship in Brazil and social movements

Patrícia Ertle Soares¹

Gilmar Moraes²

Resumo: O presente estudo aborda um importante capítulo da história política brasileira, o qual teve início com o golpe militar em 1964 e se estendeu até 1985 sob o comando de sucessivos governos militares. Nesse sentido, o objetivo é demonstrar como os movimentos sociais se organizaram e contribuíram para o fim da ditadura militar no país. Para tanto, o estudo teve como metodologia a análise da historiografia pertinente, sendo analisados livros, artigos e teses que tratam sobre o tema. Com conclusões preliminares o presente estudo conclui que durante as duas décadas de ditadura houve restrição das liberdades de expressão, violência e tortura, no entanto foi neste contexto que os movimentos sociais surgiram em diversos estamentos da sociedade reivindicando melhores condições de vida e retorno da democracia.

Palavras-chave: Brasil. Ditadura Militar. Movimentos Sociais.

Abstract: This study addresses an important chapter in Brazilian political history, which began with the military coup in 1964 and lasted until 1985 under the command of successive military governments. In this sense, the objective is to demonstrate how social movements were organized and contributed to the end of the military dictatorship in the country. For that, the study had as methodology the analysis of the pertinent historiography, being analyzed books, articles and theses that deal with the subject. With preliminary conclusions, this study concludes that during the two decades of dictatorship there was restriction of freedom of expression, violence and torture, however it was in this context that social movements emerged in different stages of society demanding better living conditions and a return to democracy.

Keywords: Brazil. Military dictatorship. Social movements.

Introdução

Este trabalho tem como área de concentração os Grupos Sociais e as Civilizações em Perspectiva Histórica e, como tema: A Ditadura Militar no Brasil e os Movimentos Sociais. A pesquisa tem o objetivo descrever o período da ditadura militar no Brasil e como os movimentos sociais contribuíram para o fim deste processo.

A escolha deste tema se justifica pelo fato de ser interessante, dentro do estudo acadêmico do curso de História, compreender como os movimentos sociais no Brasil se organizaram durante o período da ditadura militar que se estendeu do ano de 1964 até 1985. Nesta perspectiva, faz-se necessária uma análise histórica do tema a fim de enriquecer a historiografia.

Neste sentido, o objetivo geral desse estudo é destacar a importância dos grupos sociais no processo que levou ao fim da ditadura no país. Entre os objetivos específicos temos:

- Identificar o que foi a ditadura militar, origens e desdobramentos que levaram a implantação no Brasil;
- Descrever como os movimentos sociais se organizaram durante o período da ditadura militar no país e, como eles contribuíram para o fim deste processo.

¹ Acadêmica do Curso de História do Polo da IERGS, Porto Alegre/RS. E-mail: patriciaertles@hotmail.com

² Tutor Externo do Curso de História do Polo da IERGS, Porto Alegre/RS E-mail: moraesgilmar@gmail.com

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi definido como objetivo geral o estudo sobre a ditadura militar. Sendo o objetivo específico um breve estudo sobre como os movimentos sociais contribuíram para o fim da ditadura militar no país. O artigo está estruturado em cinco partes. A 1ª parte é introdutória, onde está exposta a estrutura da pesquisa. Na 2ª parte foi desenvolvida a fundamentação teórica com a contextualização sobre o tema proposto. Na 3ª parte são apresentados os materiais e métodos utilizados. Na 4ª parte temos o resultado e discussão e, por último, na 5ª parte, é apresentado a conclusão, onde é discutido a análise final sobre o tema.

Da democracia ao golpe de 1964

A república no Brasil foi um golpe de estado político-militar ocorrido em 15 de novembro de 1889, através do qual foi instalada a forma presidencialista de governo, encerrando definitivamente a monarquia no país. Ao longo da história republicana tivemos inúmeras lideranças, grupos e partidos políticos, incluindo alguns setores das elites oligárquicas, que desejavam um país industrializado, moderno e democrático, com um governo voltado ao interesse de todos. Este processo envolveu muitos eventos e personagens que, embora lutassem pelo mesmo objetivo, encontraram caminhos ideológicos e políticos diferentes para alcançá-lo. (NAPOLITANO, 2016).

De acordo com Casalecchi (2016), o período entre 1945 a 1964, chamado de República Liberal, iniciou com a ampla mobilização de forças democráticas e liberais contra a ordem autoritária do Estado Novo e, se encerrou com o golpe militar que tentou impedir a crescente mobilização popular que pretendia ampliar os limites da democracia que ainda era restrita. Neste período o país passou por muitas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Houve avanço no desenvolvimento econômico que se caracterizou pela industrialização, cuja ação do Estado foi decisiva através de medidas cambiais, financeiras e de investimento.

Estas duas décadas da história brasileira foram marcadas por forte presença popular. Houve aumento da participação política, urbanização, industrialização, expansão do movimento operário, desenvolvimento da imprensa e opinião pública e o surgimento de novos setores empresariais. Todos estes processos foram fundamentais no desenvolvimento da democracia no Brasil que, somados a política representativa deram movimento a nossa história (HAAG; GUERELLUS, 2019).

No entanto, este período também foi marcado por conflitos gerados por grupos políticos conservadores mais radicais que não se conformavam com os avanços democraticamente conquistados pelos trabalhadores, através dos governos populistas como dos presidentes Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Grupos de oficiais militares, aliados a lideranças civis de extrema direita, atentavam contra as regras da democracia, pois viam estes avanços como ameaça a seus privilégios. O resultado foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais já adquiridos. Isto levou o povo às ruas e gerou inúmeras greves de trabalhadores, protestos de capitalistas, de estudantes, de intelectuais e diversos outros grupos sociais defendendo a democracia (FERREIRA; DELGADO, 2010).

Conforme Casalecchi (2016), o governo de João Goulart mantinha vínculos com os movimentos sociais e com partidos políticos que favoreciam as massas. As lideranças populistas tinham a oposição das forças mais conservadoras civis e militares. A ala conservadora das Forças Armadas tentou impedir a posse de Goulart como presidente em 1961. Ele foi acusado de ser aliado de agentes do comunismo internacional, de elementos esquerdistas e de forte admiração por regimes comunistas como os da Rússia e China. Para suprir a crise instalada entre os favoráveis e os contra a sua posse, foi adotado o regime parlamentarista até 1963, quando Goulart obteve seus plenos poderes presidenciais. A partir daí propôs mudanças estruturais no país, conhecidas como Reformas de Base.

As Reformas de Base (agrária, urbana, fiscal, administrativa, bancária, educacional) nada tinham de radical ou socialista, como acusavam os seus detratores. Eram destinadas a desimpedir o livre desenvolvimento das forças produtivas, e possibilitar a ampliação do capitalismo brasileiro. [...] Entre as Reformas de Base, destaque-se a Reforma Agrária, a mais intensamente debatida, a que mais polarizou as posições e que contribuiu muito para a desestabilização do governo Goulart. (CASALECCHI, 2010, p. 95).

As mudanças propostas por João Goulart incluíam diferentes áreas do Brasil. A fim de implementar estas reformas, as esquerdas passaram a denunciar o conservadorismo do Congresso Nacional como sendo um empecilho para viabilizar o conjunto de medidas que contemplavam, sobretudo, a reforma agrária. Desta forma, inúmeros conflitos se instalaram no governo entre os grupos opositoristas e os favoráveis as reformas. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os conservadores e a extrema-direita conseguiram arregimentar as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais. Em 1964 através de um golpe militar liderado pelo alto escalão do exército, o presidente João Goulart foi deposto, iniciando assim o regime político que deu origem a um novo ciclo de autoritarismo na vida nacional do Brasil. (FERREIRA; DELGADO, 2010).

A ditadura militar no brasil

A ditadura militar no Brasil foi instaurada em 31 de março de 1964 e se estendeu até 1985, sob o comando de sucessivos governos militares. Foi um período de caráter autoritário e nacionalista, marcado por inúmeros conflitos, repressão e censura. Por meio de eleição indireta, o Marechal Castelo Branco foi escolhido para governar o país. Uma das primeiras medidas foi cassar a patente e excluir das fileiras militares membros das corporações que fossem comunistas, nacionalistas, ou radicalmente democratas. Em seu governo foi criado o Ato Institucional número 1, que cassou diversos direitos políticos dos cidadãos brasileiros e, o AI-2, onde todos os partidos políticos foram fechados, sendo adotado o bipartidarismo constituído pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governamental, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que fazia pequena oposição ao governo (SILVA, 2015).

De acordo com Fico (2015), Costa e Silva chegou ao poder em 1967. Seu governo foi marcado por muita repressão, violência, tortura aos opositores, restrição aos direitos políticos e à liberdade de expressão. Isto criou uma atmosfera propícia às manifestações sociais, que se intensificaram ao longo do ano de 1968, em oposição às medidas antidemocráticas. Em resposta, foi promulgado o Ato Institucional número 5, que tornou o governo uma ditadura. O congresso foi fechado por tempo indeterminado e reaberto a temporada de punições e repressões políticas. Após o AI-5, a repressão contra as manifestações, que eram executadas pela polícia, passou a ser feita por órgãos clandestinos, criados por diretrizes secretas. Eles foram os principais responsáveis pelas maiores brutalidades cometidas pelo regime militar. Esta fase ficou conhecida como “anos de chumbo”.

O governo de Médici foi considerado o período de maior repressão da ditadura militar no Brasil. Sua posse foi em outubro de 1969, junto com a reabertura do Congresso Nacional. Houve forte censura aos meios de comunicação e muitos prisioneiros políticos torturados. Esta fase recebeu o nome de “Milagre Econômico”, pois algumas medidas adotadas pelo governo favoreceram o crescimento do PIB acima de 10%, além de grandes investimentos em infraestrutura. Mais de 1 milhão de casas foram construídas, financiadas pelo Banco Nacional de Habitação, houve a expansão de bens duráveis e eletrodomésticos. No entanto, o milagre gerou

uma grave dívida externa e a maior desigualdade de renda no país. Em 1971, um decreto tornou a censura à imprensa mais rígida, e intensificaram a repressão aos grupos de esquerda através de instituições como o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operação da Defesa Interna (CODI), que realizavam prisão e tortura a quem se opunha ao governo (CHAGAS, 2018).

De acordo com Silva (2015), apesar da forte popularidade do governo Médici, às eleições de 1974 foi de grande derrota. O MDB, partido de oposição consentido pela ditadura, saiu vitorioso em muitos estados, conseguindo grande número de deputados e senadores. Desta forma, Ernesto Geisel foi eleito presidente da república. Iniciou seu governo com uma abertura política lenta, gradual e segura, tutelada pelo próprio regime. Com o aumento dos senadores opositores, foi criada a figura do senador biônico, indicado pelo governo para votar sempre favorável às indicações do planalto. Para possibilitar a abertura, houve forte ação em relação aos militares de linha dura, que perderam importantes postos no comando do exército.

Apesar do início da abertura política continuaram as violações aos direitos humanos e as violentas repressões contra manifestantes insatisfeitos com o governo. Diversos setores da sociedade começaram a se mobilizar e a denunciar as atrocidades cometidas pelos militares. Frente à pressão da população e os movimentos contrários ao regime, o presidente revogou no ano de 1978 diversos decretos, assim como o AI-5. No entanto, importante ressaltar que foi neste governo que houve altos investimentos em infra-estrutura e industrialização, tais como a Ponte Rio - Niterói, as Usinas Nucleares de Angra e a hidrelétrica de Itaipu (CHAGAS, 2018).

João Batista Figueiredo assumiu a presidência em 1979 e colocou fim ao regime ditatorial. Em seu governo foi promulgada a Lei da Anistia, que possibilitou que os presos políticos fossem libertados e os exilados regressassem ao país (CHAGAS, 2018). Outro marco importante foi o fim do bipartidarismo, com a extinção da ARENA e do MDB. A partir desse momento foi possível a criação de novos partidos políticos, dos quais muitos existem até hoje. Seu governo teve importante papel ao possibilitar a transição de um governo militar para um governo civil (SILVA, 2015).

De acordo com Silva (2015), a abertura no final do regime não foi aceita por todos os militares. Houve muitos conflitos e resistência. No final do mandato de Figueiredo a população mobilizou-se na campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República. Multidões saíram às ruas clamando pelo direito ao voto. Apesar da mobilização popular, a eleição direta foi derrotada pelo Congresso Nacional. No ano de 1985 a eleição foi indireta, porém, a grande conquista do povo brasileiro foi que os dois candidatos na disputa eram civis. Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil e trouxe consigo grande esperança para a população brasileira que ansiava liberdade após anos de governo autoritário (SILVA, 2015).

A ditadura militar no Brasil durou 21 anos, os quais foram marcados pela restrição à liberdade, repressão aos opositores e muita censura. De acordo com Napolitano (2014, p. 08), “A economia cresceu, alcançando o país ao oitavo PIB. Mas, igualmente, cresceram a desigualdade e a violência social, alimentadas em boa parte pela violência do estado”. Conforme o autor, a vida cultural passou por um processo de mercantilização que não impediu o crescimento da cultura de esquerda contra o regime. Os movimentos sociais, vigiados e reprimidos, não desapareceram. Ao contrário, foi o período em que se fortaleceram e se tornaram mais diversos e complexos, representando uma sociedade que não permaneceu passiva frente ao autoritarismo vigente.

Os movimentos sociais: contribuição para o fim da ditadura

Os movimentos sociais se formam nas contradições que levam parcelas ou, toda uma população, a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pelo poder. Esses movimentos existem em sociedades tensionadas por conflitos de interesse entre grupos ou classes sociais (FESTA; SILVA, 1986). É fato que durante o período do regime militar, muitos grupos resistiram ao autoritarismo imposto, à supressão dos direitos, ao excesso de violência, a restrição da liberdade e a imposição de censura. Alguns grupos neste período foram essenciais para o fim da ditadura no Brasil (MOLINA, 2015).

Durante esta fase, a lógica predatória do capitalismo aliado ao poder público ineficiente, definia a organização do espaço urbano. Nos extremos das cidades a pobreza desenhava a paisagem, indo dos bairros dos operários, relativamente estruturados, a regiões de ocupações desordenadas e caóticas. Dentro destes espaços surgiam os movimentos sociais, os quais, quase sempre, eram apoiados pela igreja Católica, que pregava à auto-organização e a valorização da consciência individual (NAPOLITANO, 2014).

A Igreja Católica foi um dos alicerces para o golpe militar de 1964, porém, posterior passou por profundas transformações. Ao longo dos anos 70 foi desenvolvida na América Latina uma nova abordagem das questões religiosas chamada de Teologia da Libertação, que tinha como principal objetivo a luta por melhores condições de vida da população latino-americana. Com isto a igreja foi se distanciando da ditadura, especialmente após a prisão, tortura e morte de religiosos. Esta postura de oposição ao regime militar foi afirmada no Brasil por um grupo de bispos e padres, denominado como Igreja Progressista (SILVA, 2015).

De acordo com Horta (2018), apesar da cúpula conservadora, os progressistas eram livres para agir em suas dioceses e paróquias. Desta forma, muitos religiosos protegiam grupos de esquerda. Em suas assembleias apelavam por reformas, pregavam contra a violência e o retorno da liberdade individual. Juntaram documentos e realizaram denúncias de torturas cometidas pelo regime. As Comunidades Eclesiais de Base e pastorais como as da Terra, a Operária e a da Juventude deram proteção para os diversos movimentos sociais que fizeram oposição a ditadura. A mesma igreja que apoiou o golpe denunciou a tortura e, posterior, ajudou os movimentos sociais a definir o campo da redemocratização brasileira.

Neste universo fervilhante dos bairros populares constituído por lideranças comunitárias, religiosas, políticas e revolucionárias que nasceram as pequenas organizações que lutaram contra a ditadura. Inicialmente, o regime preocupado com os guerrilheiros não deu importância para estas associações populares. Os movimentos sociais urbanos foram crescendo e disseminando-se em várias cidades brasileiras. Um exemplo foram os clubes de mães que se espalharam pelas periferias das cidades que, além dos trabalhos comunitários, discutiam questões do cotidiano. Entre os problemas, o aumento do custo de vida ganhou grande importância (NAPOLITANO, 2014).

Desta forma nasceu o Movimento do Custo de Vida. Conforme Napolitano (2015), o MCV de São Paulo foi à associação popular que ganhou maior visibilidade durante o regime. A estratégia passava pela organização de assembleias onde eram apresentadas as petições contra os mandatários federais. A primeira foi realizada em 1976 e teve mais de 4 mil pessoas. Nesta ocasião foi lançada uma petição com mais de 18 mil assinaturas contra o aumento do custo de vida. Dois anos depois lançaram um manifesto exigindo congelamento dos preços dos itens básicos de subsistência e aumento dos salários. Ultrapassaram a meta de 01 milhão de assinaturas. Obviamente tais manifestos eram reprimidos pelos militares. A politização crescente do movimento aprofundou-se em 1979, quando militantes do Partido Comunista (PCdoB) assumiram a liderança do movimento que passou a se chamar Movimento de Luta contra a Carestia.

Se a luta contra os preços era uma das pontas do movimento social, a outra era por melhores salários e condições de trabalho. O novo sindicalismo é como ficou conhecido o movimento dos trabalhadores que surgiu com as greves do ABC paulista no final dos anos de 1970. O principal líder foi o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva (SILVA, 2015). O movimento grevista iniciou em 12 de maio de 1978, com a greve operária em São Bernardo do Campo, quando os metalúrgicos cruzaram os braços exigindo aumento salarial. O que deveria ser uma greve localizada transformou-se em greve massiva com a adesão de milhares de trabalhadores de diversas empresas que também pararam. O novo sindicalismo entrou em choque com a estrutura vertical e oficial do sindicalismo brasileiro, herança dos tempos de Getúlio Vargas e do Estado Novo (NAPOLITANO, 2014).

Conforme Napolitano (2015), a nova formação tinha por base ser combativo e independente. A plataforma de reivindicações incluía liberdade de organização sem a rigidez imposta pela CLT, autonomia diante dos patrões e do Ministério do Trabalho, criação de comissões de fábricas e as lutas por melhores condições de trabalho, salário, segurança e estabilidade de emprego. Posterior, outras greves surgiram e incluíram novas categorias profissionais como professores, jornalistas, bancários etc. As consequências das greves foram o enfraquecimento do regime militar e o surgimento e fortalecimento das forças de esquerdas. Nesta fase não existia mais guerrilha, mas a luta civil pela redemocratização se ampliava isolando o governo.

Fez parte desta luta civil os estudantes universitários. De acordo com Silva (2015), a União Nacional dos Estudantes foi um dos símbolos da luta contra a ditadura. O movimento estudantil, durante o regime autoritário, teve como principais ações a luta por melhores condições de vida e estudo para os universitários brasileiros, por moradias estudantis, restaurantes, bibliotecas e, principalmente, a ampliação do acesso ao ensino superior. Obviamente tais lutas eram interpretadas como sendo comunistas e, os estudantes duramente perseguidos. Conforme Tada (2015), apesar do regime retirar legalmente a representatividade da UNE, por meio da lei Suplicy de Lacerda, a entidade continuou a atuar na ilegalidade se mantendo firme na oposição.

Em 1968, os estudantes participaram da passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. Nesta ocasião, adotaram estratégias inteligentes de enfrentamento da polícia dispersando-se em pequenos grupos, ou seja, quando uma manifestação era reprimida, outra se formava em outro ponto das proximidades (FICO, 2015). No final dos anos 70, quando a regime começou a enfraquecer, a UNE começou a se reestruturar e a lutar mais ativamente por recursos para as universidades, pela defesa do ensino público e gratuito e, a libertação dos estudantes presos do país. No ano de 1984 a União Nacional dos Estudantes participou ativamente na campanha “Diretas Já” e apoiou a candidatura de Tancredo Neves (TADA, 2015). O movimento estudantil teve grande importância nessa época no sentido de denunciar a existência da ditadura no Brasil e combatê-la. Neste contexto de oposição à ditadura no país, temos a imprensa liberal que em 1964 apoiou o golpe militar, porém, logo nos primeiros dias após o ato já se colocava em oposição, dando voz aos manifestos e aos debates culturais que se multiplicavam pelo país. Com isto a imprensa conseguia diluir parte de sua responsabilidade no golpe e se colocava como resistência privilegiada. Jornais como Correio da Manhã, Folha da Semana, Jornal do Brasil, a Folha, mantinham em suas pautas temas sobre assuntos políticos e debates culturais constituindo-se como leitura influente nos meios intelectuais. No entanto, o grande espaço de articulação e debate da esquerda intelectual foi a “imprensa alternativa” (NAPOLITANO, 2014).

De acordo com o autor, entre 1964 e 1980, surgiram mais de 150 periódicos de oposição ao regime militar. Eles se dividiam em dois grupos: “uma linhagem mais propriamente política, sob influência da esquerda marxista, e outra ideologicamente mais difusa, voltada à crítica comportamental” (NAPOLITANO, 2014, p. 226). Destaque para os jornais “O Pasquim” que

abordava temas comportamentais, sátira política e humor de costumes e, com isto, angariava um grande público jovem. E o jornal “Opinião” que foi um importante ponto de convergência dos debates intelectuais. Ambos davam espaço para as vozes críticas ao regime e, logicamente, foram duramente perseguidos e censurados. Este tipo de imprensa foi importante para o fim da ditadura, pois enfrentou o regime nos tempos mais duros (NAPOLITANO, 2014).

Os movimentos sociais travaram lutas, manifestações e ocupações chegando até mesmo ao confronto armado contra os militares. Entre os grupos que aderiram à luta armada, podemos citar o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Aliança Nacional Libertadora (ALN). Uma das principais ações destes grupos foram os assaltos a bancos, que eram usados na manutenção dos grupos armados. Também realizaram sequestros de embaixadores estrangeiros no Brasil, que eram usados como moeda de troca na libertação de presos políticos. Estes revolucionários eram recrutados nos diversos setores sociais: militares, estudantes, jornalistas, jovens católicos, protestantes e dissidentes dos partidos comunistas (SILVA, 2015). Importante ressaltar que embora fizessem resistência ao regime, os grupos mais proeminentes que integravam a luta armada tinham como objetivo a revolução socialista no Brasil (WIKIPÉDIA, 2020).

Em meio ao contexto de repressão política, o Movimento Feminista pela Anistia surgiu em São Paulo, em 1975. A principal líder foi a advogada Thereza Zerbini, sendo o movimento composto por mães e esposas de presos políticos e desaparecidos. Posterior, em várias cidades do Brasil surgiram diversos núcleos do MFPA. Em 1977, com a eclosão de diversas manifestações estudantis pelas cidades do país, o movimento ganhou maior fôlego. Entre os principais objetivos estava a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, o apoio a todos os movimentos de lutas pelas liberdades democráticas, denúncias das torturas nas prisões, luta pela liberdade de expressão e participação política, cultural e social da mulher (FURTADO, 2019).

Durante o tempo de atuação o MFPA participou ativamente ao lado dos movimentos estudantis apoiando suas reivindicações, fez comissões que lutaram pela libertação de presos políticos, atuou em movimentos de trabalhadores apoiando greves e promoveu debates sobre anistia (FURTADO, 2019). De acordo com Fico (2015), a partir deste movimento, diversos comitês foram criados com características mais amplas, como a defesa dos direitos humanos. Inúmeros encontros nacionais foram realizados, tendo em vista a necessidade de coordenação de um movimento com várias associações envolvidas. De modo geral, a Campanha da Anistia, iniciado pelas mulheres, foi marcado por esperança e generosidade, bem diferente da Lei da Anistia de 1979.

É fato que durante as duas décadas de regime militar no Brasil, inúmeros movimentos sociais surgiram em oposição à ditadura. Essa luta por uma democracia renovada por parte da oposição pressagiava que o regime autoritário não aguentaria a pressão da sociedade que massivamente desejava liberdade e justiça social. A oposição crescia ocupando ruas, espaços artísticos e culturais, centros universitários e associações (NAPOLITANO, 2014). Essa oposição permeou vários estamentos da sociedade brasileira. Em grande parte, grupos sociais de origens distintas como comunistas, católicos, artistas, operários, estudantes, que se uniram contra o inimigo comum: a ditadura militar (SILVA, 2015).

Foram diversos os grupos sociais que se movimentaram em defesa de seus direitos. Entre eles podemos citar a comunidade LGBT, que no fim dos anos de 1970 começou a se mobilizar e a formar coletivos de enfrentamento à opressão e ao preconceito. Temos os indígenas que durante o regime sofreram perseguição, prisão, tortura e assassinato de membros de seu povo, os quais lutavam em defesa de seus territórios que estavam sendo invadidos pelo avanço do progresso gerado no governo de Castelo Branco. Em resposta à perseguição sofrida, lideranças de diferentes povos passaram a se organizar e fundaram a União das Nações Indígenas (UNI) a fim de combater os abusos cometidos e preservar seus direitos. Outro destaque, foram às manifestações de grupos de negros que em 1978 se fortaleceram com a fundação do Movimento

Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) altamente politizado e influenciado por ideologias marxistas, os quais lutavam pelo fim da discriminação sofrida marcada pela violência policial e desemprego (VAZ; CASCARDO, [2019?]).

Durante o período da ditadura militar, o país vivenciou o progresso do “milagre econômico”, com forte desenvolvimento industrial, crescimento do PIB e geração de empregos até a transição para uma fase marcada por grave crise econômica, inflação e dívida externa. O Estado brasileiro patrocinou uma repressão baseada em censura, vigilância, torturas e prisões ilegais. Neste contexto, temos os diversos grupos sociais pressionando para o fim da ditadura. Entretanto, a maior manifestação de massa ocorrida no Brasil foi à campanha das “Diretas Já” (FICO, 2015).

De acordo com Fico (2015), este movimento tomou conta do país no ano de 1984. Além do povo, houve a união de inúmeras lideranças políticas de diversas correntes e a participação de ídolos populares e artistas. A campanha das “Diretas Já” representou a união do povo brasileiro pelo mesmo ideal: a democracia. A forte presença dos estudantes e de artistas indicava a necessidade de arejamento cultural e superação do sufocamento imposto pela repressão. Neste contexto de forte pressão popular, houve mudanças na configuração política - partidária brasileira e com isto chega ao fim, no ano de 1985, à ditadura militar no país, com Tancredo Neves eleito presidente do Brasil.

Materiais e métodos

O artigo científico/*paper* foi realizado na cidade de Porto Alegre, no primeiro semestre de 2020. O campo de investigação foi à ditadura militar no Brasil e os movimentos sociais. Desta forma, esse estudo caracterizou-se como sendo de cunho exploratório - bibliográfico.

Diante do exposto, o processo de metodologia que norteou esse estudo foi desenvolvido em três momentos: inicialmente foi elaborada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos para a fundamentação teórica do assunto e melhor compreensão do tema. Após foi criada a problemática da pesquisa e, assim criada às categorias de pesquisa. Dessa forma, foi realizada a seleção das fontes, ou seja, o banco de dados da pesquisa. A elaboração do banco de dados teve como critério de seleção títulos de livros e artigos, cujo assunto fosse relacionado com o campo de investigação.

Na terceira etapa foi feita análise das fontes e a dissertativa do artigo. Para tanto, foi utilizado apenas às fontes selecionadas em livros. O critério de análise das fontes levou em consideração a posição de pesquisa dos autores em relação à problemática. Nessa parte do procedimento, realizei todo desenvolvimento da fundamentação teórica e posterior às demais categorias que abrangem o trabalho.

Resultados e discussão

O resultado da pesquisa em relação ao tema proposto demonstra como os movimentos sociais de oposição ao governo militar se organizaram e atuaram de forma intensiva na luta contra o autoritarismo, à supressão dos direitos, o excesso de violência, a restrição da liberdade e às censuras estabelecidas durante a fase ditatorial. Neste contexto, foi possível descrever como foi à ditadura militar no Brasil e os principais feitos dos governos. Com isto, foi possível entender a dinâmica do autoritarismo que levou diferentes parcelas da população a formar grupos que protestaram ativamente contra o domínio militar. Diante desse resultado, é possível verificar que os movimentos sociais se fizeram presentes através de manifestações públicas e por meio de debates que movimentaram uma grande massa de cidadãos cansados da repressão.

Ficou claro neste estudo como se deu a peculiar atuação dos principais movimentos sociais e, como determinados grupos e categorias profissionais se organizaram para reivindicar maior representatividade e direitos na sociedade brasileira. Foi à formação desses movimentos que provocou mudanças nas práticas coletivas das camadas sociais que, aos poucos, se tornaram mais autônomas, críticas e combativas frente ao controle estatal. Se de um lado temos os grupos de oposição se fortalecendo, de outro, vemos o enfraquecimento do controle dos dirigentes políticos. De fato, é a partir da década de 1980 que essa estrutura política enfrenta a ampla resistência popular pelo fim da ditadura e abertura política. Frente a este fato, não há dúvidas sobre a importância das reivindicações feitas pelas vozes dos movimentos sociais, vozes sufocadas, mas resistentes que existiram e sobreviveram no interior do regime militar.

Conclusões

A ditadura militar no Brasil foi um longo período da nossa história onde a democracia foi suprimida por um regime autoritário. Como vimos, houve certo crescimento econômico, porém, sem distribuição de renda. Durante as duas décadas de ditadura houve restrição das liberdades de expressão, violência e tortura. Foi neste contexto que os movimentos sociais surgiram em diversos estamentos da sociedade reivindicando melhores condições de vida e retorno da democracia.

Desta forma, conhecer estes grupos sociais e o que eles fizeram enquanto resistência contra o governo é indispensável para entender o outro lado da história, ou seja, o lado que foi sufocado pela repressão. Os coletivos organizados, cada um dentro de seu tempo e de acordo com suas convicções, foram duramente perseguidos pelos militares que temiam as manifestações das massas através de protestos e passeatas de repúdio a ditadura.

Os movimentos sociais lutaram, resistiram, ocuparam os espaços públicos durante duas décadas de ditadura militar no Brasil reivindicando seus direitos e pautando assim o movimento que culminou nas Diretas Já, que exigia eleições diretas para a presidência do país e que, assim como os movimentos estudantis, feministas, sindicalistas e tantos outros que fizeram para da história brasileira, conseguiram atingir seu principal objetivo de colocar fim no governo militar.

Referências

CASALECCHI, José Enio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAGAS, Inara. **Ditadura Militar no Brasil**. Politize!, 2018. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**.^{3ª} ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

FURTADO, MARCELLA. **O Movimento Feminino pela Anistia em reportagens da rede**

Globo Minas. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/31227/pdf/0>. Acesso em: 24 mar. 2020.

HAAG, Fernanda Ribeiro; GUERELLUS, Natalia de Santanna. **História e Historiografia do Brasil República.** Curitiba: InterSaberes, 2019.

HORTA, Maurício. **Mito: “A Igreja apoiava a Ditadura Militar”.** Super Interessante, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MOLINA, Sandra Cordeiro. **Os Movimentos Sociais e a Ditadura Brasileira (1964-1985): Considerações sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.** Uniceub – Centro Universitário de Brasília, 2015. 12 v. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/3190>. Acesso em: 17 mar.2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 - História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República.** São Paulo: Contexto, 2016.

TADA, Cristiane. **A UNE no combate à ditadura.** UNE – União Nacional dos Estudantes, 2015. Disponível em:< <https://une.org.br/noticias/a-une-no-combate-a-ditadura>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

VAZ, Ana; CASCARDO, Fábio et al. **Repressão e Resistência: LGBT, Movimentos Negros e Indígenas.** Memórias da Ditadura, [2019?]). Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros/>. Acesso em: 28 mar. 2020.